

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

**Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da
Escola Nova – 1920 a 1947**

TERESINA
2009

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

**Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da
Escola Nova – 1920 a 1947**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

TERESINA
2009

11386 d Martins, Ana Maria Gomes de Sousa

Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da escola nova – 1920 a 1947. / Ana Maria Gomes de Sousa Martins. Teresina: 2009

157 fls.

Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI.

1. Educação – Piauí – História. 2. Educação – Piauí – 1920 a 1947. I. Título.

C.D.D – 370.98122

ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS

Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes - Orientador
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof. Dr. César Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho
Universidade Federal do Piauí - UFPI

A Deus pelas iluminações nas horas necessárias.

Ao Marcos de Oliveira pela compreensão e apoio.

A Sara minha graça divina.

Ao Marcos Santiago pelos sorrisos de cada dia.

Ao João e a Maria pais maravilhosos.

AGRADECIMENTOS

A Deus força maior do universo, que tanto me energizou.

Ao professor Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes pelas sugestões de leitura e pela orientação recebida.

A professora Dr^a Teresinha Queiroz pelas sugestões de reestruturação do texto.

A todos (as) os (as) professores (as) do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.

Aos amigos da 14^o turma pelos incentivos e força mútua, em especial à Benedita, Neuton e Carla que muito me ajudaram na pesquisa.

Às professoras Maria de Jesus Rocha Medeiros, Eulina de Carvalho Veloso e Silva, Iracema Torres de Araujo, Maria do Carmo Rebelo que gentilmente me receberam em suas residências e concederam as entrevistas;

Aos funcionários da Casa Anísio Brito - Arquivo Público do Estado do Piauí, local de meses de pesquisa.

Aos funcionários do Instituto de Educação “Antonino Freire” na pessoa de sua diretora-adjunta Francisca Amélia por gentilmente ter colocado a minha disposição os arquivos do referido instituto.

À Luciana que me ajudou a encontrar meu ponto de equilíbrio e a fazer escolhas.

Aos meus familiares que compreenderam o quanto esta etapa é importante para mim e que me ajudaram de diversas formas.

Ao meu grande amor Marcos de Oliveira que possibilitou a concretização de um desejo.

A Sara e Marcos Santiago que tiveram que dividir nossos momentos com os livros.

RESUMO

A memória de uma determinada localidade às vezes se perde no tempo devido à falta de registro ou de conservação. A presente pesquisa procurou através dos indícios compreender a ocorrência do movimento renovador no Piauí expressa pelos ideais da Escola Nova na educação piauiense, incorporados nas reformas de ensino, nas práticas educacionais, nos discursos de sua elite intelectual, das professoras e dos alunos que vivenciaram esta experiência. A pesquisa, assim, buscou compreender o processo histórico de elaboração do ideário pedagógico brasileiro e suas especificidades a partir de uma realidade local, identificando a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense e relacionando-os à construção de um projeto educacional elaborado pela elite intelectual local. Também procurou identificar como se fizeram presentes e foram incorporados os ideais da Escola Nova na educação piauiense a partir das vivências locais. O estudo foi motivado por ser a historiografia sobre o tema restrita em relação aos estados do nordeste, principalmente em relação ao Piauí gerando muitos questionamentos que se mantém em aberto. O presente estudo tem como delimitação temporal 1920 a 1947, pois foi neste período que o ideário renovador penetrou sistematicamente no Brasil, tendo amplas e variadas formas de divulgação, servindo de referência para as políticas reformistas até os anos de 1947. As fontes utilizadas foram os discursos da elite intelectual local, divulgados em jornais, livros e revistas, e entrevistas com normalistas e alunas da época em estudo. A pesquisa segue a perspectiva da história-problema sendo os pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos segundo a Nova História Cultural, fundamentando-se em Chartier (1990), Burke (2004), Le Goff (1998, 2005). Em relação à historiografia nacional e regional a fundamentação foi feita a partir de Brandão (1999), Cavalcante (2000), Monarcha (1989), Brito (1996), Queiroz (1998, 2008), Lopes (1996, 2001, 2005) dentre outros. A pesquisa mostrou que o movimento reformador ocorrido no Piauí foi fruto do envolvimento de sua elite intelectual que elaborou um projeto de educação popular para o Piauí, fundamentado na Pedagogia Moderna sob influência da Escola Nova. Esta elite além de ter se apropriado daqueles ideais, divulgou e concretizou-os principalmente através da legislação de ensino e da construção de discursos sobre a importância da educação popular.

Palavras-chave: Educação, Escola Nova, Elite intelectual.

ABSTRACT

The memory of a given locality sometimes gets lost in time due to lack of registration or conservation. This research sought to understand the evidence by which the reformist movement in Piauí expressed the ideals of the New School in Piauí education, embodied in the reforms of education, educational practices in the discourses of its intellectual elite, the teachers and students who experienced this experience. The research therefore sought to understand the process of historical development of ideas and teaching Brazilian specificities from a local reality, identifying the presence of the ideals of the New School Piauí in education and related them to the construction of an educational project developed by elite intellectual location. Also sought to identify how to present and have been incorporated the ideals of the New School in Piauí education from local experiences. The study was motivated by being a limited historiography on the subject for the northeastern states, primarily in the Piauí generating many questions that remain open. The present study is to distinguish temporal from 1920 to 1947, it was this period that the reformist ideals penetrated systematically in Brazil, with extensive and varied forms of disclosure, serving as a reference for policy reform by the year 1947. The sources used were the words of the local intellectual elite, published in newspapers, books and magazines, and interviews with students and normality of the time under study. The search follows the perspective of the historical building as a story-problem and the theoretical and methodological assumptions were developed according to the New Cultural History, basing itself on Chartier (1990), Burke (2004), LE Goff (2005.1998). For historical reasons the national and regional level was made from Brandão (1999), Cavalcante (2000), Monarcha (1989), Brito (1996) Queiroz (1998), Lopes (1999, 2001, 2005) among others. The research showed that the reformist movement occurred in Piauí was the result of the involvement of its intellectual elite, who prepared a project of education for the Piauí, based on Modern Pedagogy. This elite is appropriate addition to those ideals, released mainly by the law and the construction of discourses on the importance of education.

Keywords: Education, New School, intellectual elite.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Capa do livro Programa do ensino primário.....	87
FIGURA 2: Anísio de Brito Melo.....	119
FIGURA 3: Desfiles em Teresina.....	129
FIGURA 4: Foto da Professora Maria de Jesus Sampaio.....	136

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01: Crescimento demográfico do Piauí.....	43
Tabela 02: Crescimento do número de matrículas no ensino primário.....	44
Tabela 03: Porcentagem da população piauiense que freqüentava a escola primária.....	44
Quadro 01: Composição da elite intelectual piauiense.....	50
Tabela 04: Número de escolas no Piauí.....	104
Tabela 05: Concludentes da Escola Normal Oficial.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 ANTECEDENTES DA ESCOLA NOVA NO BRASIL.....	20
1.1 Compreendendo o fenômeno da Escola Nova: bases históricas.....	21
1.2 Os princípios da Escola Nova.....	27
1.3 A institucionalização dos ideais da Escola Nova no Brasil.....	30
1.4 A Escola Nova e a educação popular: projetos da modernidade.....	31
1.5 As diferentes leituras do movimento da Escola Nova	37
2 A SOCIEDADE PIAUIENSE, OS TEMPOS MODERNOS E A EDUCAÇÃO.....	41
2.1 Os principais pólos de modernidade no Piauí: Teresina e Parnaíba.....	45
2.2 A elite intelectual piauiense: suas interpretações e discursos sobre a educação.....	49
2.3 O projeto educacional piauiense e os ideais da Escola Nova.....	60
2.4 As incorporações dos princípios da Escola Nova: as reformas educacionais piauiense.....	68
2.4.1 A reforma educacional de 1921	76
2.4.2 A reforma educacional de Parnaíba	81
2.4.3 A reforma educacional de 1933	89
3 A CONCRETIZAÇÃO DOS IDEAIS DA ESCOLA NOVA NA EDUCAÇÃO PIAUIENSE: AS PRÁTICAS ESCOLARES.....	101
3.1 As professoras normalistas: ampliando a composição da elite intelectual piauiense.....	106
3.2 Os especialistas em educação no Piauí	115

3.3 As práticas desenvolvidas nas escolas primárias e na sociedade piauiense: expressões da Pedagogia Moderna	120
3.4 As missões de estudo: consolidando uma prática renovada.....	132
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 142
 REFERÊNCIAS	 145
 APÊNDICE	 157

INTRODUÇÃO

O movimento de renovação da escola brasileira, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, é considerado na historiografia como desencadeador de mudanças na condução metodológica do ensino e nas práticas pedagógicas. Esse movimento é uma das formas de expressão do pensamento educacional brasileiro, uma elaboração dos domínios da cultura e do social que guarda especificidades de acordo com a demarcação territorial–espacial do fenômeno, uma temática que oferece muitas possibilidades de investigação.

O conhecimento da constituição e desenvolvimento do pensamento pedagógico brasileiro possibilita uma aproximação com as formas que configuraram o modo de pensar a educação numa época específica. Refletir sobre este conhecimento implica em conhecer o pensamento educacional, sua constituição, desenvolvimento e suas variadas formas de expressão em diferentes contextos sociais.

Considerando o contexto específico do Piauí definiu-se o objeto de estudo desta pesquisa através do desejo de construir uma história sobre a presença e incorporação dos ideais da Escola Nova na educação piauiense, de forma a proporcionar uma leitura do movimento renovador a partir das vivências regionais.

Este objeto surgiu das inquietações da pesquisadora em relação à ação dos reformadores de outros estados e do Piauí, das formas de ocorrência do movimento renovador e das maneiras de apropriação dos ideais da Escola Nova. Elementos que direcionaram a formulação do seguinte problema: como os ideais da Escola Nova se concretizaram na educação piauiense no período de 1920 a 1947?

As relações entre as reformas de outros estados e as do Piauí, a forma como ocorreu o movimento renovador e a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense são pontos poucos discutidos na historiografia e serviram para a construção do objeto da pesquisa. Com esta pesquisa se esperou possibilitar novas interpretações sobre o movimento renovador, contribuindo com a produção historiográfica regional e rompendo com certos aspectos da homogeneização de interpretação. Homogeneização que tanto atropela os ideais de multiplicidade cultural como destaca Cavalcante (2000).

Assim, o objetivo principal da pesquisa visou construir uma história sobre o movimento renovador no Piauí dos anos de 1920 a 1947, através dos indícios, da presença dos ideais da Escola Nova presentes nos discursos da elite intelectual piauiense, nas reformas de ensino e

nas práticas vivenciadas por professores e aluno. Buscando-se, ainda, compreender através do estudo do movimento renovador o processo histórico de elaboração do ideário pedagógico brasileiro e suas especificidades a partir de uma realidade regional: o Piauí; identificar a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense relacionando-as à construção de um projeto educacional elaborado pela elite intelectual local; compreender como se fizeram presentes e foram incorporados os ideais da Escola Nova na educação piauiense a partir das vivências locais.

O trabalho se insere na abordagem da História Cultural, partiu da análise de aspectos culturais, focalizando-se nos discursos e práticas sociais, tendo por referência os contextos em que os fatos aconteceram. Contudo, se procurou não esquecer que

O domínio cultural é, pois, fonte de riscos, de conflitos. Assim, cabe ao historiador levantar as linhas de força e de fuga. Mas só pode fazê-lo ao considerar os dois lados da análise: o social e o cultural, pois a difusão da cultura passa pelos grupos sociais e, portanto, por uma série de mediações e mediadores, cujo conhecimento é indispensável para a caracterização da mesma. Nesse nível a análise social deve ser particularmente cuidadosa, pois muitas vezes é nas brechas das estruturas sociais que se expõe com mais eficácia o intermédio cultural. (DOSSE, 1994, p. 179).

Considerou-se que o movimento renovador e a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense são manifestações culturais que se deram em contextos específicos. Procurou-se, por isso, trabalhar a construção histórica enquanto uma história-problema, partindo de questões norteadoras que funcionaram como fio condutor para a pesquisa.

Através da articulação dos diferentes domínios da sociedade se buscou analisar o movimento renovador, os ideais da Escola Nova e sua presença na educação piauiense levando-se em consideração algumas questões tais como: de forma semelhante a outros estados brasileiros no Piauí foram empreendidas reformas educacionais sob a influência dos ideais da Escola Nova que objetivavam expandir a educação popular através das escolas primárias? Quais os principais divulgadores dos ideais da Escola Nova no Piauí? Se houve incorporações como elas foram efetivadas e quais seus reflexos na educação local? Como os ideais da Escola Nova se fizeram presentes nas práticas pedagógicas dos professores, nos currículos escolares e no pensamento da elite intelectual da época? Que meios foram utilizados para a divulgação desse ideário? Como se deu esta divulgação?

Estes foram alguns questionamentos que direcionaram a pesquisa considerando-se que o pensamento educacional piauiense é uma área aberta a estudos. Embora a produção

historiográfica local tenha aumentado significativamente nos últimos anos, em virtude do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, mas essa produção não respondia diretamente o problema e às questões levantadas.

As pesquisas existentes se concentram na modernização das escolas, Lopes (2005, 2001), Sousa (2005); na formação das professoras primárias piauienses, Soares (2004), Lopes (1996); na educação piauiense na Primeira República, Queiroz (2008), Ferro (1996). Desse modo justifica-se a necessidade e a importância desse estudo para a historiografia.

Em relação ao recorte temporal foram considerados os anos de 1920 a 1947. A delimitação inicial considerou que nos anos de 1920 o ideário renovador penetrou de forma sistematizada no Brasil e se expandiu, ganhando diversas formas, diferentes meios de divulgação e serviu de referência para a implantação de reformas em vários estados, inclusive no Piauí.

Neste período, de acordo com Gadotti (1994, p. 21), o pensamento pedagógico brasileiro “surge com a reflexão sobre a prática da educação, com necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos.” O pensamento pedagógico brasileiro ganhou força, se constituiu em expressão de um ideal educacional, se concretizando através das reformas e ações governamentais ocorridas em diferentes Estados.

As reformas implantadas nos Estados visavam atender às reivindicações dos liberais republicanos que denunciavam a República por não ter sido capaz de cumprir os ideais em relação à educação da população, era preciso rever o compromisso da República com a educação do povo. Denúncia que se constituiu em um desafio no decorrer das primeiras décadas do século XX, sendo marcante nos discursos da elite intelectual o imperativo de resgatar a grande dívida social que até então a República não tinha conseguido efetivar.

O recorte final da pesquisa foi delimitado no ano de 1947 considerando que nesta época as reformas educacionais piauienses deixaram de ser expressão de interesses de grupos locais e passaram a incorporar as orientações nacionais através das políticas educacionais determinadas pelo Ministério da Educação e Saúde expressas nas Leis Orgânicas do Ensino.

Em relação à delimitação espacial, a pesquisa se situou no âmbito da História Regional, sendo o espaço geográfico constituído pelo Piauí, tendo Teresina e Parnaíba como os municípios de referência. A escolha destas cidades se deu por ser Teresina a capital do Estado, um centro divulgador de novas idéias e costumes. Parnaíba era na época um importante centro econômico de renovação cultural e educacional do Estado, aspirando aos mesmos desejos de modernidade de Teresina e de outras localidades do País.

Estas duas cidades durante o período em estudo possuíam um discurso de modernização e se destacavam na elaboração de leis e ações direcionadas à modernização do Piauí e da escola primária. Estes dois municípios foram centros divulgadores dos ideais de modernidade de então, eram pólos de ação cultural, implantando ações no campo da política, da economia, da cultura e da educação. Suas elites políticas e intelectuais assumiram no Estado um discurso de modernização, implantando modificações nos espaços urbanos, despontando como centros irradiadores de novos costumes expressos pelos ideais de modernidade divulgados na época.

Quanto à escolha do quadro teórico, considerou-se a necessidade de questionar a produção historiográfica sobre o tema da pesquisa, de forma a deixar claro os motivos da escolha do referido quadro e avançar em relação à construção do objeto de estudo. A partir dos trabalhos de Brandão (1999), Cavalcante (2000), Monarcha (1989) se revisou as abordagens sobre o movimento renovador, procurando afastar as dicotomias existentes e situando o objeto da pesquisa numa perspectiva que levasse em conta as dinâmicas das relações sociais, se buscando a re-historização do mesmo.

O questionamento dos quadros teóricos existentes sobre o movimento renovador ajudou a compreender o movimento em suas especificidades, porém foi preciso educar o olhar de forma a captar o não dito em relação ao objeto de estudo, visando novas perspectivas sobre o movimento da Escola Nova e em especial sobre sua presença na educação piauiense. Assim, as interpretações do movimento renovador foram consideradas através da crítica das leituras reducionistas e do questionamento dos quadros teóricos já estabelecidos.

Este exercício historiográfico apontou a necessidade de pesquisas regionais que possibilitem, como destaca Cavalcante (2000, p.40), construir “[...] outras trajetórias político-culturais seguidas por outras regiões e Estados brasileiros”. A exemplo de pesquisas sobre a Escola Nova referentes aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará.

A crítica historiográfica, segundo Brandão (1999), possibilita mostrar que a escolha do quadro teórico não é neutra. Neste trabalho procurou-se afastar dos sistemas rígidos de explicação, desta forma, a análise histórica sobre o movimento renovador no Brasil e a Escola Nova foi feita a partir dos autores citados, considerando ainda Saviani (2002; 2007), Pinto (1986), Carvalho (1998; 2000) e Nagle (1976). Quanto a produção historiográfica da educação piauiense utilizou-se além dos autores citados Queiroz (1994; 1998), Pires (1985), Vieira (2002). Em relação à Nova História as referências foram Dosse (1994), Chartier (1990), Burke (2004), Le Goff (2005; 1998) e, da história oral, Thompson (2002).

Procurou-se construir uma interpretação do movimento renovador, da presença da Escola Nova na educação piauiense, a partir das percepções dos sujeitos envolvidos com a educação do período. Foram considerados, especialmente, os sujeitos pertencentes à elite intelectual piauiense ou que mantinham relações com a mesma ou com o tema em estudo.

O conceito de elite intelectual foi utilizado no sentido sociológico, considerando, segundo Busino apud Heinz (2006, p.7), que a elite se caracteriza como uma “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizada socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.)”. Este conceito se refere aos grupos ou categorias profissionais que ocupam o ápice de estruturas hierárquicas, de acordo com determinadas qualidades socialmente ressaltadas.

A noção de elite se refere às percepções sociais que os atores têm em relação às condições desiguais que são dadas aos indivíduos no desempenho de papéis sociais e políticos. Percepções que servem, inclusive, para reforçar ou justificar o poder dos sujeitos ou grupos sociais sobre os demais componentes da sociedade.

A referência aos reformadores da educação piauiense nos anos de 1920 a 1947 foi feita utilizando-se o conceito de elite intelectual, pois os reformadores ocupavam posições-chave na sociedade piauiense. Esses sujeitos dispunham de poderes, influências e de privilégios decorrentes das posições que ocupavam e principalmente de sua formação acadêmica, se diferenciando e influenciando o conjunto dos demais membros da sociedade local.

Procurou-se analisar os sujeitos estudados destacando-se a origem social, formação profissional e escolar, cargos ocupados, condicionamentos culturais e sociais dos mesmos. Ao traçar esses perfis foi possível estabelecer relações entre as ações destes sujeitos com a coletividade, mostrar sua composição social, o envolvimento deles com o ideal da construção de uma nova escola no Piauí e com os ideais da Escola Nova.

A pesquisa concentrou-se nos discursos proferidos por determinados membros da elite intelectual piauiense, envolvidos com as reformas educacionais de 1920 a 1947, e nos discursos de outros sujeitos que mantinham relações diretas com esta elite, como as professoras primárias e os alunos (as) de então. A opção por trabalhar com os discursos se deu por acreditar que práticas discursivas são produtoras de ordenamento, de afirmação, de distâncias e de divisões, pois como afirma Chartier (1990) são as práticas que constroem o mundo enquanto representação.

Nos discursos se procurou compreender, além dos significados imediatos das comunicações, os conteúdos das mensagens veiculadas através das escritas governamentais,

dos discursos das formandas da Escola Normal do Piauí, dos textos publicados em jornais pelos intelectuais e das entrevistas feitas. Estas comunicações retrataram um discurso sobre a educação de uma época específica e funcionaram como elementos reveladores das formas como ocorreu a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense.

Dispensou-se atenção especial na análise dos discursos presentes nos documentos consultados e nas entrevistas feitas, na busca de ir além do declarado pelos autores dos documentos, considerando as observações de Dosse (1994) em relação à necessidade de estar atento ao não dito pelo documento.

Também se procurou conhecer as diferentes práticas que serviram de mediações entre a elite intelectual piauiense e a população, expressas em variados textos e o papel destes mediadores na difusão da cultura escolar, entendida como uma expressão de diferentes grupos que compunham a sociedade.

As práticas sociais foram trabalhadas como sinônimo de cultura, elemento que parte da relação interativa entre “representações” e “apropriações”. De acordo com Chartier (1990, p.17) as práticas se relacionam às formas de fazer, produzir a cultura; as representações às formas de percebê-la, de interpretar, de dá sentido ao mundo. As representações “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se torna inteligível e o espaço pode ser decifrado.”

Levou-se em consideração que as práticas sociais são resultantes das motivações e necessidades sociais, além dos modos como se dá a incorporação das representações sociais, trabalhadas através da noção de “apropriação”. Como as práticas sociais só existem nos contextos sociais, na análise da relação dos acontecimentos históricos se considerou as estruturas sociais.

Essas estruturas se caracterizam como fenômenos de origens diversas e permanecem constantes num longo período ou transformam-se lentamente de forma quase imperceptível como destaca Pomian (1998). Não há mudanças rápidas, sendo possível que determinadas estruturas permaneçam presentes por muito tempo, sem que haja modificações.

Procurou-se focalizar as mudanças estruturais, consideradas inovações que transcendem as injunções, limites, barreiras e que possuem um caráter de transformação qualitativa, de ruptura, de continuidades. Como no período analisado não houve mudanças significativas na estrutura social o trabalho se deteve na análise das conjunturas vividas por diferentes sujeitos, de forma a apreender as situações que expressavam as flutuações vividas. As conjunturas ao longo das décadas de 1920 até 1947 possibilitaram uma melhor compreensão dos fatos que envolveram a educação de então e uma melhor interpretação dos discursos analisados.

Utilizou-se dos relatos de atores que participaram das reformas implantadas no Piauí e produziram textos sobre a educação divulgados em jornais, revistas, livros, relatórios e mensagens governamentais, discursos das formaturas das professoras da época. Fez-se uso também dos registros contidos nos regimentos escolares, livros de atas, históricos escolares da Escola Normal Oficial, relações de matrículas, grades curriculares e planos de disciplina.

A documentação analisada encontra-se preservada no Arquivo Público do Estado do Piauí: “Casa Anísio Brito”, Biblioteca Estadual “Des. Cromwell de Carvalho”; arquivos do Instituto de Educação “Antonino Freire” e na Academia Piauiense de Letras. Estas fontes possibilitaram caracterizar o pensamento educacional trabalhado e veiculado através da legislação de ensino e da Escola Normal Oficial, seus possíveis impactos nas escolas primárias da época além de identificar a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense.

Utilizou-se relatos orais de pessoas que vivenciaram experiências nas escolas primárias da época, como professor ou aluno. Na escolha dos sujeitos das entrevistas considerou-se, segundo Thompson (2002, p.26), que as testemunhas históricas podem ser convocadas de entre as classes subalternas. Esta possibilidade de ouvir diferentes atores sociais traz a esperança de se resgatar uma história silenciada, permitindo conhecer as vozes de outros atores sociais.

As professoras entrevistadas foram selecionadas a partir de suas vivências nas escolas primárias e da convivência das mesmas com as professoras normalistas da época em estudo. Para localizar as entrevistadas levantou-se junto a conhecidos que residem em diversos municípios piauiense a existência de sujeitos que preenchessem os critérios estabelecidos.

Assim, foi localizada na cidade de Miguel Alves (PI) a professora Maria do Carmo Rebelo, professora normalista que estudou em Teresina e iniciou suas atividades de professora primária na década de 1930 naquele município. Em Barras (PI) localizou-se Dona Iracema Torres Araujo uma aluna da referida professora, além das normalistas Eulina de Carvalho Veloso e Silva e Maria de Jesus Rocha Bona Medeiros que foram alunas de normalistas durante os anos de 1930. Após a localização das entrevistadas foi feito o contato com as mesmas e marcada as entrevistas em suas residências.

Quanto à análise dos dados a partir da descrição dos conteúdos presentes nos textos e nas entrevistas se procurou identificar os temas que faziam parte do imaginário dos seus produtores, inferindo as condições de produção e o contexto de recepção dos textos, acreditando no caráter atuante dos mesmos na configuração de determinadas conjunturas.

Desta forma, se buscou explicitar os reais objetivos dos documentos analisados a partir do contexto de produção e das intenções de seus produtores.

Buscou-se focalizar as representações, ambigüidades e como elas se articulavam nos textos, as intenções do emissor, o objetivo, o local e período de produção, os possíveis interlocutores, as condições de produção, os temas tratados e os prováveis silêncios contidos nos mesmos. Foram identificadas palavras, idéias e temas comuns a todos os discursos, que se referiam a determinadas representações construídas em relação à escola, ao progresso, as professoras primárias, ao método de ensino, ao ideal de educação e a Escola Nova.

O resultado da pesquisa se encontra apresentado em três capítulos. No primeiro procurou-se resgatar os antecedentes da Escola Nova no Brasil, relacionando-a com o projeto liberal de expansão escolar ocorrido na Primeira República. Através do resgate do corpo teórico da Escola Nova procurou-se mostrar como ocorreu a apropriação, expansão e as estratégias de divulgação deste ideário, focalizando seus sentidos e ideais, relacionando-o ao desejo de modernidade expresso num projeto político, social, econômico e cultural implantado no Brasil ao longo da Primeira República.

Ainda, neste capítulo, foi ressaltado que o movimento renovador representou um repensar da educação a partir das novas exigências sociais, determinando nova função social para a educação, coexistindo simultaneamente o ato político e o pedagógico. Foram explicitadas as relações entre os ideais da Escola Nova e os intelectuais envolvidos no processo de renovação cultural, demonstrando que a apropriação dos ideais da Escola Nova serviu aos interesses da elite intelectual envolvida na construção de um projeto de modernidade que comporta certas críticas.

No segundo capítulo, situou-se a educação piauiense em relação aos ideais da Escola Nova, focalizando as ações das cidades de Teresina e Parnaíba de 1920 até 1947. Através da caracterização da sociedade local destacou-se o projeto de modernização proposto e concretizado pela elite intelectual destas cidades. Foram enfatizadas as formas como ocorreram a apropriação, divulgação e concretização dos ideais da Escola Nova no Piauí, ressaltando os discursos construídos em torno desta representação, de forma a compreender as ações desenvolvidas pela elite intelectual. Foi estabelecido o perfil dos principais intelectuais envolvidos com as questões da educação e os pressupostos defendidos pelos mesmos, ressaltando-se os princípios da Escola Nova que foram apropriados, expressos e concretizados através das reformas aqui implantadas.

No terceiro capítulo se ressaltou a concretização dos ideais da Escola Nova no imaginário social, na educação piauiense através das práticas escolares e da participação dos (as) mesmos (as) em conferências nacionais.

O texto finaliza destacando que a educação piauiense através dos intelectuais manteve durante o período em estudo amplo contato com outras regiões envolvidas na ação de reformulação da educação. Diversos grupos sociais se envolveram nesta ação, porém, como o movimento renovador comporta uma série de interpretações e apresenta uma sucessão de desvios e ausências em relação a temas e sujeitos envolvidos com o referido movimento esta pesquisa se caracterizou por ser apenas uma leitura do movimento renovador ocorrido no Piauí durante os anos de 1920 a 1947, muito ainda há a se pesquisar sobre a educação e sobre os reformadores piauienses, comportando a temática outras interpretações.

1 ANTECEDENTES DA ESCOLA NOVA NO BRASIL

Procurando compreender como se deu a apropriação e divulgação dos ideais da Escola Nova no Piauí durante os anos de 1920 a 1947 necessitou-se resgatar os antecedentes históricos deste movimento, de forma a (re) construir um panorama que possibilitasse apreender os sentidos da Escola Nova, relacionando-os a proposta de educação elaborada para os tempos modernos.

Neste capítulo, procurou-se destacar as principais idéias trabalhadas no bojo do pensamento da Escola Nova, seus fundamentos e princípios de forma a explicar certas terminologias empregadas e de resgatar sumariamente seu corpo teórico, revisando as matrizes historiográficas que fazem a análise da temática do movimento renovador e da Escola Nova.

Este panorama geral possibilitou analisar a educação piauiense a partir da introdução de idéias consideradas renovadoras, que propunham mudanças em relação à educação escolarizada oferecida no Brasil. A educação era vista como elemento de reconstrução social e estabilidade política, elemento propulsor do progresso.

Fernando de Azevedo (1976) foi um dos principais responsáveis pela consolidação da visão do movimento renovador, ocorrido nas três primeiras décadas do século XX, como elemento de renovação da cultura e da escola, utilizando em seu discurso uma constante oposição entre o velho e o novo. Segundo esta perspectiva os integrantes do movimento renovador se autodenominavam renovadores da educação.

Segundo Monarcha (1989), a divulgação de forma sistematizada do ideário renovador deu-se a partir da década de 1920, por meio da expansão da nova literatura educacional; das reformas de ensino realizadas nos diversos Estados; da presença de um novo perfil de educadores, os chamados “educadores profissionais”. Entre as ações atribuídas aos denominados educadores profissionais ou “pioneiros da educação” destaca-se o fato de que

Os Pioneiros estavam propondo, sim, a renovação da escola; mas estavam também, inaugurando o campo educacional enquanto uma área de saber específico e campo de legitimidade política no debate a respeito do papel da educação na construção do Brasil moderno. (BRANDÃO, 1999, p.61).

A partir de então, segundo Azevedo (1976), as reflexões sobre uma nova escola se fizeram presentes de forma mais sistematizada, sendo o modelo vigente fortemente criticado,

considerado não adequado aos objetivos da época. Em conjunto com a reivindicação de uma nova escola surge uma literatura especializada no Brasil.

Segundo a historiografia analisada o movimento reformador, influenciado pelos ideais da Escola Nova, iniciou-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais se expandindo e influenciando outros Estados brasileiros. Mas de fato existiu essa predominância de influência? Foi preciso questionar a perspectiva na historiografia da educação brasileira que privilegia as interpretações a partir dos Estados “eixo”, considerados os principais centros do movimento renovador e de divulgação dos ideais da Escola Nova.

Nesta referência predomina na historiografia que os outros Estados do Brasil foram meros observadores, se deixando influenciar de forma passiva pelas idéias desenvolvidas em matéria de educação por aqueles. As particularidades regionais ficam desconhecidas, pois são poucas as pesquisas que estudam o movimento renovador fora daquele “eixo”, a exemplo de Cavalcante (2000) que, contradizendo a perspectiva dominante na historiografia, faz uma releitura da reforma implantada no Estado do Ceará por Lourenço Filho em 1922.

Levando em consideração os vários estados brasileiros e a dinâmica social vivenciada em cada realidade há que se questionar se de fato houve uma padronização do pensamento pedagógico divulgado pelos pioneiros da educação ou se houve uma diversidade de pensamento entre os envolvidos com a divulgação dos ideais da Escola Nova. Que mudanças foram pensadas? Quais foram concretizadas? Como se efetivaram nas práticas escolares de estados específicos como o Piauí? Questões estas que podem ser respondidas a partir de uma melhor compreensão das bases históricas e técnicas do movimento renovador no Brasil.

1.1 Compreendendo o fenômeno da Escola Nova: bases históricas

Os anos vinte foram um período fértil em discussões em relação à função social da escola, havendo uma maior aproximação da mesma com os ideais modernos de educação e da Escola Nova, fatos que antecedem a massificação do sistema educacional brasileiro, pois

No que tange ao sistema educacional, pode-se afirmar sem risco de erro, que antes de 1930 apenas as camadas superiores tinham acesso à escola, enquanto que as camadas inferiores, abrangendo a grande maioria da população, muito raramente frequentavam escolas. (BERGER, 1980, p. 29).

Os anos de 1920 foram um momento rico em conferências e circulação de textos sobre a Pedagogia Moderna, o método de ensino intuitivo em oposição ao ensino mútuo, sobre os ideais da Escola Nova que foram divulgados sistematicamente através da literatura especializada, das reformas de ensino promovidas nos diversos Estados, além dos encontros, das conferências promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Para se compreender o movimento de renovação da educação escolar durante a Primeira República, em especial nas primeiras décadas do século XX, foi preciso analisar as formas de divulgação daqueles ideais nos “Estados fora do eixo”, tendo como referências o Piauí e o Ceará e destacar o papel desempenhado por seus divulgadores. Estas duas ações se constituem em elementos reveladores das particularidades e das diferentes formas de vivência de um mesmo fenômeno educativo no Brasil: a Escola Nova.

Quais sentidos são atribuídos ao movimento? Como se deu a construção histórica destes sentidos? Aparentemente o que pode parecer uma definição de terminologia toma uma dimensão histórica em relação ao sentido e o uso do mesmo, quando este se relaciona ao ideal de educação defendido nas primeiras décadas do século XX. Mas se deve falar em ideal ou ideais da Escola Nova? Que ideais eram estes? E quem eram seus defensores?

Várias acepções são atribuídas ao movimento da Escola Nova, podendo, segundo Azevedo (1976, p. 179), “[...] abranger todas as formas de educação que levassem em conta as correntes pedagógicas modernas e as necessidades das crianças.” Destacando-se que nem todas as formas de educação baseadas na Pedagogia Moderna e nas necessidades das crianças se relacionam à Escola Nova.

Para ser classificada como tal, de forma precisa, na visão de Lourenço Filho (1978) era preciso que a proposta estivesse ligada a um novo padrão de tratamento dos problemas da educação. Assim, a Escola Nova se referia a um conjunto de princípios voltados para a revisão das formas tradicionais de ensino, possuindo princípios baseados em uma nova compreensão da infância derivada dos estudos da biologia e da psicologia e na compreensão das funções da escola em face das exigências da vida social.

O movimento da Escola Nova ou Pedagogia Contemporânea surgiu, segundo Lourenço Filho (1978, p.24), “[...] em instituições privadas da Inglaterra, França, Suíça, Polônia, Hungria e outros países depois de 1880.” Nesta época foram publicados trabalhos sobre a observação experimental da aprendizagem e os primeiros ensaios sobre medidas de capacidades mentais e rendimento escolar. Posteriormente com a Primeira Guerra Mundial sentiu-se a necessidade de rever os princípios da educação escolar, sendo infundida uma nova fé na escola.

Desta forma, a compreensão das relações existentes entre a massificação da educação popular e os ideais da Escola Nova se constituiu em elemento revelador dos objetivos do movimento renovador. Pois, no Brasil, a divulgação daqueles ideais possuía uma ligação com a massificação da educação popular, defendida e implantada segundo os ideais republicanos, estando relacionada à constituição do Estado Liberal, inserido no contexto da modernidade e do sistema capitalista, devendo a escola estar voltada para a formação dos cidadãos.

Alguns questionamentos podem apontar para a explicitação da relação entre Estado Liberal e Escola Nova, evidenciando que as escolhas não foram feitas de forma casual, estavam ligadas a certos interesses, se adequavam às necessidades de então. Por que a escolha e divulgação dos ideais da Escola Nova? Não havia outras possibilidades de promover a massificação da escola elementar sob orientações diferentes? A aceitação destes ideais se deu de forma geral como se destaca na literatura vigente ou existiam aqueles que se posicionavam contra o mesmo? E os professores das escolas elementares como se apropriaram destes ideais? Como de fato se deu a concretização destes ideais nas práticas dos professores?

A compreensão do processo de elaboração do ideário pedagógico brasileiro e suas especificidades em relação ao movimento da Escola Nova possibilitaram conhecer certos posicionamentos assumidos a respeito dos sentidos conferidos ao movimento. Para tanto foi necessário estabelecer a definição, diferenciação dos termos escolanovismo¹ e Escola Nova explicitando se eles expressam o mesmo sentido ou se existem diferenças entre eles.

Escola Nova e escolanovismo muitas vezes são usados indistintamente para caracterizar o movimento ocorrido no Brasil desde o final do Império, que postulava novas formas de educação baseadas na Pedagogia Moderna. Escolanovismo geralmente é utilizado, pelos críticos do movimento renovador, para caracterizar as posturas assumidas por membros da elite intelectual envolvidos com a divulgação dos ideais da Escola Nova no Brasil. Porém o termo escola nova denomina, na realidade um construto teórico sobre a educação escolar elaborado a partir das idéias de Rousseau e posteriormente se fundamentou nos conhecimentos da Biologia, Sociologia e da Psicologia.

Para se entender esta distinção, deve-se situá-la a partir de um exercício historiográfico que possibilite compreender as possíveis leituras das relações que se estabeleceram entre os

¹ O termo escolanovismo foi empregado pela primeira vez por Jorge Nagle em 1974, porém as críticas feitas ao movimento renovador por Demerval Saviani, através do livro "Escola e democracia", implicaram na acentuação de um caráter desqualificador do movimento, passando o mesmo a ser denominado de "escolanovismo". Caracterizando-se, na historiografia, como uma contra-memória em relação ao movimento renovador que o associa a prevalência do aspecto técnico da educação em detrimento do político, expressando uma hegemonia da classe burguesa.

ideais da Escola Nova, seus intelectuais e a renovação cultural processada no Brasil e no Piauí durante as primeiras décadas do século XX, assim como seus reflexos na educação do povo.

Desde os anos de 1910 o Brasil apresentou uma mobilização de sua elite intelectual em prol da construção de um novo País, segundo os ideais republicanos e liberais. Até então não haviam sido cumpridas as promessas iniciais da República de tornar o Brasil um país moderno, democrático, foi a partir daí se intensificaram as discussões sobre a educação popular. Uma característica desta época é que para responder aos anseios de então se passou a pensar e apontar as possíveis soluções para a modernização da sociedade brasileira via escola.

Dentre as mesmas estavam a modificação e a massificação da escola primária. Era preciso modificar a escola, a existente não satisfazia aos novos anseios. As mudanças advogadas eram principalmente em relação aos fins da educação, à ampliação da rede escolar, modificações em sua estrutura, na forma de organização e nos aspectos metodológicos.

Para Hilsdorf (2003) as inovações se referiam a um novo padrão de escolarização, envolvendo novos métodos, possibilitando a elaboração de um novo padrão metodológico, posição essa que limita a interpretação do movimento da Escola Nova.

Segundo Monarcha (1989, p.11) o movimento da Escola Nova representou uma forma de tratamento dos problemas da educação e possibilitou a elaboração de “[...] um conjunto de princípios com o objetivo de rever as chamadas formas tradicionais de ensino, em particular a pedagogia de cunho Herbartiano.”

Este movimento representou uma renovação educacional expressa em uma educação e pedagogia voltadas para os novos tempos, para uma nova sociedade que se dizia mais aberta, democrática e dinâmica. Foi preciso considerar-se a pluralidade de posições assumidas pelos teóricos propagadores da Escola Nova no Brasil, percebendo-se a existência de diversas posições dentro do mesmo movimento, o que possibilita as várias interpretações do mesmo.

As mudanças pensadas pelos reformadores da década de 1920 objetivavam a conformação da escola aos anseios da época, expressos pelo desejo de modernizar a sociedade. Assim, mudanças em relação à estrutura escolar vigente foram pensadas e implantadas, num movimento que se expandiu a diversos estados brasileiros e que tinha como porta-voz principal a elite intelectual.

O movimento renovador embasado nos pressupostos da Escola Nova se caracterizou, segundo Pinto (1986, p.59) como um “[...] movimento que reuniu personalidades de diversas tendências, unidas sob a maneira comum de colocar a educação a serviço da cidadania [...]”. No Brasil, de acordo com Berger (1980) antes mesmo da Proclamação da República a circulação de novas idéias relacionadas à educação eram um fato corrente desde os anos de

1860 e 1890, pois se percebiam mudanças em relação à educação, que se referiam à circulação de novas idéias vivenciadas em escolas mantidas pela iniciativa particular, de cunho protestante².

As mudanças ocorridas, nesta época, podem ser atribuídas ao Liberalismo de cunho reformista que dominou os discursos dos republicanos representados pelos liberais de segunda geração responsáveis pela divulgação de:

[...] todo um conjunto de diretrizes, métodos, procedimentos e conteúdos modernos, que foi posto em circulação e pôde ser discutido, experimentado e aprovado, desde a década de 1870 [...] estabelecendo um novo padrão de escolarização para a sociedade brasileira. (HILSDORF, 2003, p.52).

Este novo padrão de escolarização a princípio se desenvolveu através de experiências vividas em colégios particulares de confissão protestante, de orientações positivistas e científicas. Foi a partir de então que no Brasil teve início à prática de uma Pedagogia Moderna. A atenção deve voltar-se para o fato de se falar na prática de uma pedagogia moderna e não apenas em renovações de métodos, conteúdos e organização, sendo estes elementos decorrentes da mesma. A Pedagogia advogada deveria servir aos novos fins da educação, deveria apresentar um cunho moderno e científico.

Com o amplo desenvolvimento da Biologia, Sociologia e da Psicologia as mesmas influenciaram profundamente a Pedagogia Moderna, porém, é preciso explicitar o sentido deste adjetivo que qualifica a pedagogia. O sentido do moderno, termo presente no imaginário da época em estudo, se relaciona apenas ao novo? Ou assume uma conotação relacionada aos novos tempos ditados pelo sistema de produção, pela ciência?

Moderno não assumiu somente o sentido do novo, do original, mas era decorrente, sobretudo, das influências sofridas pelos ideais de uma sociedade baseada no sistema econômico que se consolidou ao longo dos dois últimos séculos, o capitalismo. Ser moderno era acompanhar as tendências que colocavam em cheque valores ligados as antigas classes dirigentes, era acompanhar os novos valores sociais que influenciavam toda a dinâmica social e que às vezes se mostrava contrário a mesma, pois

² Penno (2005) estudou a implantação em 1904 do primeiro colégio batista no Piauí. Em 1904 foi inaugurado o Colégio Correntino Piauiense, em Corrente (PI), uma instituição educativa batista instalada no sul do Estado, que funcionou “como espaço e foco irradiador das idéias da pedagogia norte-americana, progressista e liberal” (p. 65). Talvez a influência do mesmo tenha se limitado à região sul do Estado, pois não foram encontradas referências a esta instituição nas fontes analisadas.

[...] ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas, e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto as novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz. (BERMAN, 1988, p.13).

A modernidade comporta uma série de paradoxo, mas como os mesmos são concretizados nas vivências diária e principalmente como eles se mostram em relação à educação são alguns dilemas que a sociedade republicana vivenciou e buscou responder nas primeiras décadas de sua existência e nas décadas subseqüentes, incorporando-os aos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e às questões da educação.

Contudo, para entender estas mudanças há que se compreender a própria historicidade da modernidade, que se caracteriza por fases. Segundo Berman (1988, p.16) a primeira se relaciona ao surgimento da modernidade, datando do início do século XVI até o final do século XVIII. A segunda fase instalada com a Revolução Francesa estende-se até o século XX quando inicia a terceira fase, onde “o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo.”

O termo moderno expressava também uma crença de que a razão implantada pelo desenvolvimento das ciências naturais poderia responder às inquietações sociais, principalmente advindas da Primeira Guerra. Assim, o adjetivo moderno não se aplicava apenas ao sistema econômico, mas aos contextos sociais decorrentes de influências do mesmo.

Moderno não se referia apenas ao fato de ser atual, seu sentido encontrava-se vinculado ao contexto social vigente, influenciado pelo avanço das ciências, ser moderno expressava toda uma visão de mundo construída ao longo dos três últimos séculos. Segundo Santos (1996b), expressava um modelo a ser seguido.

A construção de uma nova ordem social influenciada pelo capitalismo provocou uma revolução nas formas de pensar e nas idéias, expressas através dos movimentos do Renascimento e Iluminismo. Movimentos, estes, responsáveis pela organização e divulgação de idéias fundadas na crença da razão, na autonomia humana e na propagação do novo ideal de homem, cabendo a educação escolar responder por sua formação.

No Brasil, com a intensificação do desenvolvimento econômico e das camadas médias, novos valores sociais foram incorporados e aplicados a todos os domínios sociais, fruto da

dinamicidade implantada. Neste contexto, os discursos produzidos na década de 1920 destacavam que era preciso repensar a sociedade brasileira, colocá-la no mesmo ritmo vivido pelos países da Europa e pelos Estados Unidos, países de referência no processo de modernização. Assim, as propostas defendidas, no bojo do movimento renovador afirmavam a necessidade de transformar a escola existente, substituindo-a por uma nova escola, voltada para atender aos anseios da sociedade em franco desenvolvimento.

Quais os princípios envolvendo esta nova concepção de escola, quem a defendia e com quais objetivos? São pontos que ajudam a entender que esta nova escola acompanhava uma tendência de revisão da instituição escolar existente. A escola deveria fundamentar-se na Pedagogia Moderna, as relações entre professor (a) e aluno (a), os conteúdos, os métodos a serem trabalhados deveriam ser repensados, bem como os próprios fins da educação.

1.2 Os princípios da Escola Nova

As correntes de pensamento que circulavam no Brasil durante os anos de 1920 serviram para estabelecer o pensamento pedagógico brasileiro, que a princípio, segundo Azevedo (1976), se orientava pelo menos através de duas formas, dois sentidos de educação nova. Uma que se preocupava com os aspectos técnicos e outra possuidora de uma concepção mais nítida do papel social da escola, que visava à adaptação do indivíduo ao meio social. As duas formas não eram antagônicas, podendo até ser complementares.

Em seu primeiro sentido a Escola Nova era fundamentada em autores das novas idéias biopsicológicas da criança e das concepções funcionais da educação tendo por referência os estudos de Claparède³, Ferrière⁴, Dewey⁵. Estas concepções expressavam uma tendência individualista, focavam-se no desenvolvimento dos indivíduos, considerado o ponto de

³ Edouard-Jean Alfred Claparède (1873-1940), segundo Arce; Simão (2007), defendia a educação funcional, aquela que se fundamentava na necessidade e nos interesses psíquicos que dela deveria resultar.

⁴ Adolphe Ferrière (1879-1960): considerava, de acordo com, Peres (2007), que a escola ativa não era um método, mas a aplicação das leis da psicologia à educação que deveria ser integral: intelectual, moral e física.

⁵ John Dewey (1859-1952): filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte americano, defensor da Escola Ativa, propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno, dos princípios da iniciativa, originalidade e cooperação. Conforme Gadotti (1994) a educação defendida por Dewey tinha por função liberar as potencialidades do indivíduo e se destinar ao aperfeiçoamento da ordem social.

partida para a organização da escola, que deveria estar voltada para a dinâmica do ensino, para os processos de aprendizagem e os métodos do trabalho escolar. Assim, a Escola Nova, segundo Lourenço Filho (1978, p. 246-248), orientava-se por princípios fundamentais:

- a) de respeito à personalidade do educando: cada educando desenvolve-se segundo as suas próprias capacidades e recurso, por ação e esforço individual;
- b) de liberdade: à criança deve ser garantida maior liberdade, proporcionando o seu desenvolvimento natural através de atividades livres e espontâneas;
- c) de atividade: expresso pelos métodos ativos, pela escola ativa, sendo a criança considerada como um ser essencialmente ativo, cujas faculdades se desenvolvem através de atividades, situações cooperativas de ensino;
- d) da individualização do ensino: o respeito à personalidade, a originalidade pessoal de cada criança deve ser mantida, cada indivíduo possui características próprias e a cada pessoa é devida a educação que lhe convém.

A influência do pragmatismo de Dewey no modo de conceber a educação se fazia presente, sendo que o processo educacional nas democracias requeria uma educação intencional e bem organizada e não se apresentava apenas como uma necessidade deste ou daquele tipo de sociedade, mas era a própria condição de sua realização.

No seu segundo sentido a Escola Nova se relaciona à evolução dos conhecimentos e das idéias sociais. É apresentada uma concepção mais nítida do papel da escola enquanto instituição social, uma consciência mais viva da necessidade de articular a escola com o meio e de adaptá-la às condições de uma nova civilização, influências recebidas da sociologia.

Dava-se ênfase à compreensão das necessidades do indivíduo através do social, procurando organizar a escola como uma comunidade de vida e orientá-la segundo os princípios comuns de solidariedade e de cooperação, com o sacrifício parcial do indivíduo, para o bem coletivo. A educação deveria partir das necessidades da comunidade para a formação do indivíduo, que tem suas prioridades definidas a partir da mesma, sendo modificada a estrutura da escola para uma melhor adaptação da educação ao meio social. Esta perspectiva focalizava a iniciação dos indivíduos no social, por isso suas necessidades são vistas através da comunidade.

Ao comparar as duas concepções de educação se percebeu em ambas uma crença na educação como meio de desenvolvimento dos sujeitos a serviço de uma dada sociedade. O primeiro sentido se expressou através da defesa da escola ativa, enquanto o segundo possuía uma abordagem mais sociológica. Contudo era presente em ambos o desejo de construir uma nova escola, adequando-a às necessidades individuais e sociais.

Desta forma, os significados da educação foram construídos pelos renovadores e se relacionavam às posições doutrinárias assumidas quando da revisão das instituições de ensino. O questionamento das funções sociais da educação voltava-se para a formação do novo homem e para a necessidade de adequar a escola às novas exigências da sociedade. Era preciso fazer a revolução social via escola, uma revolução pacífica, pensamento que prevaleceu entre parte dos pioneiros da educação.

A revolução defendida era no sentido de mudar as condições sociais da população em termos culturais, via escola. Desejava-se colocar o Brasil no mesmo ritmo de desenvolvimento de países como os Estados Unidos. Segundo Brandão (1989) havia, contudo, os que percebiam a limitação da transformação social exclusivamente pela educação, como era o caso de Paschoal Lemme.

As propostas didáticas da Escola Nova foram amplamente difundidas no Brasil, destacando-se o sistema de Montessori⁶ o qual foi estruturado a partir de embasamentos biológicos, enfatizando os estudos biométricos. Neste modelo conceitual estavam presentes também os princípios de liberdade, atividade e individualidade, a educação deveria volta-se para o crescimento e desenvolvimento da criança.

Outro modelo conceitual que serviu de apoio ao ideário da Escola Nova foi o elaborado por Decroly⁷, sendo os centros de interesse sua maior expressão. O estudo da psicologia da criança fundamentou os seus princípios, que defendiam que o indivíduo deveria ser colocado em condições de viver, de forma que o mesmo pudesse alcançar, com a maior economia de energia e de tempo, o grau de desenvolvimento que a sua constituição e as solicitações do meio lhe estivesse exigindo.

Estes dois sistemas foram amplamente divulgados e empregados no Brasil para trabalhar a educação renovada a partir da Escola Ativa, caracterizando-se como formas de expressão da Escola Nova que predominaram na educação brasileira a partir dos anos de 1930, momento em que houve a sua institucionalização através da política educacional do Governo Federal.

⁶ Maria Montessori (1870-1952), segundo Gadotti (1994), publicou os princípios básicos de seu método em 1909 que propunha despertar a atividade infantil através do estímulo e promover a auto-educação da criança, colocando meios adequados de trabalho à sua disposição.

⁷ Ovide Decroly (1871-1931), de acordo com Pinto (1986), criou o método dos centros de interesse desenvolvido através da observação, associação e expressão.

1.3 A institucionalização dos ideais da Escola Nova no Brasil

O ideário da Escola Nova, durante os anos de 1920, teve ampla circulação nos estados brasileiros, sendo inclusive institucionalizado através das reformas educacionais implantadas nos estados. Assim, fez-se necessário aprofundar a discussão da institucionalização no Brasil dos sistemas da Escola Nova, pois isso ajudou na compreensão de como ocorreu a incorporação e institucionalização dos ideais da Escola Nova na educação brasileira.

A fisionomia da década de 1920 foi marcada pelos princípios liberais que orientavam o pensamento dos reformadores educacionais da época. As discussões em torno da Escola Nova se fizeram de forma mais consistente, havendo uma ampla divulgação dos ideais da mesma que se deu através de uma série de estratégias voltadas para a socialização dos ideais da Escola Nova e dos modelos conceituais discutidos que influenciaram a forma de tratar a educação escolar e seus aspectos pedagógicos.

A difusão do ideário da Escola Nova durante os anos vinte se deu de forma intensa nos diversos Estados do Brasil através das conferências nacionais patrocinadas pela ABE e da institucionalização daqueles ideais por meio das diferentes reformas implantadas na época. Com a difusão sistematizada dos ideais da Escola Nova experiências ocorreram influenciadas pela circulação de diretrizes, métodos, procedimentos e conteúdos considerados modernos.

A princípio a institucionalização dos novos padrões de escolarização ocorreu através das inúmeras reformas implantadas nos Estados de São Paulo (1920), Piauí (1921), Ceará (1922), Rio Grande do Norte (1924), Bahia (1925), Minas Gerais (1927), Distrito Federal (1928) e em Pernambuco (1928). Estas reformas mostram que as apropriações do ideário da Escola Nova começaram de

[...] de forma fracionária nos Estados, [...] e adquire feição estruturada, em torno da Associação Brasileira de Educação, na segunda metade da década de vinte. O período áureo do movimento compreende esse período e alcança os anos trinta. Com a emergência do Estado Novo, reduz de muito a sua ambição inicial [...]. (PINTO, 1986, p. 59).

De fato, as influências da Escola Nova ocorreram de forma fracionária considerando-se que os estados “testaram” seus próprios projetos de educação popular que mantinham entre si aspectos comuns e foram se conformando em um projeto em torno da (ABE), fundada em 1924. Porém o movimento da Escola Nova não apenas se reduziu ou sofreu retração a partir

de 1930, tudo indica que ocorreu a institucionalização de seus princípios alcançada através das ações de centralização da política de educação no governo de Vargas.

A partir de então, as reformas que ocorriam nos estados de forma isolada passaram a ser direcionadas pela política nacional, numa orientação que culminou com a centralização da educação brasileira, implantada pelo Ministério da Educação e consolidada nos anos de 1940 através das Leis Orgânicas do Ensino. Os novos padrões de educação que foram institucionalizados assumiram uma conotação mais ampla sobre a educação escolar, não se resumiram apenas aos aspectos técnicos, metodológicos da mesma.

A educação era considerada um elemento de transformação das instituições sociais, esta forma de perceber a educação vinha sendo construída durante os anos de 1920 pela elite intelectual, que elaborou um projeto de educação popular baseado nos fundamentos da Pedagogia Moderna e que expressava os anseios de uma época específica, a sociedade moderna, tendo sido incorporado na política educacional do Governo Vargas.

1.4 A Escola Nova e a educação popular: projetos da modernidade

A compreensão do que representou os ideais da Escola Nova no Brasil durante os anos de 1920 a 1947 procurou-se fazer a partir da discussão da educação como uma proposta dos tempos modernos. A análise histórica das especificidades da modernidade, de seu projeto educativo, das formas assumidas por este projeto, expressas através de particularidades da educação, possibilitaram desvelar algumas das relações entre a modernidade e a proposta da Escola Nova, tendo sido possível destacar o sentido político presente no movimento renovador.

Através da reflexão e contextualização histórico-filosófica a respeito dos desafios e exigências que eram colocados à formação do sujeito social podem ser compreendidas algumas questões ligadas aos ideais da Escola Nova no Brasil. Também, a explicitação dos elementos determinantes do ideário moderno, sua constituição, sua concretização via educação, seu projeto educativo, os conceitos envolvidos e os discursos propostos serviram como elementos reveladores de um projeto político de educação que fora traçado e operacionalizado via escola.

A existência de distintas possibilidades de leitura do mesmo objeto, a Escola Nova, tornou possível explicitar a conotação política presente no movimento renovador, coexistindo a mesma com as propostas de reforma metodológica da escola de então. Pode-se, pois, afirmar que o movimento reformador, influenciado pelos ideais da Escola Nova, comporta várias interpretações como faz Brandão (1999, p.18):

O sentido pré-estabelecido sobre o conservadorismo do movimento da escola nova no Brasil afirmou-se na historiografia em prejuízo, a meu ver, de um trabalho mais matizado pelas ambigüidades, que abriria uma gama bem mais rica de significados à interpretação histórica do trabalho dos Pioneiros.

Para compreender a relação entre a educação popular e os ideais da Escola Nova procurou-se situá-la em relação ao advento da República, que representou inicialmente apenas uma mudança na forma de governo no Brasil, pois as estruturas sociais que davam sustentação ao Império permaneceram quase que inabaladas durante a Primeira República, considerando-se que

Ainda na década dos anos vinte e da perspectiva da dimensão política, a sociedade brasileira republicana apresenta-se como domínio de bases aparentemente sólidas, a julgar pelo modo com que continuam a se encaminhar os acontecimentos e as soluções de natureza política. (NAGLE, 1976, p. 3).

Desde os anos de 1910 vinham se configurando, no contexto social, diversas formas de pensamento e de atuação de diferentes movimentos político-sociais e de correntes de idéias que se encontraram unidos pela temática republicana. Este momento se caracterizou pela busca de concretização dos ideais republicanos, pois havia um desencantamento com os rumos que a República tinha assumido. Muitas propostas do novo sistema não haviam se concretizado ainda, o que causava certo desconforto entre os republicanos chamados de segunda geração.

Existia o desejo de equiparar o Brasil em termos de desenvolvimento econômico a outras nações e romper com a dependência existente. Era constante a denúncia de que ainda não se havia conseguido uma verdadeira independência em relação aos aspectos políticos e econômicos. Embora, neste período, a sociedade brasileira se caracterizasse economicamente, por certo desenvolvimento do processo de industrialização que contribuía para

[...] influenciar os quadros da sociedade brasileira. Já então começa a se definir a passagem do sistema: baseado na agricultura de exportação, orienta-se no sentido de uma nova sociedade semi-industrial. Se a passagem abre outras alternativas no campo econômico, também vai marcar os demais setores da sociedade brasileira. (NAGLE, 1976, p. 15).

O processo de industrialização vivido na época atuou como um elemento de dinamização da sociedade brasileira, o modelo econômico baseado na agricultura cedeu lugar a um novo modelo. A substituição do modelo agrário exportador dependente foi um elemento de intensificação do desenvolvimento da sociedade brasileira e conseqüentemente das camadas médias.

Novos valores sociais surgiram e foram incorporados, fruto da dinamicidade implantada pela modificação econômica. Porém, isto não implica que a educação deva ser analisada exclusivamente em dependência das condições econômicas, mas que se leve em consideração às relações que se estabeleceram na dinâmica social, considerando as conjunturas sociais que surgiram.

Quanto ao aspecto social, segundo Nagle (1976, 23), “no bojo das transformações vai se destacando o novo sistema de valores da civilização urbano-industrial.” Este novo sistema de valores em parte foi divulgado pelos imigrantes nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, que se constituíram como pólos de divulgação de novos valores.

As modificações que se operam em nível de paisagem cultural, de modificações de costumes se expandiram aos demais Estados, numa intensidade que se diferenciava conforme as especificidades de cada localidade. A ânsia pela modernidade se fez presente nos Estados brasileiros, as ações dos reformadores se voltaram para a concretização do ideal de modernidade a ser conseguido via escola.

Com a construção da nova ordem social mudou as formas de pensar, as idéias passaram a se fundamentar na razão e na capacidade da autonomia humana, um novo ideal de homem foi propagado, demandando-se uma nova educação. Todo um ideário em relação a uma nova educação, para um novo homem dos tempos modernos foi formulado e expresso através da Pedagogia Moderna.

Este ideário se baseava em princípios científicos, que deveriam superar a visão humanística predominante até então, cedendo lugar a uma formação de cunho científico. Ao se instalar novos valores em uma sociedade em mudanças, o projeto de formação do novo homem foi reformulado.

Enfim se instalou uma sociedade com valores diferentes, onde o projeto de constituição de um novo homem era regido pelos ditames da razão, não mais pelos princípios divinos. O paradigma da modernidade deve ser compreendido de acordo com Santos (1996, p.137) como “[...] um projeto sócio-cultural muito amplo, prenhe de contradições e de potencialidades que na sua matriz, aspira a um equilíbrio entre regulação social e a emancipação social”, porém este equilíbrio nem sempre é conseguido.

Precisamente neste ponto incidem as críticas feitas à Escola Nova, pois sua proposta, de acordo com seus críticos, não possibilitava equacionar regulação e emancipação social. Prevalendo a educação como elemento de regulação social a serviço de interesses de grupos específicos, não cumprindo com a função de emancipação social, estando a educação a serviço de quem detém o poder.

Considerando os trabalhos de Saviani (2007), Monarcha (1989), Hilsdorf (2003) que apontam para uma apropriação dos ideais da Escola Nova pelas escolas fundadas no seio da classe trabalhadora, não se deve considerar que a educação popular foi um projeto forjado exclusivamente pelas classes dominantes, servindo somente aos seus interesses, mas que o mesmo foi elaborado na dinâmica social envolvendo interesses diversos.

Assim, no projeto educacional da modernidade a emancipação social não estava de todo descartada, pois além dele ser composto por diversos aspectos sócio-culturais da sociedade envolvia diversas racionalidades como: estético-expressiva da arte e da literatura, a moral-prática da ética e do direito, a cognitiva instrumental da ciência e da técnica. Este conjunto de racionalidades se fez presente no social e na escola e ao ser adquirido servia como elemento para proporcionar a emancipação social.

A educação escolar no Brasil a partir dos anos 1920 se articulou a um projeto político que a tornou um direito, servindo de elemento à concretização do ideário moderno sob influências das variadas racionalidades implantadas. A escola assumiu, no período em discussão, a responsabilidade da formação educacional através da constituição da racionalidade humana, respondendo à necessidade de se constituir o sujeito do conhecimento e da moral.

Como a educação escolar no contexto da modernidade assumiu certas características que a singularizou, pode-se supor que ela passou a ser marcada pelos processos de secularização e racionalização do conhecimento, passou a ser considerada a instituição responsável pelo processo educacional e os Estados assumiram para si a educação do cidadão.

Além de adequar-se às novas exigências sociais a escola deveria assumir a função da formação do novo homem através da preparação racional do mesmo. A partir daí, segundo os

críticos da Escola Nova, a preocupação com as técnicas de ensinar, com o como ensinar se deu além da preocupação com os conteúdos, o que ensinar. Ocasionalmente uma desvinculação entre os objetivos sociais e a formação dos sujeitos. Ao prevalecer a educação enquanto elemento de regulação social, como crêem os críticos da Escola Nova, a escola não possibilitou ao povo a emancipação através do domínio cultural, a ele foi dada uma educação que apenas o capacitava para desenvolver determinadas funções requeridas pela sociedade.

A modernidade se constituiu em uma expressão do triunfo do pensamento instrumental que relacionou o sujeito com a aprendizagem do pensamento racional, passando o processo de humanização a ser considerado como a capacidade que os sujeitos desenvolvem, por meio da educação, para resistir às pressões do hábito, do desejo e de se submeterem ao governo da razão.

No paradigma da modernidade, contraditoriamente, a educação também visava à emancipação dos sujeitos, o que era possibilitado através da função socializadora. Esta função como é impulsionada por diferentes lógicas ao envolver um modelo cultural de sujeito e da sociedade concretizados através da educação com certeza deve ter possibilitado a emancipação social.

No Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX como a educação era vista como instrumento de reconstrução social e estabilidade política, havia a crença de que por meio da massificação da escola primária o País enfim alcançaria o sonhado progresso, na mística da regeneração reservou-se a educação uma das tarefas mais importantes no projeto de reconstrução social: a busca da homogeneização cultural.

Neste contexto, a Escola Nova enquanto construto teórico proporcionava embasamentos científicos para que fosse construída uma proposta de educação e pedagogia científicas voltadas para os novos tempos, um contexto social em vias de adequação às transformações do sistema econômico vigente: o capitalismo.

Assim, as questões de educação que eram tratadas pelo movimento renovador durante os anos de 1920 a 1947 não podem ser consideradas simplesmente pedagógicas. A dimensão sócio-política se encontrava implícita no tema da reconstrução nacional, acreditando a elite intelectual que a partir da educação escolar era possível remodelar a sociedade.

A dimensão política da educação implícita no objetivo da reconstrução social, declarado pela elite intelectual, se manifestava através do ideal de uma nova nação, sendo revelada também nos modos de conformação da população a estes ideais. Conformação conseguida via escola, via regulação social, mas até que ponto esta regulação foi concretizada?

No Brasil, segundo Nagle (1976, p.30), durante a Primeira República “[...] não houve muita receptividade, entre os republicanos, a problemas de natureza social, ao menos no sentido de projetar preocupações e soluções em estatutos legais [...]” De acordo com esta interpretação, as preocupações de então se limitavam à democratização da cultura via escola, não sendo a mesma considerada como uma preocupação de cunho social.

O projeto educacional elaborado pela elite intelectual trazia a visão da educação enquanto elemento de reconstrução e de estabilidade social. Esta perspectiva nos anos de 1920 era fruto das inquietações sociais e políticas decorrentes da Primeira Guerra e da Revolução Russa, pois

Perante a inquietação, a percepção ilustrada acabou por difundir uma crença ilimitada na educação dos indivíduos aprofundando, ainda mais, a revisão dos fundamentos da educação, procurando torná-la capaz de contribuir para o processo de estabilização social: cooperação entre as classes sociais e as nações. (MONARCHA, 1989, p. 13).

A educação trazia uma possível fórmula para prevenir as barbáries da Primeira Guerra, a estabilização social seria conseguida através da cooperação entre os diferentes segmentos sociais e a escola deveria ser estruturada sob os moldes na Pedagogia Moderna. A escola deveria estar voltada para a superação do ideal de homem culto, pelo ideal de homem prático.

A educação ao ser concebida como uma atividade dignificadora da condição humana e da sociedade trazia a possibilidade de mantêm o equilíbrio entre pontos contraditórios: o de servir à reprodução, a perpetuação da cultura objetivada e da sociedade, ao mesmo tempo em que procurava respeitar as condições pessoais para poder modificá-la e melhorá-la.

Fatos que mostram que uma releitura do movimento renovador a partir de suas ambigüidades pode gerar novas interpretações como o fez Brandão (1999) ao remontar o imaginário que dominou a mentalidade dos intelectuais da educação durante os anos de 1920 e 1930. A autora estabeleceu entre eles diferenças e pontos comuns, concluindo que se tratava de um grupo diverso que propunha:

[...] a renovação da escola; mas estavam também, inaugurando o campo educacional enquanto uma área de saber específico e campo de legitimidade política no debate a respeito do papel da educação na construção do Brasil moderno. (BRANDÃO, 1999, p. 61).

Desta forma, o movimento da Escola Nova no Brasil se caracterizou enquanto elemento estruturante de um projeto moderno de educação popular, um projeto educacional elaborado no contexto da modernidade, que visou à adequação da escola às novas exigências sociais, tanto em relação à formação dos sujeitos como em relação aos contextos sócio-econômico-culturais da época. Um projeto que tem sido objeto de investigação na historiografia brasileira e que tem comportado diferentes interpretações de suas finalidades.

1. 5 As diferentes leituras do movimento da Escola Nova

Este tópico tem por objetivo explicitar algumas das várias interpretações construídas na historiografia em relação ao movimento renovador, de forma a mostrar como as mesmas foram construídas e como elas se constituíram em referências na historiografia. Pois, conforme apontado anteriormente, a memória elaborada pelos pioneiros da educação define a Escola Nova como um movimento de renovação educacional baseado em um conjunto de princípios que dava um novo tratamento aos problemas da educação, a partir da revisão das chamadas formas tradicionais de ensino, prevalecendo como ideário pedagógico na primeira metade do século XX e coexistindo com outras tendências.

Procurou-se revisar esta memória considerando-se os estudos que agrupam a Escola Nova de acordo com direcionamentos que apontam para a construção, desconstrução e re-historização da referida memória. Isso possibilitou agrupar os estudiosos, segundo Brandão (1999), num contínuo que vai da construção a relativização, da relativização a desconstrução, da desconstrução a re-historização da memória-monumento.

Segundo alguns críticos da Escola Nova ela enquanto memória-monumento contribuiu para obscurecer o caráter conservador do movimento renovador, no sentido de ser tomada enquanto uma verdade, sem submissão à crítica. Mais do que o possível obscurecimento do caráter conservador da Escola Nova, a memória construída pelos pioneiros serviu também para consolidar uma visão do movimento, necessitando ser colocada em questionamento e produzida novas leituras que se direcionem para a re-historização desta memória.

A relativização desta memória tem em Nagle (1976) a referência. Seu texto situa a origem do movimento renovador na dinâmica social, o coloca em referência ao contexto da época, considerando as dimensões sociais, política e econômica da sociedade na análise dos

fatos educacionais. Seu texto é marcado especialmente pelos conceitos de entusiasmo e otimismo pedagógico⁸ característicos das primeiras décadas do século XX.

Estes movimentos na interpretação de Nagle (1976) representaram momentos distintos e consecutivos, operando-se o deslocamento de uma perspectiva analítica de ordem política das ações educacionais para as questões técnico-pedagógicas. Isso representa um momento de inflexão, ocorrendo a substituição de um modelo mais amplo de análise da problemática educacional por um mais restrito, que se ateu aos aspectos técnico-pedagógicos da educação.

Esta matriz interpretativa sugere que houve a despolitização no trato das questões educacionais através dos ideais escolanovistas. Interpretação esta, do movimento da Escola Nova, que não problematiza o processo de construção da memória, ocupando-se apenas em relativizá-la, não questiona a matriz utilizada na construção e na relativização da memória.

Ao fazer uso desta interpretação, sem questioná-la, corre-se o risco de desconsiderar o processo de produção deste conhecimento e as diferentes temporalidades existentes em espaços específicos, pois será que no Piauí também ocorreram às mesmas etapas do movimento renovador, nos mesmos períodos que São Paulo? Não será que as diferenças temporais e locais influenciaram na ocorrência do entusiasmo e otimismo pedagógico? E no próprio movimento da Escola Nova?

Retomar o processo de construção da matriz interpretativa utilizada pode favorecer outras possibilidades de explicação do movimento da Escola Nova. Para Brandão (1999, p.31) quando na historiografia se toma a análise do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico, a partir de Nagle, o que se tem é a utilização dessas categorias, enquanto dois momentos que se sucedem cronologicamente, onde o otimismo teria significado a “despolitização” do campo educacional.

Entretanto, o uso dos termos otimismo e entusiasmo enquanto categorias conceituais sem referência aos contextos históricos regionais podem levar a uma consolidação da predominância dos mesmos enquanto referência de análise das realidades específicas. Com isso, corre-se o risco de prevalecer na análise a hegemonia das interpretações construídas a partir de São Paulo, numa expressão da ascendência deste estado no plano nacional.

⁸ Categorias elaboradas por Nagle (1976), se referindo o primeiro termo a uma tendência que predominou durante os anos de 1910 e que defendia o direito à educação, se fortalecendo com o movimento renovador e que atribuía à escola a função de regeneração da nação brasileira. O segundo termo se refere a tendência na educação brasileira se voltar para a regeneração da nação através de um programa de formação escolar baseado nos princípios da Escola Nova, preocupado com a qualidade e o funcionamento do sistema educacional. Para uma melhor diferenciação entre os mesmos consultar Soares (2007).

A superação desta tendência pode ocorrer a partir de uma problematização sociológica das idéias de território brasileiro envolvendo as noções de espaço e tempo como sugere Cavalcante (2000).

Ainda em relação à relativização da Escola Nova enquanto memória-monumento se situa o trabalho de Pinto (1986) para quem o sentido da Escola Nova foi construído pela intenção do pensamento liberal de se desdobrar do plano político para alcançar o plano pedagógico, numa reconstrução do ideário liberal ocorrido nos anos vinte, mas que não implicou na despolitização do campo educacional.

Operando na lógica da desconstrução da memória traçada pelos pioneiros da educação, numa oposição entre memória-legada e memória-negada o movimento da Escola Nova, segundo Saviani (2002) pode ser considerado um processo de rearticulação da hegemonia burguesa. Trazendo em seu bojo o sentido conservador da ideologia liberal que se deslocou para o campo da educação, representando uma rearticulação dos interesses da burguesia. Assim como a matriz interpretativa de construção da memória-monumento apresenta limitação esta matriz de desconstrução da memória sobre a Escola Nova não possibilita questionar os quadros teóricos utilizados nas interpretações, gerando uma explicação invertida, que transforma o caráter renovador do movimento da Escola Nova em conservador.

O questionamento das matrizes interpretativas oferece novas leituras do movimento da Escola Nova, possibilita questionar interesses envolvidos, a existência de divergências ideológicas dentro do referido movimento. Assim, a construção da história da educação deve-se dar fora dos quadros cristalizados pela historiografia e entre os trabalhos que representam avanços nas análises historiográficas sobre a Escola Nova, no sentido de proporcionar uma re-historização da mesma, estão os de Monarcha (1989), Brandão (1999) e Cavalcante (2000).

Para Monarcha (1989) a Escola Nova foi uma tentativa de ajustar a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX ao ritmo de desenvolvimento vivido na história universal, que exigia a transição para a sociedade capitalista. Um pensamento contra-revolucionário que se efetivou no campo cultural, promoveu a substituição do discurso político pelo discurso científico e a luta de classes foi substituída pelo tema da cooperação, apresentando-se o técnico como o porta voz do povo. A idéia de substituição do discurso político pelo técnico caracteriza este último como sendo desmobilizador do conflito social, expresso através de uma luta ideológica entre classes antagônicas. Servindo como um movimento negador da legitimidade dos movimentos populares.

Prevalecendo, ainda, nas análises de Monarcha (1989) a re-historização da Escola Nova considerada um projeto intelectual elaborado pelas classes dominantes e que se impôs de cima

para baixo. Contudo, fazer interpretações de diferentes realidades utilizando esta perspectiva de análise é um tanto complicado, pois as características das sociedades locais quase sempre diferem da realidade analisada por Monarcha (1989).

O movimento renovador e a Escola Nova são possuidores de vários significados, entre eles o sentido de busca da hegemonia no campo social e constituição do pensamento pedagógico. Isso possibilita extrapolar as análises que interpretam o objeto de estudo a partir das lutas no campo econômico, colocando-a no campo do pensamento, da cultura.

A re-historização possibilita fazer uma releitura da historiografia como o fez Cavalcante (2000) em relação à reforma educacional ocorrida no Ceará em 1922 (Reforma Lourenço Filho). Sendo os estudos de caráter local importantes, pois eles possibilitam rever fatos ligados aos movimentos culturais nacionais, certas conclusões historiográficas feitas a partir de análises macro-históricas e construir uma memória local. Essa memória além de revelar as lutas de poder e de interesses que se refletem em silenciamentos de determinados atores, também proporciona a explicitação da construção do pensar pedagógico de bases locais.

A análise dos contextos de produção do conhecimento pode revelar a não existência da homogeneidade cultural, os conflitos, as condições de sua produção e as temporalidades vividas, evidenciando os sujeitos históricos e os interesses defendidos por eles. Explicitando, assim, que a produção de conhecimento não é individual, ela se dá em referência a uma coletividade, pois de acordo com Burke (2004, p.23), “As inovações culturais são muitas vezes obras de pequenos grupos, mais que de indivíduos.”

Assim, para se compreender as representações que foram construídas em relação ao movimento da Escola Nova no Piauí foi preciso identificar os grupos envolvidos na construção das mesmas e os contextos sociais em que se deu esta construção. O que serviu para confirmar que o movimento renovador se caracteriza por divergências em relação aos sentidos políticos, as intenções e interesses defendidos por seus divulgadores, convergindo em relação aos aspectos didático-metodológicos e ao surgimento dos especialistas em educação.

Foi a partir da existência de uma doutrina condutora da prática educativa que nos primeiros anos do século XX surgiu um novo tipo de intelectual, ligado às elites, abertamente empenhado na reformulação do social via escola e que nem sempre vinculava sua imagem a partidos políticos. Fatos que reforçam o modo como o pensamento esclarecido ou ilustrado empreendeu a sua auto-superação, apontando para novas formas de exercício de poder, além do poder político. Restando conhecer como esses elementos se expressaram na sociedade e na educação piauiense, pontos discutidos no capítulo seguinte.

2 A SOCIEDADE PIAUIENSE, OS TEMPOS MODERNOS E A EDUCAÇÃO

Neste capítulo, procurou-se analisar o processo de desenvolvimento da educação popular ocorrido no Estado do Piauí durante o período de 1920 a 1947, destacando os anseios de modernidade expressos pelas transformações ocorridas nas cidades de Teresina e Parnaíba e que se refletiram na elaboração de um projeto de educação para a população piauiense. Buscou-se conhecer os sujeitos envolvidos na construção deste projeto, analisando o papel que a elite intelectual piauiense teve nesta construção, procurando identificar a presença dos ideais da Escola Nova através das várias reformas implantadas ao longo das décadas de 1920 a 1940.

Um ponto importante a se considerar, conforme já discutido, foi que o movimento de renovação escolar ocorrido no Brasil tinha uma ligação com os republicanos da época. Contudo, para Hilsdorf (2003) os mesmos não seguiam uma única tendência, sendo possível durante o período que precedeu a Proclamação da República identificar a coexistência entre os republicanos de duas correntes.

Uma que se articulou em torno da defesa dos princípios liberais e democráticos; outra ligada aos cafeicultores de São Paulo que desenvolveu intensa propaganda oral e escrita do novo regime e tentou estabelecer o padrão de excelência do regime, ora implantado, através do uso de expressões como democracia, república, progresso, futuro, modernidade, instrução. Pelos discursos da elite política do Piauí notou-se que ela em sua maioria se aproximou desta segunda corrente, já a elite intelectual se aproximou da primeira.

Segundo Hilsdorf (2003), com a Proclamação da República prevaleceu a corrente ligada aos cafeicultores paulistas, que mesmo influenciados pelos ideais positivistas e liberais se mantinham ligados a valores conservadores. Esta vertente de republicanos conquistou o comando político e social, instalando-se a “política dos governadores”. Assim, prevaleceu uma mentalidade liberal moderada, influenciada pelo positivismo que instituiu a educação pelo voto e pela escola como a grande arma de transformação evolutiva da sociedade.

Pela prática do voto e a frequência à escola seria formado o homem adequado aos tempos modernos. A visão liberal predominante era de que através da escola se daria a seleção natural das competências, por meio da educação todos teriam as chances de se

desenvolver. Segundo os princípios liberais através da educação a livre concorrência se instalaria e “as verdadeiras competências” poderiam assumir o controle, o poder.

Esta mentalidade liberal moderada se expressou em modificações na forma de pensar e agir. No Piauí essas modificações se manifestaram devido a presença de bacharéis e literatos que faziam parte das famílias que compunham o poder ou que ocupavam cargos públicos.

Segundo Hilsdorf (2003) a escolarização permaneceu como fator de extrema importância para as oligarquias no poder durante a Primeira República. Tendo as oligarquias locais sofrido influências de determinados estados:

A partir do final da década de 1890 a presença de lideranças de São Paulo no governo federal colabora para disseminação em outros Estados do modelo paulista de organização escolar e metodológica, representado como o mais adequado para a modernização republicana: Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, **Piauí**, Sergipe, Santa Catarina e Paraná. (HILSDORF, 2003, p. 71, grifo nosso).

Contudo, há que se entender que este modelo não foi simplesmente transplantado, mas serviu de referência para se pensar a educação piauiense, se construir um projeto de educação para uma realidade específica. Se este fato ocorreu nos primeiros anos da República não se pode afirmar o mesmo em relação à década de 1920, quando a elite intelectual piauiense procurou não apenas copiar o modelo educacional paulista, mas construir seu próprio modelo.

Para se entender o modelo educacional construído pela elite intelectual piauiense há que se relacioná-lo com a sociedade de então. A sociedade piauiense durante a Primeira República se caracterizava por ser essencialmente rural, com mecanismos sólidos de controle sócio-político. Sua população apresentava baixo grau de escolaridade e se subdividia em dois blocos distintos: uma minoria, com grande concentração de renda, composta pela oligarquia, por fazendeiros e grandes comerciantes.

A outra parte era composta pela população com baixo nível econômico e educacional. Internamente cada bloco possuía uma composição diversificada dos seus membros quanto à origem econômica e as posições sociais ocupadas.

Quanto à elite intelectual ela não se constituía em oposição à ordem social vigente, mas expressava valores que provocavam choque de interesses entre os membros do grupo dominante, composto pela elite econômica, política e pela própria elite intelectual. Ela era formada por profissionais liberais e funcionários públicos, mantinha vínculos com as elites

econômicas e políticas se distinguindo das mesmas em relação à origem do poder, decorrente principalmente do seu nível de escolarização.

Costa Filho (2006, p32) denominou este grupo de intermediário, considerado um

[...] segmento social importante, composto por profissionais liberais e os funcionários públicos. Entre os fatores determinantes de seu prestígio social, apontam-se os fortes vínculos com a elite e o domínio da leitura e da escrita; por essa razão, monopolizavam os empregos do serviço público. As pessoas pertencentes a este segmento mantinham estreitas ligações com a elite, seja por vínculo de parentesco seja por compadrio.

O segundo segmento que compunha a população do Piauí era mais numeroso e se encontrava disperso no vasto território piauiense, poucos tinham domínio da leitura, a maioria vivia de atividades agrárias ou do pequeno comércio, havendo uma dependência econômica em relação aos grandes proprietários de terra. A condição de analfabetismo contrastava com os ideais republicanos de representação da vontade do povo, que se mantinha distante do que acontecia ao seu redor, aspecto que perdurou durante todo o período aqui analisado.

A sociedade piauiense, em seu ritmo próprio, vivenciou as mudanças ocorridas no restante do país, iniciou seu processo de urbanização, juntamente com o crescimento das camadas médias, dos setores de prestação de serviços e da circulação de novas tendências de pensamento, concentradas especialmente nas cidades de Teresina e Parnaíba. Este dinamismo foi em parte gerado durante o ciclo do extrativismo⁹.

Estas novas tendências eram acompanhadas pelo crescimento da população piauiense, conforme tabela 1:

TABELA 1: Crescimento demográfico do Piauí

Ano	Habitantes
1920	609.003
1930	785.196
1940	817.601

Fonte: Crescimento demográfico do Piauí (MARTINS, 2002).

⁹ A respeito consultar Queiroz (1994).

O crescimento econômico ocorrido no Piauí a partir de 1910 se deu em virtude da expansão da borracha de maniçoba¹⁰, porém não foi acompanhado por um crescimento populacional significativo ao longo dos anos, nem por todas as inovações que caracterizam o Brasil na época. Contudo, levando em consideração o crescimento populacional ocorrido entre as décadas de 1920 e 1940, tabela 1, ele foi mais expressivo entre a década de 1920 e 1930, já o crescimento do número de matrículas, neste mesmo período, apenas duplicou, sendo mais expressivo entre as décadas de 1930 e 1940, conforme demonstram os dados da tabela 2:

TABELA 2: Crescimento do número de matrículas no ensino primário

Ano	Matrícula
1920	3.487
1930	7.397
1940	39.882

Fonte: Crescimento do número de matrículas no ensino primário (SOCIEDADE ... ,1922; NEVES, 1943).

Pode-se concluir a partir destes dados que a população piauiense continuou privada do acesso à escola primária mesmo com o aumento no número de matrícula, pois ao comparar o total da população com o número de pessoas que freqüentava a escola vê-se que apenas uma pequena parcela, 4,88%, tinha acesso a mesma, conforme demonstrado na tabela:

TABELA 3: Porcentagem da população piauiense que freqüentava a escola primária

Ano	% da população piauiense que freqüentava a escola primária
1920	0,57
1930	0,94
1940	4,88

Fonte: Porcentagem da população piauiense que freqüentava a escola primária (MARTINS, 2002; SOCIEDADE... 1922; NEVES, 1943).

Diante de uma ampliação tão insignificante de acesso à escola quais mudanças ocorreram nas conjunturas sociais? As mudanças ocorridas no período em estudo não foram

¹⁰ Atividade derivada de uma árvore típica da região piauiense, estando ligada ao ciclo da produção de borracha

frutos apenas da educação, mas de um conjunto de elementos relacionadas a questões econômicas, sociais e culturais. Contudo, uma das justificativas atribuídas para o baixo alcance da escola no Piauí era, sobretudo, à dispersão populacional no território piauiense. Sua vasta extensão territorial era considerada empecilho para a implantação da escola primária, pois o governo estadual não alcançava a maioria da população com suas ações e os municípios piauienses em sua maioria deixavam a cargo do Estado às questões educacionais.

Para rever esta situação o governador João Luiz Ferreira (1920-1924) implementou uma das primeiras iniciativas, entre as muitas que foram efetivadas, que foi realizar o primeiro “Congresso das Municipalidades” ocorrido em Teresina em 1921. Entre as medidas estabelecidas, conforme Congresso...(1921a), ficou estabelecido que cada município utilizasse em educação o mínimo de 20% do total de suas receitas arrecadadas. Esse fato, juntamente com a autonomia dos municípios, contribuiu para instalação da rede escolar piauiense e para o aumento no número de matrícula nas décadas de 1930 e 1940.

Além disso, as ações da elite intelectual piauiense implantadas naquele governo se refletiram em tomadas de posição de forma que a estrutura administrativa e pedagógica das escolas piauienses se modificaram e houve uma ampliação da rede escolar. Porém, esta ampliação foi em grande parte decorrente dos anseios de grupos sociais específicos das cidades de Teresina e Parnaíba. As mudanças na educação durante o período em estudo foram analisadas a partir destas duas cidades que se destacaram como pólos de inovações culturais na época.

2.1. Os principais pólos de modernidade no Piauí: Teresina e Parnaíba

Teresina, a capital do estado, fora projetada e construída a partir de 1852. Seu processo de urbanização concretizou-se quase um século depois da sua elevação à capital do Estado. Nos anos de 1920, Teresina possuía uma população de 52.225 habitantes, sendo que 83% eram analfabetos, segundo SOCIEDADE..., 1922, p. 17). O acesso a jornais, livros, a cultura escrita se restringia a poucos.

Parnaíba, principal centro econômico até os anos de 1947, era uma próspera cidade situada na micro-região do litoral piauiense a 354 km da capital, à margem direita do rio que

no nordeste que segundo Queiroz (1994) alcançou relativa importância entre 1887 e 1913.

lhe deu o nome. Era o maior entreposto comercial do Estado, possuindo em 1920 uma população de 24.152 habitantes. Encontrava-se ligada ao restante do País e do mundo devido à sua condição de principal porta de entrada e saída dos produtos exportados e importados pelo Estado.

Teresina e Parnaíba são exemplos de cidades que “cederam” as novas tendências da época, passaram a vivenciar um processo de urbanização, de transformação de costumes e valores, fato destacado nos trabalhos de Queiroz (1998) e Nascimento (1994; 2002). A lógica predominante se expressava pelo desejo de modernizar-se sob pena de ficar aquém do progresso, embora o Piauí se caracterizasse por ser um estado em que

[...] as condições econômicas e sociais do estado, alijado do processo de crescimento capitalista por que passavam outras áreas do Brasil e apenas iniciando sua fraca integração no mercado externo pela exportação de extrativos, não eram propícias à dinamização do sistema escolar. (QUEIROZ, 2008, p.99).

Contudo, o processo de urbanização vivenciado na década de 1920 provocou uma desarmonia de valores, interesses e expectativas dos grupos sociais nos diversos estados brasileiros, refletindo-se também no Piauí. Desarmonia esta devido à coexistência de novas camadas sociais e a existência de camadas tradicionais, o que possibilitou a convivência de valores considerados antagônicos e que transformaram a sociedade piauiense culturalmente.

A maçonaria¹¹ foi um dos grupos que contribuiu para a divulgação de novos valores, chegando mesmo a se confrontar com a Igreja, instituição considerada tradicional. Parte da elite intelectual era membro da maçonaria e produzia discursos sobre a educação, considerada elemento de progresso da nação. Esses discursos eram veiculados em jornais da época e através de conferências.

Esta elite construiu, portanto, um discurso de modernização divulgado e posto em prática durante os anos de 1920 a 1947 através de suas ações e das ações governamentais. As transformações se deram, no caso de Teresina e Parnaíba, tanto em relação ao processo de urbanização vivido nas duas cidades, como em relação à mudança de valores e costumes.

Há que se destacar que num mesmo espaço conviviam-se com temporalidades diferentes, expressas nos discursos da elite intelectual através das expressões moderno, modernidade, avanço, luz, progresso, servindo para retratar o período vivido e para denunciar as reais

¹¹ PINHEIRO (2001) analisa as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí no início do século XX.

condições sociais da época, pois parte da população se mantinha alheia às questões discutidas a nível nacional e local.

Teresina mostrava-se ainda uma cidade de pequenas proporções, não podendo ser considerada uma cidade moderna. Segundo os autores Queiroz (1998) e Nascimento (1994) a cidade possuía uma estrutura administrativa acanhada, era uma cidade com poucos prédios públicos que abrigavam toda a estrutura governamental, mas aspirava à modernização. Essa pretensão era assumida pela elite política, econômica e intelectual que residia na capital e em Parnaíba.

Parnaíba deve ser entendida como uma cidade ligada ao comércio exportador e importador, principal centro de negócios do Piauí, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, devido a sua posição estratégica. Durante este período, segundo Oliveira Filho (2004, p.20), “Se criava e se recriava um texto e uma imagem de Parnaíba como local de progresso, modernização e cultura”.

Esta cidade ocupou lugar de destaque no plano econômico piauiense, não só do ponto de vista geográfico, mas também político e social¹². Neste período

A cidade viveu uma história singular com a presença dos comerciantes exportadores e importadores no Piauí: sua importância não se resumia apenas aos interesses comerciais, mas alterava e participava da mentalidade de uma época. Os costumes foram alterados, o figurino “modernizou-se”, identificava-se Parnaíba com o desenvolvimento, o que orgulhava os parnaibanos. (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 43).

O desenvolvimento dos elementos, destacados no texto, favoreceu o afloramento de uma mentalidade progressista que se refletiu no campo educacional. O ciclo do extrativismo vegetal no Piauí proporcionou o surgimento de uma elite econômica ligada principalmente às exportações e importações, esta elite direcionou suas ações de forma a promover a expansão de seus interesses econômicos, implantando a modernização da cidade através da construção de estradas, do desenvolvimento da instrução e da urbanização, pontos ressaltados nos trabalhos de Lopes (2001; 2005).

Parnaíba na década de 1920 através da municipalidade e de sua elite econômica implantou uma série de inovações em relação à educação, tornando-a referência no Estado. O desejo de ser uma cidade moderna fez com que Parnaíba saísse na frente da capital em relação à construção do primeiro grupo escolar do Piauí, contratando, ainda, em 1927 um técnico de

¹² MENDES (2001).

São Paulo, Luiz Galhanone, para reformar o ensino primário e implantar o Grupo Escolar Miranda Osório¹³.

As duas cidades tornaram-se os símbolos da modernidade no Piauí, fruto da ação direta das elites de cada uma delas. Na primeira se destacava as ações planejadas pela elite intelectual, na segunda era a elite econômica e política que programavam as ações de mudança. As duas cidades vivenciaram de forma própria as experiências de remodelação escolar, procurando se constituírem como referência em matéria de educação.

Desejavam, portanto, ser referência, modelo, para as demais cidades piauienses. Contudo, Teresina se mostrou sempre à frente, em decorrência de sua condição de capital do Estado. Na busca da modernização estas cidades consideravam que a educação escolar era elemento necessário à mesma. Para tanto era preciso que a escola desempenhasse a função de:

Ensinar a ler e a escrever, preparar os cidadãos para a grande luta pela vida, é com certeza, dever de todo o governo republicano que só assim facilitará a selecção das competencias para o exercicio das funcções publicas e profissionaes.

Esta nobilíssima missão não se deve, porem, confundir com a do preparo exclusivo á conquista de títulos scientificos, para a formação de uma classe de doutores que invadem a sociedade e apadrinhada nelles que lhes dão privilegios, afastam as verdadeiras competencias que se estiolam no frio da indiferença e do esquecimento e que por mais que resistam, se vêm condemnadas contra todas as regras e princípios observados nas sociedades cultas e civilisadas, que vivem a sombra de instituições liberaes em que a concorrência abre caminho a todos indistinctamente. (EM PROL da instrucção, 1921, p. 1).

Porém, a situação vivida pela população piauiense não permitia que a mesma se encaminhasse para a superação das condições em que se encontrava, pois a situação de indiferença vivida fazia com que se mantivesse alheia as modificações e anseios da sociedade moderna.

Neste período, a elite intelectual de Teresina se destacou no estado, havendo uma intensa divulgação da educação popular nos jornais da época, procurando principalmente mobilizar a população em torno da escola.

A elite intelectual piauiense desenvolveu uma série de estratégias procurando reorientar a ação do estado e a sociedade, transformando-a em programa de mobilização social, abrindo novas possibilidades para a reorganização do poder na sociedade. Assim, confirma-se a afirmativa de Monarcha (1989, p.75) de que a elite intelectual se voltou para a produção de

¹³ A vinda do reformador Luiz Galhanone foi estudada por Lopes (2001).

discursos e ações de forma a construir “[...] um imaginário em que o movimento progressivo da história era decorrência do choque contínuo entre o moderno e o arcaico, racional e o irracional, o novo e o velho”. Nos discursos dessa elite se percebeu que certos elementos de contradição entre os segmentos sociais eram colocados em termos de apropriação cultural e material.

2.2 A elite intelectual piauiense: suas interpretações e discursos sobre a educação

Para compreender o papel da elite intelectual como elemento de mobilização social na construção do projeto educacional e sua relação com o movimento renovador foi preciso reportar às suas origens sociais, representações e ações, analisando os discursos que foram divulgados na época e que objetivavam o desenvolvimento da educação piauiense através da implantação de um projeto educacional criado no e para o Piauí, que mantinha semelhanças com o de outros estados brasileiros e trazia em seu bojo os ideais da Escola Nova.

O debate sobre o papel da educação na construção do Brasil moderno, tão presente nos discursos da elite intelectual piauiense, permitiu identificar as propostas de educação elaboradas, os envolvidos no debate, as posturas assumidas por eles. De forma geral, as representações defendidas pela elite intelectual piauiense estavam ligadas aos princípios liberais, isso ocorria porque a maioria dos bacharéis e literatos que compunham a elite intelectual piauiense era formada sob a influência dos ideais positivistas e do liberalismo.

A elite intelectual piauiense se expressava como elemento de transição entre a “velha” forma de pensar humanística e a “nova” do cientificismo, expresso através do positivismo. Sob a influência do liberalismo aquela elite propagava que a escola tinha finalidades práticas relacionadas à aprendizagem da leitura e escrita, devia preparar para a vida, para assumir posições numa vida pública e profissional.

Sendo assim, era dever do governo republicano promover o acesso da população à escola, expressando neste posicionamento a defesa pela expansão da escola que se concretizou na elaboração de um projeto de educação, difundido com a crença na necessidade de condução do processo de mudança por uma elite ilustrada. Esta elite defendia meios

reformistas com o objetivo de incluir harmonicamente parcelas da população que se encontravam excluídas da escola e das decisões políticas.

Um ponto que diferenciou os reformadores piauienses, dos anos de 1920 a 1947, dos nacionais foi que no Piauí, a maioria da elite intelectual envolvida com a divulgação dos ideais da Escola Nova tinha uma estreita ligação com os partidos políticos de então, esta ligação não era negada, mas inclusive afirmada.

Os reformadores, durante os anos de 1920, em sua maioria estavam vinculados ao Partido Republicano além de pertencerem às famílias oligárquicas da região. Os principais intelectuais envolvidos com o movimento renovador exerceram cargos no governo, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, conforme consta no quadro 1:

QUADRO 1 – Composição da elite intelectual piauiense

Membros da elite intelectual	Funções desempenhadas
Matias Olímpio de Melo (1882-1967)	Formado em direito pela Faculdade de Recife, Secretário de Governo, governador, juiz, escritor.
Anísio de Brito Melo (1886-1946)	Odontólogo, Professor, historiador, diretor da Escola Normal Oficial, diretor da Diretoria de Instrução Pública
Benedito Martins Napoleão (1903-1992)	Formado em direito pela Faculdade de Recife, Professor, diretor da Diretoria de Instrução Pública, poeta, escritor, jurista.
Simplício de Sousa Mendes (1882-1971)	Formado em direito pela Faculdade de Recife, Jurista, jornalista e escritor.
Hígino Cícero da Cunha (1858-1943)	Formado em direito pela Faculdade de Recife, escritor, professor, jurista.

Fonte: Composição da elite intelectual piauiense (GONÇALVES, 2003; COSTA, 1974).

Através do mapeamento das funções exercidas por estes membros da elite intelectual piauiense e sua ocupação em diferentes governos foi possível perceber que eles estiveram no poder por longos períodos, com exceção do Dr. Matias Olímpio de Melo. Contudo, fez-se preciso destacar o papel assumido por ele, cujo prestígio decorria de sua formação acadêmica e das participações em governos anteriores como secretário. O Dr. Mathias Olímpio de Melo junto com o Dr. Antonino Freire foi um dos mentores da fundação da Escola Normal Livre

em 1909¹⁴, participou da elaboração da reforma da educação piauiense em 1910, reforma que preconizou o uso do método intuitivo e estabeleceu a preferência pela feminização do magistério.

Também foi um dos mentores da reforma de 1921, sua presença no debate sobre educação estendeu-se até 1930 quando por questões político-partidárias permaneceu afastado do governo e passou a fazer-lhe oposição.

As posturas da elite intelectual piauiense demonstravam que ela assumiu para si a função de indicar soluções para a superação do atraso em que se encontrava o Piauí, empregando-se na revisão dos objetivos, fundamentos e dos princípios da ação educativa a fim de melhor planejá-la e difundi-la.

Pode-se afirmar que neste período seguindo uma tendência nacional, destacada por Monarcha (1989, p. 1), no Piauí “Pela primeira vez a educação recebia o sopro de uma inspiração filosófica e os lineamentos programáticos de uma doutrina a funcionar como fio condutor da prática educativa.” O delineamento da construção histórica do pensamento educacional brasileiro, mesmo sob a influência do liberalismo e do pragmatismo, foi se desenvolvendo na medida em que os problemas de nossa educação foram pensados e se procurou responder às suas necessidades.

O fator desencadeador destas intenções no Piauí pode ser atribuído ao momento de transformações, de diversificação, vivido pela sociedade brasileira. Transformações que vinham ocorrendo desde o final do Império, ligadas à modificação nas relações de trabalho, implantação do trabalho livre, crescimento dos setores de prestação de serviços e da indústria, urbanização, crescimento das camadas médias, aparecimento do proletariado urbano, presença do capital estrangeiro e intensa circulação de novas tendências de pensamento.

O Piauí vivenciava estas transformações em ritmos e intensidades próprios, característicos de suas condições. É certo que a apropriação e divulgação daqueles ideais não se deram de forma uniforme, mas houve especificidades nos seus modos de apropriação e divulgação de acordo com as realidades locais.

Era predominante junto à elite intelectual piauiense considerar que as pessoas que não tinham vivenciado a educação escolarizada compunham a

¹⁴ Instituição fundada pelos intelectuais que compunha a Sociedade Auxiliadora da Instrução, possuidora de caráter privado que no ano de 1910 fora incorporada ao estado, sendo fundada a Escola Normal Oficial do Piauí. A respeito da Escola Normal no Piauí vê Lopes (1996); Pires (1985) entre outros.

[...] massa, que mal se encaminha da barbaria á civilização, grandes iniciativas, prosperidade invejável. A bom dizer só o amor á vida a incita ao trabalho, no que basta á aquisição prompta das utilidades primordiaes. A ignorancia não lhe dá ambições. O alheamento completo do mundo limita a um minimum a totalidade dos seus desejos. Não tem aspirações de conforto, de grandes lucros, por lhe não alcançar a visão curta senão pouco além do casebre miseravel e dos andrajos grosseiros. Carece de orientação. E mantem-se, por isso, sem pouso certo, a experimentar todas as vocações, a provar de todos os ares, a arrastar-se por todas as terras, sem inclinações definidas, sem fixar-se em nenhuma parte. [...]. (GONÇALVES, 1929, p. 17).

O jogo de oposições presentes no texto são reveladores de uma visão que se estabeleceu através das contradições entre civilização x barbárie, moderno x arcaico, progresso x atraso. Serviu o mesmo para denunciar a situação em que se encontrava a maior parte da população do Piauí, além de expressar a leitura que parte da elite intelectual piauiense fazia da realidade social e da população piauiense.

Diante de um quadro tão drástico justificava a elite sua atuação junto à população que carecia de orientação, fato revelador de que essa elite considerava a população como tutelável. Esta necessitava da tutela dos “esclarecidos”, deixando em evidência a valorização da racionalidade cognitiva instrumental por parte da elite intelectual. Partindo desta visão, esta mesma elite projetou seus desejos de modernidade aos demais membros da sociedade. A instituição escolar foi um dos meios utilizados para que a população tivesse acesso aos bens culturais e materiais, pois no imaginário predominante da época ao apropriar-se destes bens seria possível uma transformação nas condições de vida da população e ocorreriam as modificações no social. Era preciso que todos estivessem voltados para um desejo comum: o progresso do Piauí e da nação.

A idéia da educação como elemento propulsor do progresso era amplamente divulgada:

Diz-se e repete-se, a cada passo, neste paiz, que o ensino popular constitue o problema maximo da nossa nacionalidade. E a insistencia com que isso se diz e se repete é tal, que a phrase já se torna sedição, - indefectivel bloco de chumbo, que se offerece logo, de frente, á quem quer que fira o magno assumpto.

Tudo, no entanto, debalde, palavriado sem resultado pratico, decisivo e efficiente. Não obstante tratar-se de uma verdade tão clara e tão evidente, - tantas e tantas vezes reconhecida e enunciada pelos nossos homens de maior relevo nas lettras, nas sciencias, na política, é para lastimar-se que, em toda a nossa existencia de povo livre, não se tenha notícia de qualquer medida integral, seria e positiva, capaz de combater o analphabetismo, que se sabe, é o grande embaraço, anteposto ao progresso nacional. [...]. (MENDES, 1921a, p.1).

Conforme destacado a questão do ensino popular era vista como o grande problema nacional, não tendo sido até então tomadas medidas que reverteressem este quadro. Contudo, acreditava-se no poder da razão, considerada elemento capaz de tirar o piauiense da situação, definida como de barbárie, em que muitos viviam. Através da razão além de subjugar as paixões e a violência humana cumpriria o fenômeno educativo a sua função de socialização.

Todas estas características se faziam presentes nos discursos da elite intelectual piauiense, que empregava a substituição da historicidade dos fatos sociais pela reprodução dos valores, normas e formas de organização social. Os valores defendidos serviam de referência para orientar a vida de acordo com os padrões da sociedade moderna.

A escola passou a ser considerada como elemento de instauração da nova ordem, novas necessidades sociais surgiram e foram direcionadas à escola, advindas da modificação na conjuntura social do período e da influência dos ideais liberais. Nesta conjuntura, a educação era vista como elemento de resolução de problemas sociais e a tarefa republicana por excelência se tornou projetar e realizar a educação escolarizada.

O período foi considerado como um momento de entusiasmo e de otimismo pedagógicos, segundo Nagle (1976), configurado na sociedade brasileira por um ambiente sociocultural onde se proliferaram debates, polêmicas em torno da questão educacional, mas também foi neste período que surgiram iniciativas e realizações em relação ao processo de escolarização das massas. Estes movimentos na interpretação de Nagle (1976) representaram momentos distintos e consecutivos, operando-se o deslocamento de uma perspectiva analítica das ações educacionais da ordem política para as questões técnico-pedagógicas.

Um momento de inflexão, no sentido de ter ocorrido a substituição de um modelo mais amplo de análise da problemática educacional por um mais restrito, que se ateve aos aspectos técnico-pedagógicos da educação. Contudo, as fontes apontaram que no caso do Piauí não se trataram de momentos consecutivos, mas foram simultâneos ao longo das décadas de 1910 a 1940, como pode-se constar no seguinte texto:

[...]

O ensino, com a sua técnica e a sua prática, diante dos progressos da pedagogia moderna e da necessidade de uma filosofia para a vida, não pode apresentar-se como simples criação abstrata do espírito humano, com a existência larvar dos regulamentos. Concebido do ponto de vista biológico e funcional que lhe atribuem os estudiosos, ele é mais do que qualquer outra manifestação da realidade ambiente. Uma decorrência irresistível do complexo-meio, compreendido na expressão de tôdas as particularidades vivas.

Eis ai por que, ao eleger uma organização escolar e fundamentar um programa de trabalho letivo, cumpre, antes de mais nada, indagar se convêm, real e realisticamente, aos elementos terra, homem e fôrmas habituais de labor. [...]

A educação, “que varia em função do espaço”, precisa de ter os seus sistemas elaborados de modo a considerar o SENTIDO REGIONAL, e sobretudo, atender ás duas grandes modalidades existenciais da sociedade e da economia brasileiras – a urbana e a rural.[...]

[...] nas cidades, onde evidentemente se esboça um conflito dos antigos e novos costumes, - estes avassaladores e vitoriosos nas mais várias manifestações da vida coletiva e individual, uma vida-em-mudança, à influência dominadora do cinema, do rádio, das diversões noturnas e dos desportos alienígenas.

A não ser que mais poderosas forças modificadores entrem em jogo para urbanizar totalmente a civilização piauiense, numa completa rotação dos valores atuais, - o sertão, a beira-rio e as cidades continuarão a apresentar-se com as suas características especiais, diferenciadoras do homem que, com o seu modo particular de vida e trabalho, se move nessas três latitudes da nossa geografia social e econômica, a que correspondem três ciclos de cultura, distintos mas co-existentes. (NAPOLEÃO, 1942, p. 35-38).

Durante os anos em estudo pode-se observar que as preocupações não se detinham somente às questões técnicas da educação, mas inclusive aos fins da mesma. Esse fato expresso, nos discursos do Dr. Benedito Martins Napoleão, que foi um dos mentores da reforma de 1931 e participou de pelo menos três das conferências promovidas pela ABE.

O mapeamento dos conteúdos presentes nos discursos da elite intelectual ou renovadores piauienses mostrou uma pluralidade de temas incluídos no rol das discussões sobre educação. Estes não se atinham, pois, apenas as questões do método de ensino, elas se voltavam, também, para as questões sociais, para a discussão dos fins da educação.

Neste período, o Piauí buscava sua inserção na região e no Brasil e os trabalhadores piauienses começavam a se mobilizar em torno de seus interesses. A fundação da primeira associação de trabalhadores do Piauí foi criada em 1899 em Parnaíba, porém só em 1934 surgiu o primeiro sindicato¹⁵.

Elemento que pode justificar a pouca participação dos grupos populares no debate sobre a questão da educação popular no Piauí, tendo o discurso produzido pela elite intelectual piauiense servido, inclusive, como elemento articulador dos movimentos populares, ponto que merece maior investigação.

¹⁵ NASCIMENTO (2008) em sua dissertação analisa a participação dos trabalhadores (as) nas práticas e projetos educativos no Piauí no período de 1856 a 1937. A respeito da organização dos trabalhadores piauiense em sindicatos consultar também Medeiros (1996).

Conforme destacado anteriormente, no Piauí existiam diversos grupos sociais compostos basicamente por proprietários de terra, comerciantes, servidores públicos e trabalhadores rurais. Assim,

[...] o processo de formação e organização dos trabalhadores encontrou, na experiência do mutualismo e na beneficência, elementos de conformismo e resistência. Resistência, quando os trabalhadores e trabalhadoras adquiriram por meio das associações operárias, conhecimento de seus direitos e de suas bandeiras de luta. Participavam das manifestações divulgando seus códigos, bandeiras e lutas. Criavam escolas para preparar seus intelectuais. Conformismo, quando se harmonizavam com os intelectuais tradicionais, com a elite dirigente na condução das entidades e nos eventos coletivos (NASCIMENTO, 2008, p.69).

Uma das marcas da elite intelectual da época era o uso do discurso científico para pensar um projeto educacional para a realidade piauiense. Era presente, também, nos discursos da elite intelectual piauiense a idéia de adequação da sociedade aos novos tempos via formação da população, não foi percebida a substituição do discurso político pelo técnico nas produções da maioria da elite intelectual piauiense.

Como a educação era considerada elemento necessário para a constituição da sociedade moderna, ela deveria ser democrática, voltada para o progresso. As reformas nas instituições escolares visavam, sobretudo, de acordo com Cavaliere (2002, p.252), “[...] à retomada da unidade entre aprendizagem e educação, rompida a partir do início da era moderna, pela própria escolarização e buscavam religar a educação à "vida" ”.

A grande questão é se realmente a escola sob as influências da Escola Nova conseguiu extrapolar a visão pragmática presente em seus ideais, questionamento que só a pesquisa das instituições escolares pode responder. Em relação ao aspecto do renascimento social expresso na proposta da Escola Nova, embora seus críticos não concordem que foram enfatizados os fins propostos à educação, esta quando voltada para a vida pode até se aproximar da visão pragmática, utilitarista, porém não se pode desconsiderar que a educação como vida representa um poderoso elemento para o desenvolvimento humano.

Para entender o imaginário que dominou a mentalidade dos intelectuais envolvidos no movimento renovador piauiense foi preciso articular a escola ao projeto político de então. Inicialmente o objetivo presente nos discursos era oferecer ensino para todos, mas esta oferta se restringiu ao ensino elementar para a maioria da população, variando de três a quatro anos,

se caracterizando a partir de 1930 a 1947 numa proposta educacional dualista, pois oferecia escola diferenciada expressa pelo ensino propedêutico e profissional.

Mesmo existindo a preocupação com a extensão da escola elementar, numa crescente reivindicação da alfabetização das massas as reivindicações se atinham à escola primária. Somente a partir de 1931 houve uma maior diferenciação nas modalidades de ensino ofertada, além do ensino primário e secundário foram criadas as modalidades de ensino pré-escolar e profissional. Assim, a análise do pensamento pedagógico difundido na época vincula-o a uma das expressões fundamentais do liberalismo brasileiro que predominou no Piauí durante a década de 1920.

Seus defensores colocavam a superação do pensamento pedagógico tradicional numa perspectiva claramente política, dentro dos padrões da educação cívico-patriótica, sendo a Sociologia, a Biologia e a Psicologia Experimental fornecedoras dos suportes epistemológicos utilizados na fundamentação da proposta educativa defendida pelos renovadores piauienses que consideravam que

Entre os grandes problemas que pela sua complexidade agitam os povos ameaçando a estabilidade dos governos e abalando a paz nas nações, estão o econômico e o da instrução. Este, através do tempo, tem sido, e continua a ser, para a grande maioria humana, uma constante preocupação e a sua solução integral e completa não logrou ainda ser atingida.[...] Foi, porém, do fim do século atrasado para a primeira metade do século passado, que surgiram os maiores pedagogos do gênero humano. Rosseau e Pestalozzi, Herbart e Herbert Spencer foram os santelmos guias do pensamento neste assunto [...]. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922, p. 83).

A renovação educacional piauiense baseava-se nos teóricos da Pedagogia Moderna e buscava responder a uma questão fundamental relacionada ao modo de reorganizar o poder, que deveria garantir o funcionamento da ordem liberal, democrática. A elite intelectual piauiense não promoveu a invisibilidade do poder, mas pregou a necessidade de subordinação da política à racionalidade e competência técnico-científicas, a concepção de política científica. Considerava que a mesma deveria ser exercida pelos mais aptos, não se dissociando da ligação com os partidos políticos.

Esta visibilidade pode ser confirmada a partir das posturas, ações e funções assumidas pelos membros da elite intelectual e das reformas pensadas e implantadas pelos integrantes da mesma. As várias ações desenvolvidas pelos renovadores piauienses representaram a tentativa de implantação da “escola primária integral” no Piauí. Eram limitadas por se tratar de

reformas que não conseguiam ser operacionalizadas nos diversos municípios do Piauí, se restringiam principalmente a Capital, Parnaíba e alguns municípios do norte como Barras, Piripiri, Miguel Alves entre outros e do sul do estado como Picos, Uruçui, Jerumenha. Também, se restringiam ao ensino primário e ensino normal em sua maioria, dependendo sua efetivação da permanência dos reformadores no cargo público e das condições econômicas do Estado.

Segundo Lopes (2001) é presente nas narrativas da elite intelectual piauiense a oposição entre atraso x progresso, sertão x cidade, tanto o atraso como o sertão eram empregados enquanto metáfora de ausência. Esta forma de perceber a realidade social demonstra uma forma marcante da primeira metade do século XX e que mantém ligação com à origem social da elite intelectual. Assim,

Para proceder a um exame mais detalhado do processo de formação da comunidade de intelectuais da educação no Brasil, entre o início dos anos vinte e o final dos anos sessenta, é necessário levar em consideração o impacto desse sentimento de dualidade na elaboração dos principais escritos dos intelectuais educadores que ocuparam a cena neste período. (FREITAS, 2000, p.42).

Segundo esta ótica a trajetória dos intelectuais nos anos vinte até a segunda metade dos anos 50 pode ser interpretada como a ocasião em que se interpelava o Estado a construir a obra educativa necessária à equiparação dos muitos “brasis”, discurso presente nos textos e narrativas de vários intelectuais piauienses principalmente nos anos de 1920. Para a elite intelectual piauiense a ação de interpelação do estado se justificava, pois para ela:

Quando proclamamos a **indispensabilidade da cooperação da União** na campanha desassombrada e firme que se impõe em favor do ensino popular, não possuímos a pretensão de sugerir novidades ou de ferir assumpto para o qual possamos trazer contribuições novas, ainda desconhecida. Não; repetimos, apenas o que outros já disseram com a autoridade, a expressão, a competencia e o brilho da linguagem, que não temos. Sabe-se muito bem que a ideia da **intervenção do poder central em materia de instrução elementar**, não é nova. Conta os seus pugnadores desde os tempos do regimen passado, não venceu, é certo, nem mesmo com o advento da Republica. Mas tambem não desapareceu e continuou a ter, na vigencia das novas instituições, esforçados e talentosos defensores, de modo que o princípio, de quando em vez, é agitado e defendido, com vigor, na alta imprensa do paiz, por escriptores e jornalistas notáveis, no seio do Congresso Nacional, por um núcleo de representantes operosos e superiormente escudados em exacta intuição do bem publico. (MENDES, 1921b, p.1, grifo nosso).

O autor justificava a ação de se questionar a postura da nação caracterizando a si mesmo como esforçado e talentoso, ressaltava que as configurações regionais não seriam inviabilizadas se houve a cooperação da União, pois só assim seria possível programar o projeto social traçado para o Piauí, colocando-o no mesmo ritmo de desenvolvimento dos Estados do sul do País.

Nos discursos era ressaltado que aqueles estados tinham maiores condições de desenvolvimento da educação devido à existência de vias de comunicação, dos recursos financeiros e da ajuda da União aos mesmos, o que aumentava a distância relacionada ao ritmo das inovações entre o Piauí e os demais Estados do Brasil.

Através da cooperação da União seria possível operar as mudanças para superar a situação vivida pela maioria dos municípios, pois até então Teresina e Parnaíba eram os únicos municípios que se destacavam pela elaboração de ações de forma a intervir na realidade social existente.

Inúmeros textos foram produzidos pela elite intelectual piauiense ressaltando a ausência da União em manter educação popular no Piauí e nos demais Estados. Nos textos recorriam a exemplos do passado para justificar a situação de atraso em que se encontrava a educação piauiense, caracterizando, como denomina Freitas (2000), a *tradição realista*.

O Dr. Anísio de Brito Melo foi um de seus expoentes no Piauí, como se pode perceber no seguinte texto:

[...]

A evolução da historia do Piauhy, que em todas as suas phases tanto “contrasta” com a das outras unidades da união, posta em “confronto”, sob o ponto de vista que nos interessa é de palpitante antagonismo.

Elevado á capitania em meados do século XVIII, o seu primeiro governador não encontrou aqui quem lesse: era toda uma população de rigorosos analfabetos, dominados por cerca de dez lustros pelos jesuítas que nada fizeram pela educação e instrucção do povo [...]. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUCÇÃO, 1922, p. 46).

De acordo com a *tradição realista* era preciso conhecer a realidade e interpretar as dificuldades presentes na história do povo brasileiro, este se tornou o grande desafio colocado ao intelectual da época. Considerava-se que as configurações regionais não deveriam inviabilizar a concretização da nova configuração nacional, necessária para colocar o Piauí no mesmo ritmo de desenvolvimento dos outros estados e operar as mudanças na maioria dos seus municípios. Era preciso agir, todos deveriam se envolver na luta para a superação do

atraso do estado, sendo a educação o elemento propulsor das mudanças. Para alcançar este objetivo ações foram pensadas e executadas pelos intelectuais.

Pode-se afirmar que os discursos produzidos pela elite intelectual piauiense sobre a educação do povo era também um discurso crítico, apontava as insuficiências institucionais do regime e propunha novas formas para o exercício do poder, conseguida via escola. Também, ao criticar a escola existente, propunha a criação da escola comum ou única, laica gratuita, obrigatória e co-educativa.

Tendo a elite intelectual piauiense desempenhado papel de relevância na formatação do ideário de educação para o povo, confirmando a posição de Brandão (1999, p.64) que “Esta seria a tarefa dos intelectuais, na representação dessa geração de educadores: compreender a direção específica a imprimir à marcha civilizatória, entre nós”. Prevalecia a idéia de que era necessário progredir, caso contrário corria-se o risco de desaparecer, a educação era vista como força civilizadora. Estes pontos mostram a contribuição da elite intelectual para a tomada de consciência do povo e para as mudanças no social.

Mesmo que a revolução proposta tenha se caracterizado como uma revolução dentro da ordem, uma revolução de cima para baixo ou simplesmente uma reorganização do social, esta com certeza trouxe mudanças. A elite intelectual piauiense acreditava na equalização das oportunidades sociais pela democratização do acesso à escola.

O tema mudança social x educação embora não tenha sido tratado de forma igual dentro do movimento renovador ocorrido no Piauí se caracterizou por um modo de perceber as relações entre educação e sociedade, que eram vistas como decorrentes da visão de que a educação capacitaria os membros da sociedade para através de suas aptidões pessoais se destacarem no social.

Um reflexo do ideal da matriz liberal-funcionalista, tão presente nos discursos da elite intelectual piauiense durante os anos de 1920, que se expressava pela idéia de que:

[...] Dentre todos os assumptos que mereceram acurado exame dos representantes municipais sobre sahiu pela sua emergencia da instrucção primaria, porque elle tem despertado ultimamente, entre nós, o maior interesse quer dos particulares quer do governo que procura tornal-a uma realidade.

Combater o analfabetismo ensinado a nossa população as primeiras letras de par com a educação profissional, tornando-a apta para as grandes conquistas em todos os ramos da vida em que se possa applicar honestamente, proveitosamente, a actividade humana, é um dever dos governos bem orientados, patrióticos.

Mas, para combatel-o com efficacia, torna-se necessária a collaboração de todos os piauhyeses [...]. (CONGRESSO das municipalidades, 1921, p. 1).

Neste texto, como em outros, destacava-se o interesse do governo estadual em ampliar a oferta de educação primária, considerada elemento chave na solução dos problemas do Piauí, necessitando a população se tornar apta para a vida moderna. Numa clara evidência da matriz liberal-funcionalista que nos anos seguintes cedeu lugar à matriz funcionalista da educação, incorporada pelo governo de Vargas e expressa nas políticas educacionais da época.

Para se entender os desejos expressos nos discursos sobre a modernidade procurou-se desvelar a trama de significados envolvidos nos discursos, o que possibilitou entender sua constituição histórica.

A partir daí se pode situar o advento da Escola Nova no Piauí como um elemento do emergente mundo urbano-industrial, que criticou o modelo escolar vigente e colocou a necessidade de moldar, sob a tutela da cientificidade, os aparelhos escolares aos novos tempos. Porém, como colocar este modelo em prática se as condições econômicas, sociais e a própria temporalidade vivida no Piauí apenas apontavam para a inserção das cidades de Teresina e Parnaíba no universo urbano-industrial?

O projeto educacional proposto baseava-se numa política cultural e educacional que objetivava a princípio a homogeneização cultural, no sentido que partia do pressuposto da existência de uma cultura considerada universal e que todos deveriam dela ter domínio. Todavia, não se deve esquecer, segundo Santos (1996a), que enquanto processo de socialização a educação exerce duas funções vitais, a diferenciação e a homogeneização da sociedade. Não se pode limitar a educação apenas a sua função homogeneizadora, toda educação é também um elemento de diferenciação. Quais então os pressupostos que embasavam o projeto educacional elaborado pela elite intelectual piauienses?

2.3 O projeto educacional piauiense e os ideais da Escola Nova

Nesta parte do trabalho analisou-se quais os princípios da Escola Nova foram incorporados ao projeto educacional elaborado pela elite intelectual piauiense. Conforme explanado, durante a Primeira República a elite intelectual piauiense mobilizou-se na elaboração de uma resposta a questão que fora colocada à intelectualidade brasileira: tirar a nação da situação em que se encontrava, situação caracterizada como de atraso.

A elaboração das respostas à questão foi analisada considerando-se a mesma como um processo de construção de representações, que expressava a visão de determinados grupos sociais e funcionava como elemento mobilizador da sociedade. As representações sobre o papel da educação presentes no contexto social da época foram construídas e divulgadas principalmente pelos bacharéis piauienses, sendo os mesmos caracterizados

[...] como um grupo de ampla presença social e de inegável envolvimento político. Sua atuação pode ser observada nas mais diversas instâncias: na educação, na imprensa, na política, na administração pública, na justiça, no lazer, na literatura. (QUEIROZ, 1998, p.13).

A presença e atuação deste grupo de forma marcantes na sociedade piauiense possibilitaram que os discursos construídos pela elite intelectual piauiense passassem a orientar as relações com o mundo social através de representações expressas em certas práticas e em ações institucionalizadas, que possibilitaram marcar de forma visível a existência deste grupo. Assim, de acordo com Chartier (1990), as representações do mundo social aspiram à universalidade e se embasa em um diagnóstico fundado na razão, sendo sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.

Desta maneira, a elite intelectual piauiense da década de 1920 falava ao povo e ao governo não apenas sobre educação, mas debatia uma série de questões sociais. Ao se dirigir ao governo via neste o elemento responsável pela operacionalização das ações sugeridas, quando dirigia seu discurso ao povo tentava mobilizá-lo em torno das propostas defendidas.

Esta mesma elite construiu um discurso em torno de sua função social. Havia por parte de seus representantes uma exposição de qual deveria ser o papel assumido por eles, aspecto destacado em vários textos publicados, onde se ressaltava que

As civilizações dos povos, ensinam os sociólogos, surgem pela força animadora de certas ideias que lhes servem de fundamento. É (sic) com essas ideias que as determinam e animam, as civilizações desenvolvem-se, fructificam e desaparecem.

Crescem, progridem, enfraquecem e cahem, quando ao contacto de novos principios, nascem outras civilizações, que lhes continuam a jornada.

[...]

Não é, de certo, pelo concurso das verdades proclamadas pelas sciencias, que se operam as grandes revoluções sociaes. As transformações, os movimentos dessa natureza derivam antes do calor do sentimento, que do frio e meditado trabalho da razão.

É que os conhecimentos scientificos se restringem a um pequeno nucleo (sic) de sabios ou de estudiosos, enquanto o povo em geral delles recebe os

benefícios, admira os esplendores, applaude os magnificos efeitos, mas desconhece a fonte sagrada, onde somente a alguns privilegiados é dado penetrar. É que as multidões não pensam, não refletem, não raciocinam: fallece-lhes todo e qualquer espírito de critica e agem mechanicamente, incoherentemente, ao sabor dos instinctos e das impressões que lhes vêm atravez das ideias em voga.

Sobre ellas as utopias exercem uma fascinação dominadora e irresistivel. E devido a isso mesmo, as utopias constituem-se, facilmente, em poderosos agentes das revoluções sociaes [...]. (MENDES, 1923, p.97-98).

Percebe-se o destaque da função da elite intelectual como a detentora dos conhecimentos necessários às mudanças sociais. Como o momento vivido era de transformações, havia uma distância entre o povo e a elite intelectual que forjava uma concepção de sociedade e de educação que deveriam ser colocados em prática. Concepções vistas como uma utopia, que pelo envolvimento do povo poderia ser colocada em prática.

O povo, contudo, não apresentava os requisitos necessários para promover as mudanças, pois não tinha acesso e domínio dos conhecimentos necessário para operar a “revolução”, mas enquanto massa indistinta poderia ser direcionada na concretização do projeto forjado pela elite intelectual piauiense.

Nos discursos também era defendida a idéia de que:

[...]

Só a escola, a escola bem orientada, a escola, instruindo, educando e moralizando, - nas cidades, nas villas, nos campos, nos sertões, por toda a parte, - poderia curar o nosso mal, preparando o homem para utilizar-se dos ensinamentos scientificos e dos mais avançados processos de produção. Só a escola, largamente espalhada, actuando sobre o character nacional e saneando o ambiente social pelo despertar do civismo, do espírito de nacionalidade e do amor da Patria nas consciências adormecidas, poderia conduzir ao trabalho efficiente, ao interesse pelos negocios públicos, ao sentimento dos direitos e deveres de cidadãos, ao respeito pelo bem estar colletivo, ao desejo pela prosperidade e felicidade geral da nação, milhões e milhões de brasileiros, que, nas condições actuaes, vegetam por ahi além, afferrados á rotina, imbuídos de credices e supertições grosseiras (sic), consumidos pelo alcoolismo, devorados pelas doenças de toda sorte, bestializados, em summa, pela completa ignorancia, que os reduz ao immenso peso morto, que faz do Paiz um verdadeiro enfermo. Cumpre, pois, reagir e applicar logo o remedio, - o remedio que se conhece e se sabe demais qual seja. (MENDES, 1921c, p.1).

Defendia-se a necessidade de desenvolver uma educação integral como forma de reverter a situação atual da sociedade, considerada de “doença”, de “peso morto”, “curar o mal” da população que nas representações da elite intelectual piauiense se encontrava alheia

às questões nacionais. Através de uma educação intelectual, moral, prática e regeneradora a população seria capacitada para se envolver com as questões de ordem social, questões estas ligadas aos aspectos políticos e econômicos de então.

Estes elementos colocam em destaque que os sentidos assumidos pelo movimento renovador ocorrido no Piauí nos anos de 1920 até 1947 extrapolam o caráter pedagógico. Sendo possível afirmar que o movimento reformador assumiu características nitidamente políticas, indo além da discussão dos aspectos meramente técnicos da educação.

Seguindo uma tendência geral o Piauí nas últimas décadas da Primeira República se envolveu, segundo Nagle (1976, p. 3) em “[...] um clima de efervescência ideológica e de inquietação social”, clima este que permaneceu por toda a década de vinte e trinta. Os discursos pronunciados, neste período, por parte da intelectualidade piauiense expressavam a necessidade de se cumprir os ideais republicanos principalmente em relação ao povo, que por não ser alfabetizado estava excluído da participação política e do processo produtivo, se refletindo numa situação de dependência econômica do Brasil em relação a outras nações, dependência que era questionada:

Em setembro do anno proximo vindouro faremos cem annos, como nação independente e, entretanto, apesar deste seculo decorrido, a nossa independencia é mais nominal do que effectiva e real. Ainda têm inteira e palpitante actualidade as melancolicas e eloqüente palavras, com que José Bonifácio, o moço na Camara dos deputados do extinto regimen, criticava esta nossa pseudoindendencia!

Como são reaes e positivos os factos apontados pelo saudoso e eminente parlamentar! O tremendo conflicto que ensangüentou o mundo e o agitou, em todos os sentidos, veio tirar as ultimas duvidas que, por ventura, podessemos ainda acalantar quanto a dependencia em que nos encontramos, dos outros povos! Durante a guerra innumeras foram as necessidades e privações que sofremos, pela estagnação dos negocios e conseguinte impedimento de que importássemos os artigos, alguns de mais urgente necessidade, de que sempre precisamos, mal (sic) grado a extraordinaria pujança de todas as fontes de energia e riqueza com que a natureza dotou a terra e a patria em que temos a ventura de ter nascido e viver.

É que economicamente ainda somos um povo que balbucia e ensaia os primeiros passos, na estrada larga em a qual outros povos já attingiram extraordinário desenvolvimento. [...] (BAPTISTA, 1921a, p.1).

Em virtude desta situação cabia ao Estado a função de propagador da instrução primária utilitarista, integral que deveria preparar a população para atuar na sociedade, modificando a situação existente. Nas representações de então o homem era visto como elemento propulsor do progresso, do fator econômico e o seu valor aferia-se, segundo a SOCIEDADE

AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO (1922, p. 101), “pelo que produz ou é capaz de produzir”. Assim, era preciso elaborar ações que provocassem mudanças na situação da população, um empecilho ao progresso, pois

[...]

De todos os problemas que se agitam no seio das administrações republicanas, nenhum decerto digno de maior carinho do que o ensino publico, attendendo que somos uma nação em que o analphabetismo assola como uma epidemia, exigindo por isso mesmo os mais energicos remédios.

[...]. (PELA instrucción, 1921, p. 2).

A elite intelectual piauiense se envolveu em programar ações que visavam à modernização da sociedade local, elaborando leis, reformando a educação, acreditando que o desenvolvimento das forças produtivas se daria via escola. Havia toda uma exaltação do poder da educação e da necessidade de envolvimento da sociedade, principalmente dos municípios, na ação de expansão da educação. O estado procurava mostrar que sozinho não era capaz de operar as modificações necessárias, precisando que os municípios se envolvessem e ressaltando, constantemente, que

[...]

A instrucción primária, entregue desde 1834 ao Estado, precisa, exige e impõe o auxílio das municipalidades, para que com mais efficiencia seja combatido o analphabetismo que tanto nos envergonha e nos nivela aos povos barbaros. Ella é condição primordial do desenvolvimento e progresso duma nação e, portanto, é mister que os poderes publicos intervenham para a sua larga diffusão e para que o emprego da força e do trabalho seja productivo proporcionalmente á medida da sciencia, da intelligencia e dos conhecimentos que ella dirige.

Desde que um povo constituido em nação não se instruir, falta evidentemente á sua função social.

E numa terra de analphabetos como a nossa, em que o governo se acha decididamente emprenhado em extirpar este cancro que nos corróe e nos incivilisa, o concurso dos municipios para a solução deste magno problema se impõe como um dever de patriotismo. (CONGRESSO dos municipios, 1921b, p. 1).

Uma das primeiras providências tomadas pelo governador João Luiz Ferreira (1920-1924) foi convocar o Congresso das Municipalidades em 1921 objetivando congregar os diversos municípios em torno da causa comum da expansão da educação. Através daquele congresso o Estado firmou um acordo junto aos municípios, que deveriam fornecer casa,

vencimento e material para as escolas, ficando o Estado responsável pela nomeação das professoras e pela jurisdição técnica e administrativa do ensino.

Além da mobilização dos municípios para a causa da educação, durante os anos de 1920, as discussões sobre educação envolveram a expansão das escolas, as condições culturais da população, os fins da educação, a formação do professorado piauiense, a melhoria das condições físicas das escolas e os aspectos metodológicos.

Advogava-se que o método ideal a ser trabalhado era o intuitivo, pois mesmo transcorridos mais de vinte anos que se discutia sobre a importância do uso deste método, seu emprego ainda se restringia às escolas da capital, a alguns municípios do norte, como Parnaíba, e a poucas cidades do sul do estado como Jerumenha e Uruçui.

Durante os anos de 1920 grande parte da elite intelectual piauiense se aproximou da vertente da Escola Nova ao advogar como papel da escola o preparo para a vida social, princípio este que fazia parte do ideário da Escola Nova. O governador Dr. Mathias Olímpio de Melo (1924-1928) em mensagem governamental de 1928 deixou claro seu posicionamento em relação a este princípio:

[...]

Essa phrase feita de que é preciso desanalfabetizar as massas, mais do que um chavão decorativo de todos os momentos, encerra um conceito perigoso e uma grande falta de compreensão das coisas.

Ora, a instrução popular, como a entendem e praticam os povos cultos, não é, de fôrma nenhuma, essa meia tinta deluente dada no cérebro das nossas creanças, apressadamente, nalguns mezes de actividade lectiva.

O objetivo, alto e patriótico, da educação primaria é outro: procura preparar futuros cidadãos, capazes de, por suas letras, entrar, com vantagens, nas luctas pela vida. E não é, nem será nunca, essa brevíssima noção elementar das coisas, dada, por assim dizer, num curso de velocidade vertiginosa, que capacitará alguém a competir e vencer, no *struggle-for-life* diário.

[...]. (PIAUI, 1928, p. 39).

Defendia a idéia de preparação para a vida através de uma educação intelectual e prática que capacitasse as pessoas a assumirem funções no meio social conforme as capacidades individuais. Esta concepção de educação enquanto fator de preparação para a vida social predominou no Piauí durante os anos de 1920, cedendo lugar para a concepção de educação adaptada ao meio social, vertente que se firmou no Piauí a partir dos anos de 1930. Parcela da intelectualidade piauiense se voltou para uma concepção de escola adaptada ao meio social, inclusive defendendo a educação rural.

Outra marca do pensamento desta época era que o sistema educativo devia ser organizado através do conhecimento científico e de sua aplicação técnica. O que em parte favoreceu a naturalização técnica das relações sociais, pois ao não ser questionada esta naturalização além de obscurecer pode reforçar os desequilíbrios de poder que a constituiu. Porém, como as relações humanas não acontecem de forma mecânica, este mesmo projeto pelas mediações dos atores sociais envolvidos, também possibilitou a emancipação de parcelas da população piauiense, no momento em que era consolidada uma rede de escolas primárias no Piauí durante os anos de 1920 a 1947.

A crescente massificação da escola no Piauí serviu aos objetivos da regulação social, mas também serviu como garantia de aquisição de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do Piauí. O projeto educacional proposto ao longo da Primeira República, no Piauí, levava em consideração o paradigma educacional da modernidade que propagava a crença na educação como elemento responsável pelo progresso não só do sujeito, mas principalmente da sociedade.

Desta forma, para que a sociedade piauiense pudesse ter o seu projeto educativo concretizado, além de expressar a fé na educação, a elite intelectual acreditava que o sujeito seria humanizado pela cultura, fazendo pressões e depositando expectativas sobre o sistema escolar. Esses pressupostos eram evidentes nos discursos da elite intelectual piauiense envolvida com as reformas de educação no Piauí durante os anos de 1920 a 1947, aproximando-a do pensamento dos reformadores nacionais.

No Piauí, o objetivo de democratização da cultura através da escola, no sentido de tornar o povo aberto aos novos valores da ordem social que ora se instalava, foi buscado ao longo da primeira metade do século XX, através da ampliação da rede escolar. É necessário ressaltar que mesmo existindo a preocupação com a extensão da escola primária, numa crescente reivindicação da alfabetização das massas, a dualidade da organização escolar na Primeira República existiu e continuou presente, se prolongando até as décadas seguintes.

Isso ocorria a princípio porque as exigências da escola para o povo se restringiam ao ensino primário, evoluindo para uma diferenciação em relação aos tipos de escola propostos às diferentes camadas sociais. Para Hilsdorf (2003) esta dualidade pode ser atribuída à descentralização instalada pelo Ato Adicional de 1834 e pela Constituição de 1891 que estabeleceu como competência privativa da União legislar sobre o ensino superior e delegou aos Estados a função de organizar seus sistemas escolares e os outros graus de ensino.

Outras questões presentes nos discursos da elite intelectual piauiense, que se refletiram no projeto educacional elaborado por ela, se caracterizaram pelos embates em torno do

nacional e do regional. Nas décadas de 1930 e 1940 era exaltada a diferença, considerada como de atraso, que contrapunha São Paulo às demais províncias, discurso este construído desde as últimas décadas do século XIX.

De acordo com Adduci (2004) a origem do discurso regionalista se situa nas frações da classe dominante paulista que exaltavam as diferenças entre os estados com um objetivo homogeneizado. A modernidade e o cosmopolitismo paulista serviram de modelo a ser seguido pela nação brasileira no processo de reconstrução da nação. Tratava-se, todavia, de um discurso regionalista que percebia o todo, nação, a partir de sua referência, seu modelo, o Estado de São Paulo.

A ótica paulista influenciou grande parte da intelectualidade brasileira, incluído parte da elite intelectual piauiense, mas havia os que dela discordavam, no caso da maioria dos intelectuais envolvidos com a reforma de 1921. Para Lopes (2001), intelectuais como o Dr. Mathias Olímpio de Melo fugiam da mística paulista, este colocava algumas restrições a mesma, defendendo que não poderia haver simplesmente um transplante das idéias paulistas em matéria de educação para o Piauí, era preciso levar em consideração a realidade local, postura que expressava uma independência intelectual em relação a grupos específicos.

Era bem presente nos discursos da elite intelectual piauiense a busca da harmonia social, que seria conseguida através da educação do povo, mas também se encontra presente o fato de que a educação seria o elemento dinamizador da sociedade, o que colocava em destaque o caráter emancipatório da educação.

Quando colocado em prática o projeto de educação popular elaborado no decorrer das primeiras décadas do século XX, pela elite intelectual piauiense, este pode ter servido tanto como elemento de regulação como de emancipação social. Se for considerado apenas como elemento de regulação corre-se o risco de negar o poder emancipatório do ato educativo, negar que as ações sociais se dão através de negociações de valores e interesses entre diferentes sujeitos que compõem a dinâmica social.

Contudo, para se ter uma visão da real concretização deste projeto foi preciso analisar sua efetivação nas práticas sociais através das reformas de ensino implantadas e das práticas desenvolvidas no social e nas escolas primárias pelas normalistas.

2.4 As incorporações dos princípios da Escola Nova: as reformas educacionais piauiense

Os princípios da Escola Nova se faziam presentes nos discursos da elite intelectual piauiense, restando saber como eles se efetivaram no contexto social. Para tanto foram identificadas as práticas usadas para a sua efetivação, enfatizando-se as reformas de ensino.

A elite intelectual piauiense envolvida nas reformas de 1910 a 1931, período marcante no contexto local, se mostrava sintonizada com o que ocorria em matéria de educação nos outros estados do Brasil, inclusive com as mudanças educacionais que ocorriam na Europa e Estados Unidos. A partir da interlocução com diferentes experiências tentavam implantar as modificações, que sob sua ótica, eram necessárias ao desenvolvimento da educação piauiense e da nação, modificações expressas na legislação de ensino através das reformas educacionais.

O Piauí nos primeiros anos da República, assim como outros estados brasileiros, foi em parte influenciado pelas reformas implantadas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Estes estados serviam de referência em relação às modificações que eram implantadas na escola primária e normal, funcionavam como centros divulgadores dos ideais de uma nova escola para os novos tempos. Mas a elite intelectual piauiense, nos anos de 1920 mostrava-se favorável a romper com esta influência, pois

Transplantar para aqui as disposições reguladoras do ensino em São Paulo e em Minas, é condemnal-as a inefficacia. É o mesmo que mudarmos uma planta da zona temperada para os nossos chapadões agreste, queimados por um sol equatorial que tudo abraza e mata.

Em geral d'ahi provem o mal das nossas reformas; d'ahi a sua inexequibilidade.

As mudas, de outras regiões, medram, crescem, florescem e dão fructos saborosos, si o terreno é previamente preparado e adquire as propriedades necessárias a sua cultura.

E' isto que succede na ordem physica, e é o que se dá na ordem moral.

As leis para que offereçam vantagens e consigam os resultados collimados, devem ter um cunho regional, feitas de accordo com as necessidades, tendencias e aspirações locais em que vão ser executadas. (SEMPRE pela instrução, 1921, p.1).

Não havia um consenso de considerar São Paulo como uma referência a ser tomada pelos demais Estados. Os reformadores piauienses, principalmente Matias Olímpio de Melo, tinham restrições, conforme destacou Lopes (2001), ao transplante de inovações implantadas

fora da realidade piauiense. Assim, a elite intelectual piauiense procurou estudar e propor medidas de acordo com a realidade vigente. Se caracterizando o Piauí, nos anos de 1920 até 1947, pela busca de resposta às solicitações de modernização da sociedade e pela implantação de mudanças na legislação de ensino.

As ações planejadas pela elite se concretizaram ao longo dos anos, mas não se mostraram eficazes, pois dependiam da vontade política dos dirigentes municipais, o que ocasionava uma descontinuidade de ações ou esbarravam na falta de vontade política do governo estadual em virtude da não alocação de recursos para concretizá-las.

Outros fatores que funcionaram como empecilhos à modernização escolar estavam relacionados à formação dos professores, pois muitos eram leigos e a distância geográfica era uma barreira mantendo os municípios do Piauí isolados, principalmente os da região sul do Estado. Também a limitação econômica dos professores se constituía em empecilhos, pois restringia o acesso à literatura sobre a Escola Nova, somente aos bacharéis e às professoras normalistas lotadas em sua maioria em Teresina e Parnaíba tinham amplo acesso a mesma.

Se inicialmente de uma forma um tanto tímida o ideário da Escola Nova penetrou no Piauí ao mesmo tempo em que se dava nos Estados considerados mais desenvolvidos, isto era decorrente do fato de que a elite intelectual mantinha contatos freqüente com os centros divulgadores dessas idéias. Contudo, a apropriação deste ideário não se deu de forma uniforme, as fontes apontaram diversas estratégias que envolviam:

1. Leituras de autores estrangeiros e nacionais;
2. Leitura de artigos de jornais e revistas;
3. Participação em palestras, conferências e exposições que ocorriam em ocasiões específicas;
4. Visitas feitas às cidades que implantavam mudanças em seus sistemas de ensino: Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte;
5. Participação em encontros nacionais promovidos pela ABE e Ministério da Educação e Saúde.

Entre as estratégias utilizadas de apropriação a mais significativa talvez tenha se dado através de visitas feitas às cidades que implantavam mudanças em seus sistemas de ensino. Estas visitas eram previstas no Regulamento de Ensino desde 1910, sendo que o papel destas missões necessita de aprofundamento em estudos posteriores.

Quanto às principais estratégias utilizadas na divulgação deste ideário no Piauí teve-se:

- a) A princípio a Escola Normal Oficial foi escolhida como o lócus de divulgação do ideário da Escola Nova no Piauí;

- b) Modificações na legislação de ensino, adequando-a aos ideais da Escola Nova;
- c) A permanência de muitos reformadores em cargos públicos, alguns de forma quase ininterrupta como o Dr. Anísio de Brito Melo que esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública de 13.01.1921 a 04.01.1927 e de 1935 a 20.02.1942;
- d) Promoções de palestras;
- e) Exposições escolares;
- f) Produções escritas divulgadas em jornais, livros e revistas locais;
- g) Ampla circulação de textos produzidos nos vários estados brasileiros, o que pode ser comprovado através dos discursos dos reformadores piauienses.

Nas produções da elite intelectual piauiense havia referências a vários autores estrangeiros e nacionais, entre eles Sampaio Dória, Carneiro Leão, Rui Barbosa e outros que eram constantemente citados. As referências constantes nos textos serviram para revelar os temas que eram comuns nas discussões da elite local e nacional.

Entre estes temas estavam a questão da educação nacional, a educação rural, o atraso social do Brasil e outros. Um exemplo são os textos do jurista Simplício Mendes de Sousa, um dos intelectuais que comumente se reportava ao problema da educação nacional e tinha por referência os reformadores nacionais, como se pode ver no seguinte texto:

[...]

“diz o Sr. A. Carneiro Leão”, se só nos preocupasse a extinção do analfabetismo, o aprendizado mnemônico das quatro operações, tabuada e leitura mal dirigida de meia dúzia de livros escolares, tudo quanto tínhamos conseguido era engrossar a onda dos descontentes, dos fantasistas e demagogos, candidatos perpetuos ao funcionalismo, sinão materia plastica e excellente para o anarchismo, neste momento, latente por toda parte a educação do povo [...]. (MENDES, 1921d, p. 1).

A apropriação dos ideais da Escola Nova se refletiu nas ações da elite intelectual e de imediato no ensino primário, que apresentava diversas dificuldades, envolvendo a falta de escolas, o despreparo da maioria dos professores que ocupavam a função em virtude do apadrinhamento dos mesmos com os chefes políticos.

A situação física das poucas escolas existentes não era favorável a implantação das mudanças, pois como destacou o governador Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) em mensagem:

[...]

O mobiliário escolar de que dispomos é extremamente pobre nesta capital, as escolas são regularmente providas de moveis, que, embora antigos e estragados pelo uso continuado de muitos annos, satisfazem mais ou menos ás necessidades do ensino. No interior, as escolas funcionam, em sua maior parte, com cadeiras, bancos e mesas toscas, sendo que, em muitas essas cadeiras, bancos e mesas são de propriedade dos professores ou dos alumnos. (PIAUI, 1920, p.40).

Neste período a situação da maioria das escolas era deficitária, as melhores condições escolares se encontravam na Capital, em Parnaíba e em poucos municípios piauienses. Contudo, esta situação foi se modificando com o passar dos anos, refletindo mudanças nas condições físicas das escolas:

[...]

De alguns annos a esta parte, progrediram, sem duvida alguma, os methodos educacionaes do Piauhy, ao passo que melhoram, consideravelmente, as nossas installações escolares, feitas de accordo com as exigências técnico-hygienicas da pedagogia. De princípio, eram os estabelecimentos de instrucção publica localizados em qualquer edificio, sem nenhuma propriedade para os fins em apreço [...]. (PIAUI, 1927, p. 25-26).

Estas condições foram se modificando ao longo dos anos principalmente em relação às condições físicas das escolas. Fato destacado pelas entrevistadas que ressaltaram as boas condições dos prédios escolares, porém as mudanças não eram apenas em relação à estrutura física das escolas, conforme as fontes e Lopes (1999, 2001) foram implantadas uma série de ações envolvendo:

a) mudança na estrutura escolar com aparelhamento e definição de hierarquia dentro da estrutura escolar em relação à docência: professores normalistas x leigos;

b) mudanças no espaço físico das escolas que deveria ser adequado a difusão do ensino moderno, sendo o grupo escolar o modelo de escola desejado;

c) mudança nos métodos de ensino se refletindo na modernização da ação pedagógica nas escolas primárias;

d) qualificação dos (as) professores (as) para o exercício da profissão com a renovação das práticas educativas;

e) reestruturação do trabalho docente que deveria se basear na divisão do trabalho, no conhecimento especializado e na formação cultural.

As professoras normalistas piauienses passaram através de sua formação a ser responsáveis pela divulgação e desenvolvimento do ideário da Escola Nova nas escolas primárias, tendo Teresina e Parnaíba se destacado como as cidades onde foram concretizadas modificações na estrutura administrativa, técnica e pedagógica das escolas existentes.

A ação das normalistas foi fundamental para a incorporação dos ideais da Escola Nova nas práticas escolares. Em consonância com esta idéia a elite intelectual piauiense direcionou a ação daquelas quando da criação da Escola Normal Livre em 1909. Lopes (2001) afirma que a Escola Normal Oficial serviu como um espaço de disseminação da modernização proposta à educação piauiense, através da função regeneradora que lhe foi imposta.

A origem do discurso modernizador da rede escolar piauiense se situa na década de dez, sendo expresso pela necessidade de mudança da forma de recrutamento e na composição intelectual do professor. O Estado em 1910, quando da criação da Escola Normal Oficial, assumiu a formação das professoras primárias, a quem fora incumbida a responsabilidade de levar o progresso através da educação a todo o Estado.

Este período, conforme Lopes (2001, p.99), se caracterizou por um “[...] controle progressivo do Estado sobre a educação formal e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária”.

A consolidação dos ideais da Escola Nova na cultura escolar local foi conseguida através das inúmeras reformas implantadas durante os anos de 1910 a 1947, reformas que foram responsáveis pela apropriação, divulgação e concretização dos ideais da Escola Nova. Assim, passou a modernização da educação piauiense pelas seguintes etapas:

1. Reforma de 1910 que tinha como foco a estrutura administrativa e pedagógica das escolas piauienses;
2. Reestruturação da reforma de 1910 em 1921 que colocou o foco da ação na formação das professoras primárias e reafirmou o regulamento instituído em 1910, pois houve poucas alterações no mesmo;
3. Vinda do reformador paulista Luiz Galhanone em 1927 para reformar a educação em Parnaíba;
4. Adequação do ensino aos princípios da escola ativa pela reforma de 1931 e 1933, atendo-se seus direcionamentos a orientação filosófica da Escola Nova;
5. Adequação da legislação de ensino às Leis Orgânicas do Ensino instituídas pelo Governo Federal em 1946.

As duas primeiras reformas se destacaram por uma autonomia que expressava o pensamento de jovens, pertencentes à elite intelectual, os bacharéis. As reformas de 1910 e 1921 representaram a estruturação administrativa e a implantação da escola primária integral.

O regulamento expedido pelo Decreto nº 434 de 19.04.10 permaneceu orientando a educação piauiense por mais de vinte anos, muitos dos responsáveis por sua elaboração também permaneceram no quadro político-administrativo ao longo dos anos. Já as últimas reformas, a de 1931, 1933 e 1946 expressavam a conformidade da educação piauiense aos ideais da Escola Nova e as políticas educacionais da Era Vargas.

Quanto aos princípios da Escola Nova que foram incorporados nas reformas estes não devem ser considerados restritos ao ato pedagógico, simples propostas de renovação dos métodos didáticos. Procurando extrapolar esta visão a interpretação das reformas teve como referência os contextos sociais em que foram elaboradas e implantadas, questionando-se seu conteúdo, procurando explicitar os aspectos didáticos, metodológicos e as conotações políticas nelas existentes.

Um consenso existente nos discursos dos envolvidos com as diversas reformas educacionais no Piauí era que a boa escola deveria ser moldada na nova pedagogia, em um modelo pedagógico renovado. O modelo defendido era portador de concepções científicas mais atualizadas, baseadas nos fundamentos da biologia, sociologia e a psicologia. Assim, à adesão às orientações da Pedagogia Moderna era apresentada como um avanço, um progresso, como relatou o Dr. Higino Cunha:

Quereis um modelo de escola moderna? Vai nol-o fornecer um professor de inglez. “Nosso alvo – expõe o dr. Cecil Reddied – é chegar a um desenvolvimento harmonia de todas as faculdades humanas. O menino deve torna-se um homem completo, a fim de ficar apto a preencher todos os fins da vida. Para tanto, a escola deve ser um meio artificial no qual não se esteja sinão pelos livros em contacto com a vida: deve, ao contrario, ser um pequeno mundo real, pratico, que ponha o menino o mais perto possivel da natureza e da realidade das coisas [...]. (CUNHA; GONÇALVES, 1923, p.31-32).

Através das reformas, a elite intelectual buscou democratizar a educação popular. Sua ação pode ser considerada:

[...] como um diferencial na história da educação brasileira: porque eles se apresentavam como qualitativamente diferentes da geração ao redor de 15 de novembro, no sentido de que agiram não apenas como políticos, ou

intelectuais ou homens públicos interessados em educação, mas enquanto **especialistas**, isto é, portadores de conhecimentos técnico-científicos. (HILSDORF, 2003, p.80).

A elite intelectual piauiense consciente e coerente com os ideais republicanos percebia que os mesmos seriam consolidados a partir de maior participação da população. Procurava, através da criação de novas escolas, promover a expansão do ensino e sua melhoria qualitativa, enfatizando a formação das professoras que deveriam ser qualificadas para o magistério primário. O discurso sobre o despreparo da professora primária marcou a época, sendo este despreparo considerado uma das principais causas da deficiência do ensino.

As discussões também se encaminharam para as modificações metodológicas que se baseavam nas orientações do método intuitivo. Esta reforma segundo Brito (1996) se baseava na reforma implantada em 1890 por Antonio Caetano de Campos em São Paulo, principalmente em relação à Escola Normal recém reformada naquele estado.

A Reforma de 1910 instituiu o uso do método intuitivo como sendo o método capaz de fornecer educação intelectual, moral e prática. Contudo, de acordo com Cunha (1921, p.1), as referências ao uso do método intuitivo na legislação de ensino no Piauí se deram anterior a esta data, remontam a 1882, fruto da influência do parecer de Rui Barbosa sobre o ensino primário e secundário que preconizava o método direto ou intuitivo pelas lições de coisas, considerado como o método moderno.

Este mesmo autor destacou que no Piauí no início dos anos de 1920, o método ainda não era praticado de forma satisfatória nem na Escola Normal Oficial:

[...] a pratica do methodo intuitivo ou anlytico pelas lições de coisas, applicado ao ensino de todas as disciplinas e imposto pela pedagogia moderna como essencial, especialmente nas escolas normaes, ainda esta longe da realidade. A lição de coisas - ensina Ruy Barbosa, o mestre dos mestres – não é um assumpto especial no plano dos estudos: é um methodo de estudo, não se circunscreve a uma secção do programa: abrange o programa inteiro [...]. (CUNHA; GONÇALVES, 1923, p.30).

Do que relatava o intelectual Higino Cunha o método intuitivo era estudado em algumas áreas específicas do currículo da Escola Normal Oficial, não sendo praticado por todos os professores daquela escola. Revelando que a questão do uso do método intuitivo era uma discussão presente e que apesar de se fazer presente no meio social piauiense há mais de 40 anos ainda não havia sido incorporado de forma significativa às práticas escolares. Destacava o intelectual que

[...]

O poder da rotina era tão inconstável que invadia o domínio da língua pátria, ensinada nas escolas pela decoraçáo de regras grammaticas, pela analyse de classicos quinhentistas ou seiscentista, como Camões e Vieira, e pela decoraçáo de pontos para exames oraes e escriptos.

Este estado de coisas só começou a modificar-se de 1882 em diante, graças ao genio de Ruy Barbosa, manifestado nos seus dois “pareceres” sobre o ensino primario e secundario, preconizado em pedagogia o methodo directo ou intuitivo pelas lições de coisa [...]. (CUNHA, 1921, p.1).

Ao submeter o texto a questionamentos foi possível perceber que o professor Higinio Cunha defendia o uso do método intuitivo. Seu texto serviu para afirmar sua importância e para justificar a escolha deste método pelos reformadores de 1921. O intelectual Higinio Cunha possivelmente tinha conhecimento do teor da reforma de 1921 antes dela ser instituída, pois nele constam vários aspectos abordados na reforma.

O autor faz uma retrospectiva histórica do uso do método intuitivo no Piauí, mostrando alguns motivos para a sua não concretização de forma satisfatória. Segundo ele existia um choque de valores, resistências às inovações pedagógicas, aos métodos “novos” que eram inteiramente estranhos tanto para os professores quanto para os alunos:

[...]

Todas estas ideas tiveram larga publicidade no Brasil entre os competentes, mas pouco proveito na prática pedagógica, na qual ainda hoje se nota o sestro da rotina anachronica.

O methodo directo ou intuitivo [...] no Piauhy, é facil reconhecer que o domínio da rotina pouco terreno tem cedido de sua posse immorial.

Ainda que os professores fossem competentes a principio, teriam de desfallecer diante da tarefa ingente de arcar com o ramerão consueludinario, com as deficiencias do meio que não offerece estimulos de natureza alguma, salva a consciencia do dever cumprido [...]. (CUNHA, 1921, p.1).

Ao se reportar a prática pedagógica na Escola Normal o professor Higinio Cunha fazia referência a sua própria prática, deixava claro o lugar de onde falava, tanto como professor da Escola Normal como intelectual que entendia das questões educacionais.

No texto a realidade da Escola Normal é descrita e o autor responde, de certa maneira, as críticas que eram feitas à Instituição, por não capacitar de forma satisfatória às normalistas nos modernos métodos de ensino. Ressaltava que dentre as inovações que efetivou na Escola Normal Oficial introduziu o uso de novos livros e autores utilizados conforme o programa da Escola Normal do Rio de Janeiro.

Porém, os maiores obstáculos que ele encontrou foi o poder da rotina, a carência de livros modernos, os conteúdos que não davam significação para a vida prática, prevalecendo à rotina. O intelectual e professor Higino Cunha destacava que as condições materiais e as resistências eram os principais obstáculos ao desenvolvimento do método intuitivo.

No corpo textual uma série de palavras caracterizava a realidade da época, denotando oposição entre a realidade existente e a desejada: conservação x inovação x rotina x arcaico x moderno, revelando uma situação que urgia por mudança. Percebeu-se no texto de Higino Cunha a presença dos princípios da Escola Nova em relação ao uso do método intuitivo que “deve imitar o ensino materno da criança, que aprende sem livro, de viva voz” (CUNHA, 1921, p.1), um ensino que se caracterizava como prático.

A caracterização da realidade educacional piauiense feita pelo intelectual Higino Cunha revelou aspectos ligados às inovações metodológicas e as discussões da época, mostrando o contexto em que foi proposta a reforma de 1921 que objetivava corrigir as distorções existentes em relação à formação das professoras, ao uso do método intuitivo e a ampliação da escola primária.

2.4.1 A reforma educacional de 1921

Esta reforma expressou a continuidade da discussão que vinha sendo feita no Piauí desde o fim do Império, a respeito da necessidade de estruturação das escolas piauienses e do uso do método intuitivo.

A princípio, conforme Queiroz (2008, p. 89), as inovações metodológicas no Piauí partiram de alguns colégios particulares que alardeavam pela imprensa as novidades e modernismos introduzidos no seu ensino como formas de conquista da criança e de combate ao analfabetismo.

Os donos e professores destes colégios eram membros da elite intelectual piauiense que se envolveram com as questões da educação local. As inovações se estenderam à rede pública através de instituições novas como a Escola Normal Oficial e a Escola Modelo e pelo por determinação do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1910, que, segundo Brito (1996), sofrera fortes influências da Reforma de Caetano de Campos implantada em São Paulo em 1890, principalmente em relação à estruturação do ensino normal.

No início dos anos de 1920 a importância da educação popular e o problema da constituição da nacionalidade estavam presentes nos discursos da elite intelectual, sendo ressaltada a falta de ações reais que operassem mudanças no social e possibilitassem reverter a situação do analfabetismo, pois as ações efetivadas eram consideradas mero paliativos.

A este respeito o professor Anísio de Brito Melo quando da elaboração da reforma de 1921 assim se posicionou:

E o problema do ensino sempre em *statu quo*, posto que superabundem as leis para resolvel-o, como si o poder dellas consistisse apenas em ser dadas à estampa, e não da sua applicação sciente e consciente.
E nem é da multiplicidade dellas que o magno problema se resolverá – illusão eterna dos povos incultos, que fazem trabalhar a machina legislativa, incessantemente, a propósito de questões particulares, deixando á margem, as geraes, de que todas dependem.
A legislação provincial em torno do ensino publico é abundante e nem cabe nos estrictos limites da resenha que venho fazendo, assignalal-as todas. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922, p. 56).

A reforma de 1921 foi pensada visando sua aplicação de forma racional, não trazia modificações significativas na legislação em vigor, se focou principalmente na estruturação administrativa e na formação das normalistas.

O governador João Luiz Ferreira (1920-1924) nomeou em 21 de abril de 1921 uma comissão de piauienses para estudar a decadência do ensino, mesmo sendo defensor da contratação de missões fora do Estado para reformar a educação, conforme Piauí (1921). A comissão era composta por João Osório Porphirio da Motta¹⁶, Pedro Borges da Silva¹⁷, Matias Olimpio de Melo, Manoel Raimundo da Paz Filho¹⁸, intelectuais ligados ao governo e oriundos de famílias tradicionais do Piauí.

Esta comissão, através de relatório publicado no livro “A instrução pública do Piauí” (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922) apontou as causas da decadência do ensino público e sugeriu medidas para transformá-lo. Dentre as causas foram apontadas no relatório:

¹⁶ João Osório Porfírio da Mota (1870-1945): bacharel em direito, político, jurista e professor. Participou dos governos de 1916 a 1946 exercendo diferentes funções.

¹⁷ Pedro Borges da Silva (1890-1961): bacharel em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, jurista, poeta e político.

¹⁸ Manoel Raimundo da Paz Filho: militar e político, foi intendente de Teresina nos anos de 1921-1925.

1. A falta de preparo técnico dos professores;
2. O funcionamento irregular de muitas escolas;
3. Falta de instalações físicas adequadas e de material didático para funcionamento das escolas;
4. A intromissão de interesses estranhos à educação na escolha dos elementos por ela responsáveis.

O mesmo relatório em relação à baixa frequência nas escolas da época apontou várias causas para o número insignificante das matrículas nas escolas primárias, entre elas:

- a) Desinteresse dos pais;
- b) Inabilidade do professorado (fala-se em inabilidade e não em incompetência);
- c) Falta de material escolar;
- d) Edifícios inapropriados;
- e) Falta de padronização dos livros escolares.

Durante os anos de 1920 nos discursos da elite intelectual e dos governadores piauienses se encontra a justificativa de que não se avançava em relação à educação por falta de recursos financeiros e humanos. Acrescentavam que em virtude da falta de professores capacitados as reformas estavam fadadas ao fracasso, mas, segundo os mesmos, havia por parte do governo o interesse em promover a educação piauiense.

Não só as escolas e o ensino eram vistos como problema, fazia-se necessário levantar o nível moral da educação, pô-la em condições de corresponder às necessidades e aspirações sociais e adequá-la aos modernos preceitos da Pedagogia. Porém, o povo não foi envolvido na definição destes ideais, era tutelado pela elite intelectual que decidia o melhor para ele.

Assim, procurando corrigir as distorções apontadas pelo relatório o governo baixou o Decreto nº 771 de 06 de setembro de 1921, aprovado pela Lei 1027 de 03.07.22 que introduziu mudanças no ensino primário, secundário e normal. Na reforma de 1921 se defendeu uma educação popular que extrapolasse a simples alfabetização, reafirmando-se que o ensino primário devia ser ministrado em dois níveis:

1. Elementar (os três primeiros anos) ministrado nas escolas isoladas ou reunidas, que se caracterizavam por ser um agrupamento de escolas isoladas;
2. Complementar (4º ano) ministrado nos grupos escolares e na Escola Modelo, únicos estabelecimentos que ofereciam o curso primário completo.

A reforma também instituiu uma centralização de ações em nível de governo estadual envolvendo a fiscalização aos professores que foi intensificada através da criação de duas

zonas de inspeção, uma incluindo os municípios do norte e centro do Estado e a segunda incluindo os demais municípios do sul do Estado.

Nesta reforma foi concentrada maior atenção nos aspectos administrativos, não se alterou o currículo do ensino primário, mas reformulou o currículo da Escola Normal Oficial com o objetivo de capacitar tecnicamente o corpo de professoras do ensino primário, conforme declarou a SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO (1922).

Na reforma, a aparente exclusão da escola primária em seus aspectos curriculares deu-se talvez por acreditar-se que a problemática estava na formação das normalistas. Assim, a reforma centrou atenção, em especial, na Escola Normal, *locus* de formação das professoras, pois modificações nesta instituição implicariam em transformações nas escolas primárias, esquecendo-se que nem todas as escolas primárias do Piauí eram regidas por normalistas.

As modificações implantadas pela reforma de 1921 se refletiram, no ano seguinte, no aumento no número de matrícula na capital, aumentando de 1.011 para 1.114 o número de alunos nas escolas estaduais e de 93 para 196 alunos nas escolas mantidas pelo poder municipal teresinense (SOCIEDADE AUXILIADORA da INSTRUÇÃO, 1922, p. 19).

Contudo, mesmo a matrícula tendo apresentado aumento, não se pode considerá-lo significativo quando comparado ao número da população geral, conforme os dados vistos nas tabelas 2 e 3.

Diante desta situação, o governador que em 1921 mostrou empolgação com as medidas anunciadas e implantadas, dois anos depois de instalada a reforma do ensino primário e normal, declara:

Faríamos obra patriótica e duradoura, se contratássemos duas missões escolares, uma para o começo de ensino profissional que sugeri, outra para introduzir novos moldes na instrução primária”.[...] “Sou contrário à aprendizagem de aperfeiçoamento das professoras locais noutros Estados e ensino mais adiantado. Prefiro a missão, porque aproveita a maior número de professoras, ao passo que outra providência, aperfeiçoa apenas um pequeno grupo. (PIAÚÍ, 1923, p. 13).

O confronto dos conteúdos das mensagens foram reveladores de posições assumidas pelos governos, mostrando o jogo de interesses existentes e às vezes conflituosos nas ações tomadas. Em sua mensagem o governador reconheceu publicamente o trabalho do então diretor de instrução pública, Anísio de Brito Melo na adequação das escolas aos modernos métodos, mas mostrou-se insatisfeito com os resultados obtidos.

Através da mudança de postura do governador percebeu-se que não havia consenso em relação às ações implantadas, prova disto é que mostrava contrariedade em relação aos resultados alcançados ao longo dos dois anos de execução da reforma recém implantada.

Talvez porque a matrícula mostrou crescimentos apenas em dois anos letivos, já em 1923 não apresentou aumento significativo, este fato possivelmente serviu para a mudança na postura do então governador, dando sua fala ensejo a vários questionamentos: Por que não fez as contratações de que falou? Os mentores da reforma em execução se opuseram?

A reforma de 1921 não teve plena aceitação entre todos, sendo as principais críticas em relação a mesma dirigidas a questão da preferência das mulheres para o exercício do magistério e à duração do ensino primário de 4 anos que era considerada longa, demonstrado que não havia uma unanimidade em torno do projeto escolar a ser implantado, muitos defendiam que a duração do ensino primário deveria ocorrer num período de tempo menor que o proposto, como era em São Paulo.

Segundo o Dr. Matias Olímpio de Melo dois anos de escolarização davam conta apenas de uma alfabetização, era necessário que a educação primária fosse desenvolvida num tempo maior de duração. Essa postura revelou não se tratar a reforma apenas de um transplante das reformas ocorridas nos estados considerados mais desenvolvidos.

Para o Dr. Dr. Matias Olímpio de Melo:

[...]

Bom seria, alías, que São Paulo mantivesse obrigatoriamente o curso primario de 6 annos, pois temos nossas duvidas que elle possa servir de padrão neste particular. O que ali se está fazendo é a desanalphabetização a todo transe. Mas se isto não redunda no inútil, não deve ser, porém, o nosso alvo. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922, p. 117).

Postura que explicitava que a elite intelectual piauiense traçou seu próprio projeto educacional, mantendo ligações com o nacional, mas considerando as peculiaridades locais. Pois a reforma de 1921 manteve quase todas as ações implantadas em 1910, houve continuidade de ações tanto administrativa como pedagogicamente até os anos de 1930, uma singularidade da educação no Piauí, quando foram elaboradas novas reformas da educação piauienses

O Dr. Matias Olímpio de Melo se declarava “... um dos alunos mais dedicados a este ramo de estudos” (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1922, p. 108) fundamentando-se nos estudos de Froebel quando se referia aos dotes artísticos e

profissionais (trabalhos manuais) e ao discorre sobre a Pedagogia Científica recorria a Rousseau, Pestalozzi, Herbart, Spencer.

Defendia o uso do método intuitivo fundamentando-se em Herbart e Pestalozzi, pois “[...] ambos compreenderam que a obra do ensino consistia em formar o espírito da criança com o auxílio de experiências precisas e claras” (p. 84.), destacando que era preciso adaptar as diversas matérias de ensino aos graus de desenvolvimento da criança.

Este princípio da Escola Nova fora incorporado não só aos discursos, mas à legislação educacional. Aquele reformador além de mostrar domínio em relação aos princípios da Escola Nova considerava a prática e a experiência como elementos necessários a constituição do professor “[...] poderemos conseguir brilhantes ensaístas que saibam bosquejar as leis gerais da educação, mas não grandes educadores [...]” (p. 85). Também defendia a educação integral “Assim o que se deve fazer é assegurar as suas possibilidades de produzir e estas não se asseguram apenas pelas simples noção de leitura, mas por uma educação mais completa, pois só assim será mais eficiente.” (p. 117).

Contudo, Teresina a partir da segunda metade de 1920 dividiu a posição de centro difusor de ações educacionais com o município de Parnaíba, que se tornou a cidade onde muitas inovações em educação ocorreram. Parnaíba mostrou-se a favor de utilizar a vinda de um reformador de um grande centro para reformar sua educação, fato concretizado em 1927. Decidiu implantar sua própria reforma que se baseava nas inovações do ensino paulista, contratou então um reformador daquele estado para implantar as modificações desejadas.

2.4.2 A reforma educacional de Parnaíba

Parnaíba foi a primeira cidade do Piauí a instituir o Grupo Escolar em março de 1922, tendo a diretora da Escola Modelo de Teresina, Firmina Sobreira¹⁹, sido designada para organizar o Grupo Escolar Miranda Osório, constituído:

¹⁹Firmina Sobreira Cardoso (1879-1933) professora normalista que organizou e dirigiu a Escola Modelo em Teresina e o Grupo Escolar Miranda Osório em 1922 na cidade de Parnaíba, tendo se destacado como professora e diretora da Escola Normal Oficial.

Desde março do corrente anno (1922) as duas escolas que funcionavam em Parnaíba a do sexo feminino e a mixta foram por dec. do executivo piauiense, fundidas a duas outras municipais constituindo um grupo escolar denominado “Miranda Osório”. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922, p.173).

A escolha deste tipo de estabelecimento de ensino se deu por ser considerado o grupo escolar o modelo ideal de escola para os tempos modernos. Era organizado administrativa e pedagogicamente segundo os padrões da racionalização científica dos espaços e das funções desempenhadas na escola. O surgimento dos grupos escolares no Piauí foi estudado por Lopes (2001). Parnaíba se orgulhou de ser a primeira cidade do Piauí a implantar e posteriormente em 1927 a construir o grupo escolar. O mesmo expressava o desejo da elite econômica local dele ser constituído como o:

[...] maior padrão de gloria desta cidade, e, segundo o juizo insuspeito de pessoas idôneas e conhecedoras do assumpto, de todo o Estado do Piaui [...].

Um grupo modelo do nordeste brasileiro: moderna orientação de seu ensino, ótimas instalações, magnífico aparelhamento, tão bem organizado como o dos Estados que seriamente se preocupam com o magno problema da educação popular. (A INSTRUÇÃO publica em Parnaíba, 1929, p.9).

Parnaíba pretendia torna-se referência em matéria de educação, não só no Piauí, mas no nordeste. Transcorridos cinco anos da implantação e inauguração de seu Grupo Escola, a elite econômica e política, num anseio de continuidade de modernização do ensino, contratou um profissional de São Paulo, Luiz Galhanone para implantar o grupo recém construído.

A modernização escolar de Parnaíba, segundo Lopes (2001, p.155), focou-se na escola secundária voltada para a formação de “homens do trabalho, homens úteis a humanidade, homens práticos e enérgicos, com o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades nobres”. Assim, no dia 24 de maio de 1927 o professor Luiz Galhanone, diretor do Grupo Escolar “João Köper”, veio para o Piauí objetivando reorganizar a instrução primária, criar a instrução secundária, estabelecer o ensino normal e comercial e organizar o Grupo Escolar “Miranda Osório” de acordo com os estabelecimentos congêneres existente em São Paulo.

A contratação do reformador foi movida por interesses da elite comercial parnaibana, após construir o referido grupo que fora inspirado em um dos grupos escolares de Taubaté – SP e edificado levando em consideração os preceitos higiênico-pedagógicos. O projeto quanto a mobília se inspiraram nos moldes paulista, uma clara influência da “mística paulista”.

Segundo o próprio professor Luiz Galhanone enquanto reformador ele tinha por missão:

Não é preciso que lhe diga que vim para esta cidade, possuído dos mais nobres e elevados propositos de caso a minha acção apenas se circunscreva a este Municipio, deixar o Grupo Escolar “Miranda Osorio” uma instituição que sirva de modelo para todo o estado do Piauhy. (GALHANONE, 1927, p.1).

O reformador, segundo suas declarações se considerava um intelectual capaz de “elevar o nível intelectual e moral do povo.” Na imagem que criou de seu trabalho, Galhanone (1927, p.1), representava aquele que detinha os processos modernos da pedagogia tendo por missão “[...] fazer tudo aqui, a principiar pela instalação do novo edifício do grupo escolar, sua organização, e, finalmente, a orientação do ensino”.

Numa longa entrevista dada ao jornal O Piauhy em 1927, o reformador deixou transparecer que tinha um conhecimento razoável das condições da educação piauiense. Destacando que:

[...]
 Observa-se porem, aqui, que todos os responsáveis pelos destinos deste Estado, que de parte do Governo Estadual, como da dos Governos Municipaes (e Parnahyba é um attestado desta affirmação) dispensam ao grande problema da educação popular especial carinho e atenção e creio que posso declarar, sem medo de errar, que, em materia de instrucção o Piauhy, já tem feito tudo quanto lhe tem premitido as suas possibilidades financeiras. Empreheder, porem, uma reforma completa de sua instrucção é que, parece-me, não lhe será possível dentro dessas possibilidades. O que o Estado poderia fazer, penso, a fim de assegurar ao seu ensino primario melhor organização e eficiencia, era centralizar a sua direção [...]. (GALHANONE, 1927, p.1).

Em sua entrevista se percebeu que o discurso do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) fora incorporado pelo reformador. O reformador defendia que a difusão do ensino passava pelo melhoramento dos vencimentos dos professores, considerava que uma reforma completa da instrução era impossível devido às condições financeiras do Estado, advogando em favor da centralização da direção do ensino.

Ressaltava que deveria haver não só a centralização do estado em matéria de educação, mas inclusive a centralização da direção do ensino. Também defendia o reformador que se os 20% das receitas dos municípios fossem aplicados à educação e com a centralização do

Estado a educação poderia ter um melhor desenvolvimento, sendo as caixas escolares também um auxílio financeiro às escolas.

O reformador Luiz Galhanone (1927, p. 1) percebeu e destacou alguns fatores que influenciavam de forma negativa no desenvolvimento da educação piauiense. Entre eles apontou a existência de:

- a. classes numerosas;
- b. falta de adequação material;
- c. não uniformidade nos métodos de ensino, coexistindo o método individual com o ensino intuitivo-analítico;
- d. falta de uniformidade dos livros de leitura, fator que interferia na qualidade do ensino;
- e. baixos vencimentos dos professores.

Apesar de suas críticas se focarem apenas na escola os elementos, destacados pelo reformador paulista, mostram a realidade da educação piauiense retratada sob a ótica do contexto de Parnaíba que não apresentava diferenças significativas em relação ao diagnóstico que fora traçado em 1921 pela elite intelectual de Teresina.

Como medida de superação desta situação o município de Parnaíba equipou o Grupo Escolar “Miranda Osório” com todo o material necessário ao ensino moderno. Justificando o diretor do Jornal O Piauí que entrevistou Luiz Galhanone:

[...] Era natural que, em predio edificado, sob os mais vigorosos preceitos higienicos-pedagogicos, o ensino ali tambem obedecesse aos processos mais modernos.

[...]

Era mister que se esforçasse mais um pouco para obter um grande organizador e orientador paulista para o seu ensino. (GALHANONE, 1927, p.1).

Três meses após a chegada do reformador em Parnaíba o Grupo Escolar “Miranda Osório” foi inaugurado em 07 de setembro de 1927, a data escolhida não poderia ter sido mais significativa. A partir de então se incorporou à educação parnaibana as orientações de Luiz Galhanone e Parnaíba passou a influenciar o cenário educacional piauiense. As ações do reformador se voltaram para as questões administrativas e técnicas do ensino, focalizando principalmente estas últimas, pois na sua visão:

[...] Não se observa aqui uniformidade dos methods de ensino, a começar pela maneira como se processam as aulas, em que se pratica ainda o

methodo individual – aberração completa do principio que rege hoje o ensino moderno, o qual é a intuição-analytica.
 [...] para se imprimirem ao ensino no grupo escolar os processos modernos da pedagogia e metodologia, observados no ensino das diversas materias do programma do ensino primario [...]. (GALHANONE, 1927, p. 1).

A influência de Parnaíba se consolidou no momento em que passou a ser referência nas inovações ali implantadas em relação ao ensino. Em busca de imprimir ao ensino de Teresina os modernos processos da pedagogia algumas professoras normalistas foram até o município de Parnaíba para conhecer as novidades pedagógicas ali implantadas e frequentar um curso oferecido pelo reformador, assumindo o município a característica de pólo disseminador da nova cultura pedagógica dentro do Estado.

Um fato revelado na entrevista do reformador Luiz Galhanone, em relação às professoras primárias, mostrou que elas não se opunham as modificações, mas lhes faltavam conhecimentos em relação à organização e orientação pedagógica:

[...] Pelo contrario, vejo perfeitamente que há, da parte das professoras que nelle trabalham, um forte e grande desejo de progredirem e se aperfeiçoarem na arte de ensinar. Reconhecem muito bem que o que lhes falta, afim de cumprirem, em toda a plenitude, a sua elevada missão social, é espirito de organização e orientação pedagógica. (GALHANONE, 1927, p.1).

Como o foco da ação do reformador foi na adequação metodológica, na incorporação dos princípios da Escola Nova à educação parnaibana. As professoras de Teresina buscaram em Parnaíba justamente um maior aprofundamento neste aspecto.

Aparentemente não era objetivo do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) que as inovações implantadas pelo reformador paulista fossem aplicadas a todo o Estado, aquelas ficaram condicionadas à autorização do Conselho Superior de Instrução. O Dr. Matias Olímpio de Melo na mensagem governamental de 1928 ao se referir ao reformador Galhanone revelou os motivos pelos quais não implantou as mudanças praticadas em Parnaíba pelo reformador, restringindo-se a implantação do currículo elaborado por ele. Ressaltava que não desconhecia a importância do assunto, mas atribuiu à falta de recursos o entrave às modificações.

Visivelmente o governador concordava em parte com as orientações paulistas, principalmente no tocante ao tempo escolar e a função do ensino primário. Segundo o governador o Piauí apresentava um “vantajoso estado da instrução popular”, estando a vinda

do reformador ligada às falhas que o ensino normal apresentava e a divulgação de novas modalidades dos métodos educativos:

O novo curso normal, valiosa conquista piauiense, já se recente de algumas falhas, que adeante apontarei. Por isso mesmo, concorri pessoalmente para se realizar o contracto que mandou pôr á disposição do governo estadual, com destino aos serviços de reorganização do ensino municipal de Parnaíba, o conceituado professor paulista Luiz Galhanone. Com a vinda desse tecnico, fora, em comissão de estudos, a Parnaíba, algumas professoras estaduaes, que, apprehendendo e assinalando intelligentemente as modalidades novas dos methodos educatorios, vão applicando a generalidade dos seus princípios á nossa Capital, de onde o convívio com as collegas os diffundirá, com proveito, pelo Piauí.

Representa tudo isso um consideravel esforço, e define, em traços de conjunto, o vantajoso estado da instrucção popular no Piauí, obra que, chegada a esse grão de progressão, offerece as mais fundadas esperanças na efficiencia das suas condições futuras. (PIAÚÍ, 1928, p. 38).

Destacava o governador o avanço da educação piauiense, embora frisasse que muito havia a ser feito, considerando as ações implantadas até então como transitórias, como se vê no texto:

[...]

Certamente, muito do que se há feito, até agora, em materia de ensino popular, tem o character transitorio das adaptações. Foi feito assim, porque se tornava necessario no momento, que não comportava, por circunstancias varias de meio e recursos, outras resoluções mais adeantadas e por que não dizer? mais verdadeiras. É preciso comtudo, salientar que se assim agimos interessados pela causa do ensino, não era por desconhecer o que há de firmado e de perfeito em materia educatoria. Era, apenas, porque as nossas condições não admittiam outra fôrmla de realizações. (PIAÚÍ, 1928, p. 38).

Assim, o reformador Galhanone não havia sido contratado para reformar toda a educação do Piauí, mas se restringiu a Parnaíba. O governador Matias Olímpio de Melo destacou que não havia novidade nas ações do reformador, se não havia ainda implantado mudanças na educação não era por falta de conhecimento, mas por razões financeiras. Em virtude do governador, por questões políticas, ter se afastado dos debates educacionais na década seguinte muitas de suas ações foram silenciadas.

Mas, as influências de Parnaíba não se deram apenas em relação às questões metodológicas, fez-se também através da adoção do currículo do ensino primário, elaborado e implantado pelo reformador. Currículo este que se baseava no adotado em São Paulo.

Através do currículo proposto estabeleceram-se as disciplinas escolares, seus programas, os livros a serem utilizados em cada ano escolar e trazia orientações

metodológicas a serem seguidas. Estas orientações em 1927 foram incorporadas à educação piauiense através do programa para o ensino primário editado em livro e distribuído nas escolas aos professores.

O livro se caracterizava por ser um texto extremamente didático, com as prescrições que deveriam ser seguidas pelas professoras do ensino primário, indicando como se devia trabalhar o programa proposto. Nele se encontravam destacadas as disciplinas a serem trabalhadas ao longo dos quatro anos do primário, envolvendo leitura, aritmética, história, geografia, canto, lições de coisa, linguagem oral e escrita, caligrafia, ginástica, música, matemática, higiene, instrução moral e cívica, desenho.

Este programa se constituiu no primeiro manual de instrução sobre o método intuitivo que fora elaborado no Piauí, mostrava toda uma racionalização em relação ao tempo escolar, aos conteúdos, ao trabalho do professor, ao ensino e ao método. Sua autoria foi atribuída a Diretoria de Instrução Pública, que tinha como diretor Cristino Castelo Branco, não havendo no programa qualquer referência ao nome de Luiz Galhanone.

FIGURA 1: Capa do livro Programa do ensino primário



Fonte: DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1927).

Como era prescrito no livro o ensino da leitura devia ser ministrado através do método intuitivo, conforme realidade psíquica do aluno, chamando atenção para a necessidade de um ambiente escolar amável e atraente. De acordo com orientações do programa a escolha do método de ensino era justificada considerando-se que:

[...]

Actualmente, que nos interessas sobremaneira com a psychologia da criança, que julgamos como fim principal da leitura a apreensão e enunciação do pensamento, que desejamos poupar ao aprendiz o longo supplicio das abstracções – fases dos antigos processos – que procuramos tornar amorável e attraente o ambiente escolar, sómente podemos adoptar um methodo que seja intuitivo, animado e conforme a realidade psychica do processo de percepção.

Satisfaz plenamente a essas condições o methodo anlytico, em voga em nossas escolas ha mais de um decennio, e que pelos seus resultados inconcussos, a que se implantou definitivamente, condemnado ao olvido absoletos methodos syntheticos. [...]. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1927, p.6).

O método analítico era visto como aquele que satisfazia plenamente as condições do moderno ensino. Destacava-se que a aprendizagem da leitura devia dar-se a partir da sentença para as palavras, depois para a sílaba e por último chegava-se as letras, seguindo a seqüência:

1. Preparatória: palestras, apresentação de objetos, gravuras e exercícios orais. A partir desta atividade dava-se a classificação em turmas A, B e C de acordo com a vivência, idade e desenvolvimento intelectual dos alunos. Esta fase incluía leitura e caligrafia vertical;
2. Revisão das sentenças;
3. Análise das sentenças;
4. Leitura de tipo de forma;
5. Entrega da cartilha após trabalho com mais ou menos 15 lições.

Quanto à forma como este currículo foi operacionalizado nas escolas as entrevistas com professora e alunas da época revelaram que esta racionalização era seguida pelas normalistas. A aluna Maria de Jesus relatou que:

[...] a professora era muito atenciosa, competente, não é por que ela era minha prima não, mas ela andava pela sala e só copiava o texto depois que ela tinha explicado. Ai já tinha prendido nossa atenção e ficava mais fácil, né? Nós tínhamos o caderno onde eram anotados os pontos, em cada folha do caderno nos colocávamos o desenho da matéria...tu acredita que eu ainda

hoje tenho este caderno? Só não sei onde botei, outro dia procurei que cansei, mas eu tenho este caderno. (MEDEIROS, 2008).

O programa proposto ao que tudo indica permaneceu em execução ao longo dos anos, mesmo tendo ocorrido as reformas de 1931 e 1933. Estas reformas reafirmaram o currículo proposto em 1927 e as ações em relação aos pressupostos da Escola Nova, implantando outras modificações na educação piauiense.

2.4.3 A reforma educacional de 1933

Esta reforma é uma reestruturação da reforma decretada em 1931 que esteve em vigor durante o ano de 1932, para em seguida ser reformulada dando origem à reforma de 1933 implantada, segundo Piauí (1933), pelo Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933, que reviu e alterou o regulamento em vigor, por este motivo as análises se detiveram apenas na mesma.

O mentor intelectual da reforma de 1931 foi o diretor da Instrução Pública Benedito Martins Napoleão, após quatro meses que havia assumido aquele órgão modificou o Regimento de Ensino em vigor, conforme declarou:

A 14 de setembro de 1931, após quatro meses de observação, foi baixado o Decreto 1.301, que reorganizou a Diretoria Geral, com os serviços respectivos, e expediu novo Regulamento do ensino, para lhe dar feição compatível com as atuais conquistas pedagógicas e modernas orientações didáticas. (NAPOLEÃO, 1932, p.1).

Como ele conseguiu em tão pouco tempo elaborar um novo regulamento de ensino? Talvez este regulamento já viesse sendo elaborado na gestão de seu antecessor Cristino Castelo Branco desde 1927, pois na mensagem de 1928 o governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) destacou a necessidade de implantar mudanças na educação, mas que não fazia por motivos financeiros.

Como o reformador Benedito Martins Napoleão mantinha ligações com o grupo liderado por aquele governador, possivelmente a reforma de 1931 pode ter sido fruto da ação de Benedito Martins Napoleão. Ele teve sua ação marcada pela participação no governo do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928), foi secretário particular do governador,

professor do Liceu Piauiense e esteve envolvido com a educação desde a década de 1920, tendo, inclusive, elaborado as teses apresentadas na primeira e quarta conferências da ABE.

O reformador Benedito Martins Napoleão continuou ligado ao governo após a “revolução” de 1930, participando diretamente da assinatura do Convênio Nacional de Estatística junto ao Ministério da Educação e Saúde em 1931. Foi neste contexto que a reforma de 1931 foi elaborada, sendo reformulada após a divulgação do manifesto de 1932. A reforma de 1933 sofreu influências destes eventos.

Ao se posicionar em relação à reforma implantada em sua gestão, frente à diretoria de instrução pública, o professor Benedito Martins Napoleão justificou a necessidade da reforma apelando para o fato de que:

A última reforma do ensino público, foi executada no ano de 1910. [...] de aí por diante, nenhuma tentativa foi levada a termo, no sentido de ajustar o ensino às condições e necessidades impostas pelo correr dos anos. Alterações de caráter superficial, em 1921, se fizeram no Regulamento de 1910.

Durante o largo período, que medeia de 1910 a 1930, si bem passassem pela administração do ensino, técnicos de reconhecido merecimento, não se preocupou estabelecer um plano educativo racional, baseado nas necessidades, peculiares á região. (NAPOLEÃO, 1932, p.1).

Sua declaração apontou três pontos importantes: a necessidade de ajustar o ensino às condições e necessidades da atualidade; a superficialidade da reforma de 1921 que modificou basicamente o currículo da Escola Normal Oficial; apesar de admitir a competência dos seus sucessores julgava que necessário adequar a escola às peculiaridades da região.

Sua declaração também mostra que a partir dos anos trinta dentre as propostas defendidas pela elite intelectual se sobressaiu a vertente que advogava uma educação moral, intelectual e prática, não mais ministrada por uma escola única, devendo o ensino primário ter um caráter educativo, prático, concreto e integrado ao meio físico e social, seguindo os postulados da Escola Nova em sua vertente de Escola Ativa.

As mudanças implantadas pela reforma implicavam na estrutura organizacional, curricular, na orientação do ensino com referência a adoção de métodos ativos e experimentais e menos na parte administrativa o que a difere das reformas anteriores.

Segundo, Piauí (1933), o Decreto nº 1.438 de 1933, a escola deveria ser o centro de integração social da criança, conseguida através do trabalho com o currículo que era desenvolvido nas escolas de ensino primário. A diversificação do ensino primário se fez

presente, sendo que o mesmo se desdobrava em quatro tipos: fundamental, complementar, especial e profissional ministrado em quatro tipos de escolas:

a. **Singulares** (de um só professor, multigraduadas, instaladas em comunidades que ofereciam o mínimo de 30 crianças em idade escolar);

b. **Nucleares** (as instaladas em caráter temporário em povoados que apresentassem o mínimo de 25 alfabetizados, eram nômades, oferecia alfabetização rápida restringindo a um ano de curso);

c. **Agrupadas** (congregava no mínimo três escolas singulares, poderiam funcionar num mesmo prédio ou em prédios diferentes desde que situadas em raio de dois quilômetros);

d. **Grupos escolares** (com o mínimo de quatro classes, exigindo-se para sua instalação o mínimo de 180 crianças em idade escolar e deveriam adotar como padrão a Escola Modelo).

Com esta estrutura as escolas se diferenciavam quanto a localidade e ao tempo de atendimento do aluno. O que se ver é a superação da escola única defendida nos anos de 1920, passando o Piauí através da reforma implantada em 1933 a trabalhar na implantação de uma escola dualista, diferenciando o ensino propedêutico do profissional destinado a maioria da população. Isso se contrapunha a proposta de que a educação oferecida nas escolas piauienses possibilitasse a formação integral.

A escola, de acordo com o artigo 97 do Regimento de 1933, tinha a seguinte função:

A escola pública primária, em geral, criada e mantida pelo estado, é o centro da integração da criança na vida social, de modo a facultar-lhe, com a instrução básica e com a educação uniforme desenvolvimento mental, moral e físico, necessário a torna-las, após o currículo escolar, elemento ativo na sociedade. (PIAÚÍ, 1933).

Enquanto centro de integração social a escola deveria proporcionar a todos igual desenvolvimento através do currículo escolar. Assim, levando em consideração os princípios da regulação e emancipação social pode-se afirmar que teoricamente o ideal de uma nova educação se sobrepôs à educação tradicional predominante até então.

A presença da Escola Ativa no Piauí já tinha se dado institucionalmente a partir de 1927 quando da implantação do currículo da escola primária elaborado pelo reformador Luiz Galhanone e a partir de 1931 quando o Regulamento de Ensino então elaborado se respaldou nos ideais da Escola Nova e estabeleceu a Escola Ativa como o modelo escolar a ser implantado no Piauí. O artigo 202 do Regulamento de 1933 assim estabelecia:

No Ensino primário dever-se-ão adotar as conquistas positivas da escola nova: lições variadas, concisas, vividas, ao alcance da mentalidade infantil, deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservado ao professor o papel de guia esclarecido e metódico. (PIAUI, 1933).

Esta tendência marcou a reforma de ensino implantada durante o governo de Landri Gonçalves Sales (1931-1935) e se refletiu numa continuidade de pensamento em relação à educação do Piauí, numa adequação da legislação de ensino aos princípios da Escola Nova, envolvendo orientação em relação ao método de ensino e a forma de organização das escolas. Entre as orientações da reforma era destacado no artigo 200 do Regulamento que:

O método geral do ensino será intuitivo, cabendo ao professor não permitir que o aluno decore mecanicamente as lições, mas procure, ativamente a compreensão e o sentimento dos fatos, substituindo a memorização fastigante pelo raciocínio produtivo. (PIAUI, 1933).

O método preconizado era o intuitivo, dando-se destaque para os centros de interesse coletivo, criados por Decroly, envolvendo no ensino a observação, a associação e a expressão, como estava destacado no artigo 203 do regimento:

Para a formação do homem socializado, que é escopo imediatamente visado na escola, o professor transformará as suas lições em centros de interesse coletivo, em que se salientem, com exatidão, as complexas necessidades do meio ambiente, com as soluções respectivas, melhormente aconselhadas. (PIAUI, 1933).

Além das orientações sobre o método de ensino e os sistemas didáticos a serem utilizados no processo de ensino, a reforma implantada pelo Decreto 1.438 de 1933 sugeria determinadas inovações que envolviam:

1. A definição da orientação pedagógica seguida: Escola Ativa;
2. Uma nova configuração da organização do ensino em relação aos graus, estabelecendo o ensino pré-escolar educativo, primário, profissional, normal, secundário;
3. Uma clara distinção entre o ensino propedêutico e o ensino profissional;
4. Desmembramento do ensino normal do secundário e criação de uma nova modalidade de ensino profissional a nível secundário: o ensino normal;

5. O uso de lições de coisas, o respeito ao nível mental do aluno, a prática de excursões escolares, a criação de museus escolares, a exposição de trabalhos escolares, o intercâmbio como outros estados.

Esta legislação de ensino se adequou à classificação geral do ensino proposta pelo governo federal através de convênio assinado com a União, em 1931, com o objetivo de aperfeiçoamento e a uniformização das estatísticas educacionais do país. Atendeu uma reivindicação feita ao longo da década de 20, imprimindo à escola um caráter profissional, através da educação ministrada no ensino primário e no ensino secundário.

A partir desta reforma as classes escolares passaram a ser formadas e organizadas de acordo com padrões científicos e higiênicos que compreendia a divisão do trabalho escolar, a divisão racional do dia letivo, da disciplina escolar e a formação das turmas de acordo com padrões científicos. Foi criada a inspetoria médico-escolar que se incumbia da organização científica das classes e da higiene da instrução em consonância com padrões científicos, sob a influência da Psicologia Experimental trabalhada no currículo da Escola Normal.

A organização e formação das classes se davam conforme orientação da inspetoria médico-escolar que utilizava dos exames clínicos e das fichas antropométricas dos escolares para a formação racional das mesmas.

A inspetoria médico-escolar pelas atribuições que lhes foram imputadas tinha uma preocupação com a formação racional das turmas. Chamando a atenção o fato que essas atribuições ficavam a cargo do médico escolar, pois a ele cabia a organização científica das classes e a orientação da higiene da instrução, numa visível divisão racional das funções a serem desempenhadas no espaço escolar, às professoras cabia a execução das aulas.

Mesmo as normalistas tendo durante sua formação conhecimentos da área da psicologia educacional e do uso de testes psicológicos e pedagógico esta função ficava a cargo de outro, fato que talvez se aplicasse apenas a alguns municípios que tinham aquela inspetoria, pois como destacou a entrevistada Rebelo (2008) as turmas eram formadas segundo as observações das professoras que classificavam os alunos em mais fracos ou fortes conforme o desempenho dos mesmos nas atividades escolares.

Outro indicativo desta racionalização imposta pela legislação encontrava-se expresso no currículo proposto ao ensino primário através do artigo 208 do regimento em vigor:

A educação ministrada no curso completo das escolas primarias, de acordo com as materias aí distribuídas, será:

a). **Literária:** leitura, escrita (língua materna);

b). **Cívica:** História, noções de Educação Moral e Cívica, Geografia;

- c). **Social:** língua e urbanidade;
- d). **Científica:** matemática, noções de ciências físicas e naturais, noções de cosmologia;
- e). **Biológica:** noções de higiene e ginástica;
- f). **Artística:** canto, música, desenho e caligrafia;
- g). **Prática:** lições de coisas, elementos de agricultura e pecuária;
- h). **Manual:** trabalhos. (PIAUI, 1933). .

O currículo proposto nesta reforma não diferia significativamente do implantado em 1927, se voltava para o alcance dos fins da educação que se expressava como finalidade do próprio estado, pois segundo o artigo 197 do Regimento de 1933:

O Estado, criando, mantendo e administrando a escola pública, visará uma compensação única: preparar, eficientemente, os que, passado o currículo escolar, devem participar da vida social, com uma função qualquer, contanto que economicamente produtiva. (PIAUI, 1933).

Ao comparar este currículo com o proposto em 1927 não há grandes diferenças, as mesmas disciplinas prevalecem nos dois currículos, havendo apenas uma ampliação deste último em relação àquele. A parte científica ampliou-se e a parte prática fora acrescidos os elementos de agricultura e pecuária, o que pode ser considerado uma novidade no currículo e que respondia as necessidades das escolas rurais e ao ensino primário ministrado nas mesmas.

Segundo esta reforma, o currículo proposto possibilitava alcançar os fins do ensino primário, sendo prescritas orientações para o ensino que deveriam ocorrer por meio de processos educativos práticos e concretos, de forma a garantir a integração da criança ao meio físico e social. Havendo a recomendação da adoção do método intuitivo, dos sistemas didáticos e das conquistas positivas da Escola Nova, expressos nos artigos:

Art. 198 – O ensino primário será, assim, sobretudo educativo: prático e concreto, o mais possível integrado ao meio físico e às necessidades sociais, baseado em programas que estimulem o interesse infantil, devendo os professores encaminhar as lições de modo a incitar as faculdades mentais e morais do aluno para um desenvolvimento gradual, principalmente da observação e do raciocínio, que se exercitam por meios ou processos intuitivos.

Art. 199 – No ensino primário, dever-se-ão adotar as **conquistas positivas** da escola nova: lições variadas, concisas, vividas, ao alcance da mentalidade infantil, deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservado ao professor o papel de guia esclarecido e metódico. (PIAUI, 1933, grifo nosso).

Na legislação as orientações em relação aos aspectos metodológicos eram claras, conforme o art. 198, era prescrito as metodologias adequadas ao ensino de cada disciplina, funcionando como um modo de controle da ação dos professores, se ressaltava as orientações filosóficas da fundamentação da educação, inspirada na Escola Nova.

A Legislação de 1933 incorporou as idéias dos pioneiros da Escola Nova que inspiraram o Manifesto de 1932, a educação deveria possibilitar a participação na vida social, o currículo deveria ser integrado ao meio físico e as necessidades sociais, elementos justificados pela inclusão na parte prática do mesmo a lição das coisas, de elementos de agricultura e pecuária.

A integração ao meio físico era prescrita não só na parte prática, mas principalmente através da parte cívica expressa nos conteúdos de história, geografia, noções de educação moral e cívica. Esta parte do currículo propagava o espírito do nacionalismo tão divulgado durante o Estado Novo.

Como a partir de 1930 o campo cultural passou a sofrer de forma centralizada a intervenção do Estado, pois a política educacional do Estado Novo foi orientada pelos princípios de centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização, uma política educacional autoritária e uniforme, estando a educação a serviço da construção da nação.

A questão do nacionalismo, segundo Hilsdorf (2003), foi reforçada através dos currículos que enfatizavam a importância da educação física, do ensino da moral católica, da educação cívica, do canto orfeônico e das festividades cívicas como a semana da pátria, o dia pan-americano. Segundo Hilsdorf (2003) neste período foi intensificado o trabalho com a matriz política nacionalista da pedagogia.

Expressando um projeto estratégico de mobilização controlada voltado para a homogeneização da juventude através de um programa intensivo de propaganda que apresentava e difundia a significação do regime implantado como “um movimento cívico-educativo” com o enaltecimento de datas, vultos e símbolos nacionais. De acordo com Scharzman; Bomeny; Costa (1984, p. 67) a educação patriótica possuía um conteúdo voltado para “[...] a inculcação de princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e as instituições”.

Estas orientações foram estabelecidas na legislação em vigor e se fizeram presentes na educação piauiense através de diferentes práticas desenvolvidas nas escolas da época:

O que houve na Escola Normal Oficial - Na Escola Normal Oficial, sob a competente direção da professora Maria de Lourdes Martins Rêgo, foi condignamente festejado o dia de ontem, consagrado á fraternidade

americana, e, ainda, pelo transcurso do 50º aniversário da União Pan-Americana.

As vinte e uma repúblicas do continente ali estavam representadas pelos seus pavilhões, empunhados por graciosas e inteligentes alunas do importante educandário.

Abrindo a sessão cívica, a digna diretora da Escola pronunciou adequadas e expressivas palavras atinentes ao grande dia.

Em seguida, proferiu vibrante e patriótica oração, em nome do corpo docente, o professor Antilhon Ribeiro Soares, que ali rege a cadeira de História da Educação. [...]. (O QUE houve na Escola Normal Oficial, 1940, p.2).

Além das práticas desenvolvidas, nesta época, trabalhava-se, de acordo com Brito (1996), um currículo imposto que encontrou resistências para o seu desenvolvimento. A princípio as dificuldades para a implantação do mesmo se deram devido à falta de professores que ministrassem todas as disciplinas, o que se constituiu em uma dificuldade para a implantação da reforma, que talvez tenha se restringido às escolas regidas por normalistas.

Visando superar a dificuldade de implantação do currículo proposto foi criado, anexo a Escola Normal, um curso de aperfeiçoamento de caráter obrigatório com uma duração de dois meses destinado às professoras primárias em exercício.

Notou-se que o curso não era apenas para as normalistas, mas o critério de participação era estar em exercício da função de professora. Pela primeira vez o Estado oferecia um curso de aperfeiçoamento no próprio estado, este curso funcionou como um treinamento para professoras nos novos métodos de ensino.

As disciplinas ministradas no mesmo eram as que davam o embasamento teórico para se trabalhar conforme a Pedagogia Científica: Psicologia, Metodologia, Didática, estando incluídos os conteúdos da parte prática do currículo primário, envolvendo aulas de higiene rural, de agricultura e de indústrias rurais.

Segundo o regimento de 1933 o curso era ministrado pelas professoras de psicologia, pedagogia e de didática da Escola Normal. Chamou a atenção neste curso o fato de que as professoras que não se mostrassem capazes de aplicar os novos métodos seriam exoneradas. O caráter de autoritarismo estava presente, pois quem se “opusse” aos ideais da Escola Nova seria exonerado. Diante de tamanha ameaça quem se mostraria contrário? Já não se tratava apenas de convencer através dos discursos, mas de impor uma visão, a hegemonia não seria conseguida somente pela persuasão.

Diante de todas as recomendações prescritas no Regulamento de 1933 chamou atenção a preocupação de tomar medidas para que os professores seguissem as recomendações do referido regulamento. Como a situação vivida pela maioria das professoras primárias as

colocava na dependência e subordinação ao Estado, como destacou o governador Leônidas de Castro Melo (1935-1945): “Nem sequer pode, para prazer íntimo, acompanhar a evolução da disciplina ou ciência que abraça, porquanto o vencimento que percebe diariamente mal lhe basta para um minguido almoço. Como adquirir livros, obras, ilustração?” (MELO, 1936, p. 19-20). Situação que colocava os professores piauienses na inteira dependência do estado.

Com a reforma de 1933 a escola, apesar de ser pensada para o povo, passou a trabalhar principalmente no processo de homogeneização social, através da noção de escola cooperativa expressa no artigo 214 do regimento que destacava:

Uma vez que a escola não fita apenas a imposição de noções, mas a sua exposição em grão de serem suportavelmente apreendidas e assimiladas, e se destina, sobretudo, a socialização economicamente a criança, torna se á indispensável transforma-la de classe passiva, nos moldes da tradicional concepção disciplinar, em oficina de trabalho metódico ou escola cooperativa, em que os alunos experimentem com alegria o êxito da sua colaboração no desenvolvimento das lições. (PIAUI, 1933).

A difusão da escola cooperativa, presente no Piauí através da legislação de ensino, em parte pode ser atribuída à aproximação com um dos seus maiores expoentes: Lourenço Filho²⁰. A partir dos anos de 1930 a fase de autonomia dos intelectuais em relação às questões educacionais foi em parte superada, cedendo lugar a uma mera apropriação cultural, expressando uma sintonia do governo estadual às ações educacionais implantadas em outros estados e pelo governo federal.

Durante as décadas de 1930 e 1940 percebeu-se que era cada vez mais presente a influência do intelectual Lourenço Filho na educação piauiense. Vários fatores contribuíram para esta aproximação, entre eles o fato do mesmo ter participado da reforma da educação cearense em 1922. Como o Piauí mantinha contato direto com esta realidade, através não só da missão da professora Déa Pinheiro mais de visitas que muitas professoras da Escola Normal faziam em férias para Fortaleza (CE), isto pode ter contribuído para uma maior apropriação das idéias defendidas pelo diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) Lourenço Filho.

Outro fator de aproximação deveu-se ao fato de que o professor Lourenço Filho esteve à frente do INEP de 1938 a 1946 e o Piauí nesta época manteve através do Departamento de

²⁰A respeito da formação de Lourenço Filho conferir Warde (2003).

Educação amplo contato com o Instituto. Um exemplo desta aproximação se deu através do lançamento do Boletim n.5 em 1940²¹.

O diretor do Departamento de Ensino Anísio de Brito Melo viajou para o Rio de Janeiro em setembro de 1940 e só retornou no dia catorze de novembro daquele ano, ao que tudo indica esta viagem teve relação com a publicação do referido boletim que fora lançado em outubro do mesmo ano. Quem fez a apresentação daquele Boletim foi o diretor do INEP Lourenço Filho que destacou o crescimento relativo da matrícula no ensino primário, enfatizando que esse crescimento tornou-se especialmente notável depois de 1933 (coincidiu com a publicação do Regulamento de 1933) ano em que se reorganizaram os serviços de ensino no Estado.

No boletim, o diretor do INEP Lourenço Filho se perguntou: “Que pode explicar esse desenvolvimento, sem paralelo entre o assinalado pelos demais Estados?” Citou como possíveis causas deste desenvolvimento a:

- a. Melhoria das condições econômicas;
- b. Continuidade administrativa, observada nos órgãos do ensino, que lhes veio permitir dar execução as eficientes medidas de reorganização constantes do regulamento de 1933;
- c. Aumento progressivo do ensino municipal, mediante a obrigação de recolherem as municipalidades 15% de sua receita ao tesouro do Estado, a medida de maior significação segundo Lourenço Filho.

Além das medidas administrativas, o diretor do INEP elencou como aspectos qualitativos a orientação geral da educação primária que expressava empenho em aplicar ao ensino os mais modernos princípios relacionados à Escola Nova.

Diante de todos os elementos expostos as orientações estabelecidas pelo Regulamento de 1933 foram consideradas inovadoras e em consonância com os pressupostos da Pedagogia Moderna em sua vertente da Escola Ativa, tendo a mesma orientado a educação piauiense por longos quatorze anos, apesar de ter sido sentida a necessidade pelos legisladores piauiense, ao longo dos anos, de fazer adaptações naquele regimento como destacou o governador Leônidas de Castro Melo (1935 – 1945) em relatório governamental:

²¹O texto *Organização do ensino primário e normal* foi elaborado em 1939 pelo diretor de instrução pública Anísio Brito e publicado no ano seguinte pelo INEP através do Boletim n. 5. É um resumo do Regulamento de 1933 o qual Lourenço Filho, diretor do INEP, avaliou como “[...] dos mais auspiciosos movimentos regionais em prol da disseminação da cultura popular [...]” (INEP, 1940 p.10).

[...]

Era minha intenção, de acordo com a sugestão do Sr. Diretor do Departamento, promover em 1940 a reorganização do ensino primário e normal no estado, que apresenta sensíveis lacunas. Atendendo, porém a que o Governo da República cogita de um novo plano de ensino, tornou-se conveniente e necessário aguardar a reforma anunciada pelo ministério. (PIAUI, 1941).

A reforma a que se referiu o governador Leônidas de Castro Melo (1935-1945) só ocorreu após a promulgação do Decreto-Lei nº 8585 de 08/01/46 do governo federal, sendo determinado por este governo que os Estados adaptassem seus serviços às Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal, como destacou Brito (1996, p. 98).

Em alguns meses, conforme Piauí (1946), em 02 de setembro de 1946 o governo estadual baixou o Decreto-Lei 1306/46 estabelecendo novas diretrizes e nova estrutura para o ensino primário, praticamente transcrevendo as orientações do Decreto-Lei 8.529 de 02.01.46 do governo federal. Segundo as orientações do mesmo a estrutura do ensino primário tinha a seguinte organização:

- Ensino primário fundamental (curso elementar de quatro anos e complementar de um ano);
- Ensino primário supletivo com duração de dois anos.

Segundo Piauí (1947), em 27/01/47 pelo Decreto-Lei 1402/47 o Piauí fez à adaptação do ensino normal a nova legislação federal, se subordinando às políticas nacionais, embora como destaca Brito (1996), a Constituição Federal de 1946 expressasse a prerrogativa dos Estados poderem organizar seus respectivos sistemas de ensino o Piauí não se valeu da mesma, aguardando a legislação ordinária regulamentadora da Constituição. Como esta legislação demorou a ser aprovada pelo Congresso Nacional prorrogou-se a vigência da reforma Capanema consubstanciada nas Leis Orgânicas por um período aproximadamente de 15 anos, período da educação piauiense que necessita ser estudado.

Desta forma, conclui-se através das análises feitas em relação às reformas educacionais implantadas no Piauí durante os anos em estudo que as mesmas não foram desconexas, como defendem alguns historiadores piauienses que se apóiam nas análises de Brito (1996). A educação piauiense se caracterizou por uma série de ações que foram expressas nas diversas reformas da época e possivelmente nas diversas práticas escolares, mostrando aquelas primeiras continuidades, devido:

1. A presença constante da maioria dos intelectuais envolvidos nas reformas de 1910 a 1930 e a permanência de alguns durante os anos de 1940;

2. As poucas modificações que ocorreram na legislação do ensino piauiense a partir da reforma de 1910. O regulamento de ensino instituído na época sofreu apenas ajustes ao longo dos anos, relacionados aos currículos, principalmente da Escola Normal Oficial e em relação a questões de ordem administrativas. Havendo modificações de fato no Regimento de 1931 e 1933 que incorporaram à educação piauiense os princípios da Escola Nova e às políticas educacionais implantadas a nível nacional;
3. A presença cada vez maior de professoras normalistas na direção das escolas, na administração educacional, possibilitando uma continuidade de pensamento em nível de escola.

Contudo, as reformas educacionais não serviram apenas como elemento de continuidade e expressão do projeto educacional construído para a realidade do Piauí, serviram como elemento de efetivação dos princípios da Escola Nova na educação piauiense, restando saber como as incorporações destes princípios se concretizaram nas práticas das escolas piauienses.

3 A CONCRETIZAÇÃO DOS IDEAIS DA ESCOLA NOVA NA EDUCAÇÃO PIAUIENSE: AS PRÁTICAS ESCOLARES

Conforme o exposto no capítulo anterior uma série de fundamentos teóricos da Escola Nova, defendidos pela elite intelectual piauiense, se concretizaram na sociedade e na educação piauiense através, principalmente, da legislação de ensino. Porém, como estes elementos se efetivaram nas práticas das professoras primárias e as formas usadas para esta efetivação são questões pertinentes que ajudam a compreender melhor a presença do movimento da Escola Nova no Piauí.

A partir de diferentes práticas desenvolvidas no universo das escolas primárias e da Escola Normal Oficial procurou-se mostrar as formas desta concretização. Além do uso das fontes escritas foi entrevistada uma professora normalista D. Maria do Carmo Rebelo, professora de Miguel Alves que estudou em Teresina no início da década de 1930 no Colégio Sagrado Coração de Jesus onde fez o magistério e retornou para sua cidade assumindo a função de professora. Entrevistou-se três ex-alunas de professoras normalistas que estudaram nas décadas de 1930 e 1940, D. Iracema Torres de Araújo, Elina de Carvalho Veloso e Silva e Maria de Jesus Rocha Bona Medeiros, residentes na cidade de Barras (PI).

As práticas desenvolvidas nas escolas primárias e na Escola Normal Oficial tiveram como referência as conjunturas sociais das cidades de Teresina e Parnaíba, levando-se em consideração que o processo de modernização em Teresina ocorreu de forma rápida, a partir dos anos de 1930, através de diferentes formas de lazer, comunicação, transportes urbanos. Mudanças que transformam a cidade que, segundo Nascimento (2002), possuía uma população de 67.641 pessoas, onde pouco mais da metade destes, 34.695, viviam nas zonas urbanas e suburbanas.

Era uma cidade eminentemente de funcionários públicos, sua elite política e intelectual continuava com o discurso de modernização, o que possibilitou que a cidade recebesse intervenções de forma a modificar seus aspectos urbanos e culturais. Porém, nos anos de 1930 e nos seguintes já não existia a mesma “euforia” dos anos de (1920) expressa através de palestras, discursos, textos divulgados em jornais com relação à educação.

A preocupação continuava voltada para a expansão da rede escolar, sendo acrescida das questões do controle estatístico dos dados referentes à matrícula, da aplicação da legislação de ensino em vigor e para a adequação da educação às ações do Governo Federal.

Em relação à discussão dos fins da educação continuava presente a idéia de que a mesma era elemento de propulsão do progresso, de moralização da sociedade. Contudo, houve uma ampliação de temas relacionados à educação que extrapolavam a questão da ampliação escolar e do método de ensino, focando-se no nacionalismo, na proteção à infância, na saúde do escolar, dentre outros temas.

Os anos de 1930 a 1947 se caracterizaram como um período em que a educação além da função redentora era considerada elemento impulsor do progresso e do nacionalismo imposto pela “Revolução” de 30. Nesta época, houve uma incorporação cada vez mais sistematizada dos ideais da Escola Nova no Piauí, através da legislação do ensino vigente e de uma maior apropriação por parte dos professores da Escola Normal Oficial do Piauí e das professoras normalistas dos ideais da Escola Nova.

A partir de 1930 se configurou a tendência do Estado a agir como Estado-educador e os princípios da Escola Nova foram incorporados à política educacional do Ministério da Educação e Saúde. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais impulsionaram a busca pela escola, novas demandas foram imputadas, o governo central passou a direcionar as políticas educacionais numa crescente visão de centralização de ações, consolidando-se o ideário reformista que tomou forma no Brasil desde o fim do Império.

Durante os anos de 1930 até 1945 a idéia de “reconstrução da nação” ocorreu sob a influência do autoritarismo e nacionalismo. O governo desenvolveu uma política de moldes centralizador, nacionalista, autoritário e uniforme, destacando-se pela implantação do aparelho burocrático-administrativo no setor educacional. Um exemplo desta tendência foi a assinatura do Convênio do Ensino Primário entre a União e os Estados em 11.12.1931, que entre os seus objetivos visava principalmente:

Uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional e conexos, de modo que seja possível conhecer e divulgar rapidamente com segurança, as condições gerais do Brasil, de cada estado, do Distrito Federal e do Território do Acre em um determinado ano, quando a todos os ramos de ensino, bem como os vários aspectos do aperfeiçoamento da educação e da cultura nacional. (BRITO, 1986, p.57).

Como conseqüências da assinatura deste convênio ocorreram mudanças na estrutura escolar piauiense, sendo adaptada a estrutura do ensino primário às exigências do mesmo, conforme exposto anteriormente na análise da reforma de 1933. Porém, a padronização da estrutura curricular e pedagógica do ensino primário e normal foram definitivamente

adaptadas às exigências do Governo Federal a partir de 1946 através das Leis Orgânicas do Ensino, por meio das quais o Governo Federal estabeleceu regras a serem cumpridas no plano estadual, sendo que, segundo Hilsdorf (2003, p.101), “Todos os sistemas de ensino foram, então, conformados a esses objetivos mediante as “Leis Orgânicas do Ensino”.

A partir de então, o sistema nacional de educação por fim se concretizou nas ações governamentais do governo federal e os princípios da Escola Nova passaram a orientar oficialmente a educação brasileira na medida em que as Leis Orgânicas ecoavam orientações fundamentadas nos pressupostos da Escola Nova, o que possibilitou certo continuísmo do debate das questões educacionais. Continuando, a educação escolar com sua função de regeneradora de costumes, construtora do progresso social, da democracia.

O governo piauiense, representado por Landri Sales Gonçalves (1931-1935) e Leônidas de Castro Melo (1935-1945) alinhou-se de forma incondicional ao Governo Federal, utilizando-se este último de uma massiva propaganda de seus feitos e do governo federal, concentrando seu discurso em relação à construção de um novo Piauí.

Foi a partir dos anos 1930 que os municípios piauienses incrementaram sua rede escolar. Isso refletia o interesse que os municípios vinham demonstrando pela educação e que se expressou num sensível aumento de matrícula em todas as escolas do Estado. A partir de então, segundo dados do IBGE (1940, 1942) e Piauí (1938), houve uma intensificação na criação das escolas rurais, chamando a atenção que das 535 unidades escolares existentes em 1940, 235 eram urbanas e 300 rurais.

Mesmo com este aumento, levando-se em consideração os três primeiros anos do ensino primário o Piauí tinha o menor índice de unidades escolares em relação a população: 0,565, o menor do nordeste, sendo que apenas 44,86% da população era atendida nesta modalidade. Dados que denunciavam que as escolas existentes não eram suficientes para a população.

O fato de ter havido uma ampliação no número de escolas rurais levou a se questionar a qualidades deste ensino, ministrado em sua maioria por pessoas leigas. O que certamente influenciava na adoção dos métodos de ensino diferente dos postulados pela Escola Nova e recomendados pela legislação de ensino em vigor.

De acordo com o ex-governador Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920)²², em artigo publicado no jornal O Piauí, o governo militar não observou os regimentos na escolha de professores estabelecendo o “regime de filhotismo,” estavam, segundo Aguiar (1947), “[...] os municípios com o ensino desorganizado entregue a professores leigos protegidos de chefes

²² Eurípedes Clementino de Aguiar, médico, político e jornalista, governou o Piauí de 1916 a 1920.

políticos. As escolas da capital ainda em casas alugadas impróprias, deficiência de material, perdiam tempo em desfiles.”

As críticas feitas por Eurípedes de Aguiar eram aplicadas às escolas rurais situadas em vilas e povoados para onde as normalistas se recusavam a ir. Assim, o governo supria a carência com pessoas consideradas idôneas, mas que não possuíam formação para o magistério, contrariando as prescrições do regimento de ensino em vigor.

O aumento das escolas primárias no Piauí seguia uma tendência de nível regional, pois, segundo Nascimento (2002), o movimento de 1930 possuía um projeto que objetivava aumentar a oferta de salas de aula e educação formal, de maneira a alcançar um maior número de piauienses. Nesta época, se iniciou a construção dos grupos escolares em cada município piauiense, sendo esta instituição escolar considerada a ideal. Havia uma aceitação da população aos mesmos, fato que certamente teve influência no aumento da matrícula.

Foi durante o governo de Landri Sales Gonçalves (1931-1935) que o Piauí teve sua rede escolar ampliada significativamente, conforme mostra a tabela:

TABELA 4 - Número de escolas no Piauí

Ano	Número de escolas existentes no Estado do Piauí	Aumento %
1920	96	-
1930	199*	207,29
1940	535	268,84

Fonte: Número de escolas no Piauí (IBGE, 1940; 1942). *Dado referente a 1932.

As ações do governo piauiense, nas décadas de 1930 e 1940, se focalizaram inicialmente na reformulação da legislação para em seguida se concentraram, sobretudo, na expansão da rede escolar.

O número de prédios escolares e o de matrículas cresceram, colocando o Piauí em destaque nacional, pois foi a unidade da federação que alcançou o primeiro lugar no Brasil em crescimento de matrícula, conforme noticiado no Jornal Correio da Manhã – RJ e transcrito no Diário Oficial no período:

A INSTRUÇÃO NO PIAUÍ

Poucas unidades federativas podem orgulhar-se do rápido desenvolvimento que assumiu a instrução pública no Piauí.

Esse pequeno Estado duplicou, em cinco anos, a sua verba destinada á assistência cultural e educacional. As respectivas despesas, que foram de 1.464 contos em 1935, passaram a 3.092 contos em 1939. Apesar de não ter receitas astronómicas, o Piauí pôde alcançar o primeiro lugar, na Federação, quanto ao crescimento relativo da matrícula nas escolas públicas – conforme estatística dada a público pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. [...]. (A INSTRUÇÃO no Piauí, 1940, p.1).

Quanto à elite intelectual piauiense suas ações continuavam voltadas para convencer a população a se engajar na concretização de um modelo de sociedade e de educação considerados como o ideal a ser estabelecido. Embora, durante aos anos de 1930 a 1947, alguns dos intelectuais envolvidos com a questão educacional nos anos de 1920 se encontrassem afastados dos cargos do governo continuava a ser ressaltado o atraso em relação à educação.

O Piauí ainda não conseguia levar a professora normalista a todas as escolas existentes, apenas pequena parcela da população tinha domínio da leitura e escrita, não apresentava as condições necessárias para ampliar o nível econômico do Estado.

O governo através de várias estratégias tentou congrega o esforço de todos para a concretização dos ideais da modernidade e para a expansão da rede escolar piauiense. Urgia promover o acesso da população à escola, esta tinha que se envolver na grande campanha para superar a situação de atraso e de analfabetismo em que o Piauí se encontrava. Continuava disseminada a idéia de que a escola primária não se destinava só as classes abastadas, era destacado o caráter prático da educação, que objetivava capacitar os sujeitos para a vida social, para o desempenho de diferentes funções independentes da sua origem social.

Os porta-vozes desta visão continuavam sendo principalmente membros remanescentes da elite intelectual dos anos de 1920 e o governo, tendo se ampliado este grupo pela participação dos professores da Escola Normal Oficial e das professoras primárias que passaram a compor este grupo ao longo dos anos. Desta forma, houve uma ampliação do grupo de divulgadores dos princípios da Escola Nova no Piauí. Esta ampliação deveu-se às estratégias utilizadas pela elite intelectual desde os anos de 1910 e reforçada pelo Estado através do recrutamento dos professores.

3.1 As professoras normalistas: ampliando a composição da elite intelectual piauiense

Neste tópico procurou-se mostrar a ação das professoras normalistas como parte da elite intelectual piauiense e as conseqüências desta ação na realidade social da época. Elementos que ajudaram a compreender a incorporação dos ideais da Escola Nova nas práticas escolares.

Ao analisar o ideal de professor construído ao longo dos anos de 1910 este praticamente não sofreu alterações durante as décadas seguintes. O número de professoras normalistas aumentou consideravelmente no Piauí, durante os anos, conforme se vê na tabela:

TABELA 05: Concludentes da Escola Normal Oficial

DÉCADAS	Nº DE CONCLUDENTES
1910	79
1920	166
1930	342
1940*	345

Fonte: Concludentes da Escola Normal (PIAUI, 1946a). * Incluso até o ano de 1946.

Mesmo com esta ampliação no Piauí não alcançou a tão sonhada propagação da educação popular através das normalistas, pois elas em sua maioria eram lotadas na Capital ou nos municípios mais desenvolvidos como Parnaíba. Havia uma resistência por parte das mesmas em trabalhar no interior do Piauí, às vezes eram lotadas nos municípios longínquos, mas logo solicitavam transferência dos mesmos.

Para compreender como ocorreu o processo de envolvimento das professoras normalistas na concretização do projeto educacional elaborado pela elite intelectual piauiense foi preciso atentar à questão da profissionalização das mesmas. Esta foi iniciada na década de 1910, quando fora reforçada a preferência pela mulher em relação ao homem para ocupar a função de professor nas escolas primárias. Sendo o momento da re-discussão sobre o estatuto da profissão das normalistas situado na década de 1920.

Os docentes piauienses se constituíram em corpo profissional sob a tutela e controle do Estado e não em uma concepção corporativa do ofício, guardando similaridades com o

ocorrido nos demais estados brasileiros. Ressaltando-se que de acordo com Villela (2000), a definição da profissionalização se deveu à emergência dos sistemas estatais de ensino.

Nos anos de 1910 os discursos do Estado e da elite intelectual se voltaram para a necessidade da formação da professora primária. Enfatizava-se a necessidade da formação de um quadro de professoras com características indispensáveis à modernização e expansão da escola primária. À medida que as normalistas foram se constituindo em corpo profissional elas também passaram a influenciar sua própria constituição, pois

A “funcionalização” pode ser entendida, pois, como um projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado, em que aqueles anseiam por se constituir num corpo administrativo autônomo enquanto este busca garantir o controle da instituição escolar. (VILLELA, 2000, p. 100).

Quanto ao controle da instituição escolar piauiense este foi buscado através da regulamentação legal e de ações não só em relação à formação das normalistas, criou-se medidas em nível de escola que envolviam a fiscalização e a divisão do trabalho escolar, a reformulação do currículo da escola primária, a prescrição do uso do método intuitivo, a criação de instituições intra-escolar. Operaram-se modificações na estrutura administrativa, curricular e pedagógica da escola de forma que a educação se concretizasse em um programa moderno de reconstrução social e regeneração moral.

A Escola Normal foi a principal instituição escolar que de imediato respondeu a esta necessidade, pois até a sua criação o Estado contava com poucas escolas e estas não atendiam à demanda por educação, não possuía professores qualificados oficialmente em número suficiente para assumir as mesmas²³.

De acordo com Scheibe (2002, p.48), já nos anos de 1930 houve apenas um direcionamento das funções das normalistas, sendo “acentuado o papel do professor na ordenação moral e cívica, na obediência, no adestramento e na formação da cidadania e da força de trabalho necessárias à modernização”.

No Piauí durante os anos em estudo, as professoras normalistas continuavam a ser vistas como as responsáveis pela transmissão dos ideais do Estado, persistindo a visão de considerar as normalistas como as “salvadoras”, redentoras do Piauí.

²³ São consideráveis os estudos na historiografia piauiense que tratam do surgimento da Escola Normal, como o fez Pires (1985), porém é restrito o número dos que extrapolam esta questão e se aprofundam em outros aspectos que envolvem o surgimento da Escola Normal no Piauí, a exemplo de Lopes (1996), Soares (2004) e Melo (2005).

Em relação à origem social das normalistas elas estavam ligadas a elite intelectual, econômica e política por vínculos familiares, em sua maioria eram filhas das mais tradicionais famílias piauienses, estando ligadas às ações das elites, às estruturas de poder no Piauí. O envolvimento delas com as questões da educação popular se intensificou a partir dos anos vinte, quando passaram a se fazer presentes no cenário educacional através das ações elaboradas na Escola Normal Oficial e nas escolas primárias.

Com a ampliação das funções das normalistas alguns membros deste segmento social se firmaram com status de elite intelectual, passaram também a pensar a educação popular e a própria formação, influenciando a realidade educacional piauiense. Com a melhoria do estatuto sócio-profissional dos professores assegurada pelo Estado, cedeu a professora interina lugar à professora normalista, principalmente nas cidades de Teresina e Parnaíba. Confirmando que, segundo Villela (2000, p.100), o corpo docente outrora composto em sua maioria por leigos, passou a ser requisitado “[...] recrutado e vigiado pelas instâncias emanadas do poder estatal”.

O Estado não só promoveu as condições para a profissionalização dos professores, promoveu através da intervenção e do enquadramento proposto, da centralização do ensino e da promoção da funcionalização do professorado o controle da mesma. O Estado do Piauí conferiu à profissão docente um estatuto profissional e a determinadas normalistas o status de elite intelectual. Ele definiu os saberes e as formas de fazer dos professores, estabelecendo um ideal de professora primária onde as normalistas passaram a possuir um conhecimento especializado determinado pelo e para o Estado.

Por meio de um jogo de interesses travado no meio sócio-cultural a profissionalização dos docentes piauienses se desenvolveu a partir de seus atores sociais, os professores e o Estado-Regulador. Até então predominava nas escolas primárias piauienses a figura dos professores leigos e mestre-escola que eram os primeiros professores primários piauienses, em geral, eram pessoas ligadas a diferentes funções e que desenvolviam a atividade relacionada ao ato de ensinar.

Os professores leigos mesmo depois da fundação da Escola Normal oficial permaneceram presentes no cenário educacional local, se fazendo presentes nos outros municípios piauienses, conforme destacou a professora de Miguel Alves (PI) Maria do Carmo Rebelo: “[...] Aqui não tinha professoras formadas, tinha um professor desses que ensinava em casa, os pais que tinham condições matriculavam os filhos, quase todo mundo assistia aula com ele, até que as professoras vieram para cá” (REBELO, 2008).

Fato que não se diferenciava do que acontecia na cidade de Barras (PI), pois as outras entrevistadas destacaram a presença da professora leiga no município em que residiam, tendo elas sido alfabetizadas por professoras leigas.

O mestre-escola e as professoras leigas no Piauí foram substituídos gradualmente pelas normalistas a partir da década de 1910 quando foi criada a Escola Normal Oficial, entidade destinada à formação do quadro de professoras primárias e que se firmou ao longo dos anos como a principal agência formadora de professores no Piauí.

Assim, os professores foram recrutados como funcionários do Estado, e passaram a ser os co-responsáveis pela divulgação e concretização daquele projeto de educação elaborado inicialmente pela elite intelectual piauiense, servindo como elemento difusor dos ideais estatais. A partir de então, houve uma ampliação na composição da elite intelectual piauiense que incorporou às normalistas lotadas na Escola Normal Oficial e algumas das normalistas lotadas nas escolas primárias nas ações, elaboração e divulgação dos ideais projetados.

O Dr. Matias Olímpio de Melo, durante as décadas de 1910 e 1920 foi um dos idealizadores da ação do Estado em colocar as normalistas sob o controle do mesmo, fato que lhes conferiu um *novo estatuto sócio-profissional*, expresso através de representações em relação ao profissional e à pessoa da professora normalista. A normalista enquanto profissional se caracterizava por ser um tipo de professora que deveria apresentar características específicas. Nas representações sociais destacava-se que:

[...] a escola é o professor. Mas não suponhas que o melhor professor e aquele que mais dá aula – o melhor é aquele que mais se faz cumprir por seus alunos. [...] Procurarmos sempre a linguagem mais fácil para lhes falar, e os métodos mais atraentes para lhes fazer compreender. (MATA, 1927, p.1).

Para o alcance desta finalidade foram construídas representações em torno da figura das professoras normalistas. Estas representações se pautavam na fisionomia moral e redentora das mesmas. Consideradas “batalhadoras desta peleja pelo alevantamento progressivo dos nossos métodos de ensino” (NAPOLEÃO, 1927, p.1). A missão da normalista era a de provocar a “revolução” através da escola primária.

A ênfase na conduta moral da professora normalista objetivava difundir os interesses da elite intelectual e do Estado. Estes interesses foram incorporados pelas normalistas em seus discursos que destacavam a necessidade de difundir a escola primária através de boas professoras e a dependência da escola em relação a elas. Sua principal missão era combater o

analfabetismo, refletido uma visão idealista da profissão, considerada nobre tarefa, um sacerdócio.

A concepção idealista da profissão docente predominou no período estudado e impingiu um tom heróico, mistificador à profissão, foi possível perceber através de determinados discursos que esta não era uma visão consensual. Alguns professores se posicionavam contrários a mesma, a exemplo da professora normalista Nenem Gonçalves que considerava que “A missão de mestre era espinhosa, encerra a complexidade do esforço individual do mestre, o apoio dos poderes-guias, da sociedade e do esforço da família do educando”, (GONÇALVES, 1921, p.2).

O discurso em forma de desabafo representava uma maneira de responder às críticas feitas às normalistas pelo poder público, que ao avaliar a atuação das mesmas, na primeira década de implantação da Escola Normal Oficial, as taxava de preguiçosas, desinteressadas, responsáveis pelo fracasso da implantação da educação popular no Piauí.

Como forma de resposta a estas críticas, no discurso da professora Nenem Gonçalves estava presente a percepção que a educação não dependia apenas das professoras, mas do envolvimento de diferentes segmentos sociais. Contudo, a visão heróica, mistificadora da professora normalista, persistiu ao longo dos anos orientando as reformas educacionais nas décadas seguintes e permanecendo cristalizada nos discursos de muitas normalistas.

As representações sobre a função das normalistas eram muito presentes nos discursos das mesmas e inclusive no imaginário das alunas das primeiras normalistas que foram lotadas nas cidades do interior do Piauí. Como ressaltou a aluna da normalista de Piri-piri (PI) durante os anos de 1940 a 1943: “[...] ela era maravilhosa, um porte belo, altivo, não é por que era minha prima não, mas ela era um exemplo, explicava enquanto andava pela sala, a turma toda em silencio [...]” (MEDEIROS, 2008).

O envolvimento das normalistas na causa da educação pode ser entendido como uma estratégia ideológica trabalhada pela elite intelectual da época, expressando um processo de homogeneização desenvolvido de forma a incorporar o grupo de normalistas no projeto de modernização escolar elaborado ao longo dos anos. Elementos que serviram para mostrar que as representações que envolviam a educação piauiense devem ser colocadas no campo de concorrência e competições existentes no social, como destaca Chartier (1990), não são meras apropriações, representam poder e dominação.

Os discursos construídos sobre a profissionalização da professora primária no Piauí refletem que o ideal da professora normalista era o de que ela por amor à educação iria transformar a estrutura social através da escola primária. As normalistas eram vistas como

elemento necessário às transformações exigidas pela modernidade em relação à escola. Postura expressa no discurso de uma das concludentes da Escola Normal Oficial:

[...]

Sim, o grande dia, e eis porque o chamo assim, porque é realmente agora chegado o momento de desfraldar a bandeira de combate o analfabetismo, nessa missão tão nobre e tão edificadora que acabamos de nos comprometer. Combater o analfabetismo deve ser a preocupação dominante de todos os homens cultos. Políticos, jornalistas, homens de letras, professores, todos esses clamam incessantemente contra este cancro que corrói a nossa nacionalidade, fonte de todos os males que nos afligem [...]. (MATA, 1927, p. 1).

No discurso pronunciado pela professora Alda Mata além da função designada as normalistas foi possível perceber que havia por parte da mesma a incorporação de outros discursos pronunciados por membros da elite intelectual, envolvendo os temas de combate ao analfabetismo, da questão da nacionalidade. Confrontando os discursos das normalistas e os discursos dos membros da elite intelectual, se constatou uma comunhão de pensamentos em relação às representações sociais da função da educação, da professora normalista, as representações sobre o analfabeto, sobre o progresso.

Outro exemplo das incorporações das normalistas dos ideais defendidos pela elite intelectual piauiense percebeu-se na fala da professora Dina Soares que em 15.10.27, durante as comemorações do centenário da lei que instituiu o ensino primário no Brasil, discursou sobre a importância da data. Para a professora foi uma penosa tarefa, imposta pelo atual diretor de ensino Dr. Cristino Castelo Branco. Segundo Soares (1921) os afazeres domésticos de mãe de família junto aos afazeres escolares de professora não deixavam lugar para cultivar a difícil arte da retórica. Reconhece que no quadro de professoras da época existiam professoras mais preparadas, apesar de declarar constrangimento aceitou a tarefa para cumprir a missão que lhe foi destinada pelo então diretor.

Em seu discurso fez um resgate da história da educação no Brasil, remontando as reformas de Pombal, destacando a forma como foi colonizado o País e o Piauí, sendo na sua percepção esta uma das causas do atraso da educação piauiense, bem como causa do tipo de educação aqui implantado, uma educação classificada como elitista. No seu discurso foi possível perceber a influência de intelectuais como o Dr. Anísio Brito na formulação do discurso da professora, ela se apoiava nos discursos elaborados pelo historiador Pereira da

Costa (Cronologia da História do Estado do Piauí) e no intelectual Higinio Cunha sobre as raízes do processo de colonização.

Seu discurso expressava a preocupação de através da história mostrar uma sucessão de fatos que contribuíram para o atraso do Piauí em matéria de educação, cultura e economia. Esta forma de agir dos intelectuais foi identificada por Freitas (2000) como uma característica dos anos vinte até a segunda metade dos anos 1950, ocasião em que se interpelava o Estado a construir a obra educativa necessária à equiparação dos muitos brasis.

Estas ações ajudaram na compreensão da forma como a maioria das normalistas da capital, juntamente com outras categorias, foi se capacitando, qualificando ao longo dos anos, tornando-se os primeiros profissionais da educação. Se inicialmente a profissionalização era vista como vocação, missão, acrescida de certos conhecimentos morais e técnicos esta evoluiu para uma concepção de que as normalistas deveriam ser dotadas de conhecimento técnico em relação ao método de ensino a ser utilizado nas escolas primárias, embora continuasse sua formação ligada à imagem de sacerdócio.

A visão de sacerdócio uniu-se a da profissionalização, através do sacerdócio as normalistas se tornavam mestres, o devotamento juntamente com a formação eram os elementos necessários ao desenvolvimento da profissão. Assim:

Os deveres, por assim falar, domésticos do professor, em face da responsabilidade assumida, no mundo social. O mestre não faz distinções desenvolve a “pedagogia do devotamento”, todos os esforços em bem dos alunos é uma pedagogia que não se aprende nos bancos da escola, nem nos livros nascem do coração. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO, 1922, p. 63).

Este posicionamento assumido pelo Dr. Matias Olímpio de Melo refletia uma tendência que se contrapunha à nacional que, segundo Villela (2000, p.107), mostrava que “[...] inexistia uma intenção de oferecer ao futuro mestre de escola primária uma formação mais aprofundada em termos de conhecimentos laicos, ao passo que a formação moral e religiosa era muito enfatizada [...]”. Porém, no Piauí a ênfase se dava em relação ao aspecto moral em detrimento ao religioso, porque os intelectuais estavam ligados à maçonaria, aos ideais positivistas, afastando-se dos ideais religiosos.

Fato que causava choque de interesses como o caso da normalista da Cidade de Barras (PI) que, segundo relato de Baptista (1921b), foi impedida pelo padre da cidade de lecionar por não professar o mesmo credo. Outro elemento que apontou nesta direção foi que só em

1935 o ensino religioso passou a fazer parte da formação da normalista pela inclusão do ensino religioso no currículo da Escola Normal Oficial.

Ainda se referindo as representações sobre as normalistas piauienses constantemente era ressaltada a sua competência. A professora que tinha este atributo era aquela que por meio da formação oferecida na Escola Normal Oficial se apropriava de uma formação baseada na Pedagogia Moderna, nas modernas técnicas de ensino. Posicionamento presente na reforma de 1921 quando o governador João Luiz Ferreira (1920-1924) solicitou da elite intelectual piauiense que apontasse as causas da decadência do ensino no Piauí. Como a comissão apontou que a falta de espírito profissional do professorado era uma das principais causas da decadência do ensino primário as ações visavam reverter esta situação, de forma que as normalistas desenvolvessem as posturas socialmente esperadas.

A solução para se reverter à situação foi reformular o currículo proposto à formação das normalistas, o mesmo tinha um caráter muito mais moralizador que profissionalizante, o que se comprovou através do currículo estabelecido pelo Regimento instituído pelo Decreto 771 de 06.09.1921 que em seu artigo 28 estabeleceu:

As matérias de ensino da Escola Normal serão distribuídas pelas seguintes cadeiras:

1ª Portuguez e Literatura

2ª Francez

3ª Arithmetica e Algebra

4ª Geometria

5ª Geographia e Chrographia do Brasil

6ª Physica, Metereologia e Cimica

7ª Historia do Brasil e Universal

8ª Historia Natural

9ª Pedagogia

Parágrafo Único – Além dessas cadeiras haverá na Escola Normal professores das seguintes aulas:

1ª Desenho e Calligraphia

2ª Musica

3ª Trabalhos manuaes e Cartografia

4ª Gymnastica

(SOCIEDADE Auxiliadora da Instrucção, 1922, p. 28).

A partir deste currículo a cadeira de Pedagogia (Pedagogia propriamente dita e Psicologia) começou a ser desmembrada em outras áreas, havendo um maior direcionamento

da formação pedagógica das normalistas. Este currículo inspirou-se no modelo de educação francesa e no currículo adotado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo²⁴.

Chamando a atenção o fato de que em se tratando da formação das normalistas não havia críticas em relação às reformas implantadas nos outros estados, elas serviam de referência, diferente da questão da escola primária, onde a proposta era a implantação de uma educação voltada para a realidade local.

Outro elemento interessante era que através da formação das normalistas predominava a difusão de uma ética moral em detrimento dos conteúdos instrutivos que deveriam ser trabalhados por elas. Segundo as análises de Mendes Sobrinho (2002) ao comparar o currículo proposto à formação das normalistas e os conteúdos do ensino primário havia uma dissonância entre a formação e o campo de atuação das normalistas.

O ideário de professora primária envolvia uma formação específica adquirida num período mínimo de três anos, mas segundo os idealizadores da reforma de 1921 o ideal era que fosse feito ao longo de quatro anos. O currículo proposto também envolvia orientações em relação aos métodos de ensino, que deveriam deixar de se basear na memorização e passar a ser intuitivo, numa clara influência do ideário da Escola Nova.

As inovações não se restringiam apenas ao método de ensino, mas ao conjunto de princípios que embasava a Pedagogia Nova, que se refletiam na organização administrativa, metodológica e pedagógica da escola, favorecendo a circulação e apropriação dos novos ideais de educação piauiense. Porém, existiam alguns entraves à concretização destes ideais, sendo feitas críticas à Escola Normal oficial, por falta de condições adequadas inviabilizava-se a prática do ensino moderno. Cunha (1921, p. 30) apontava a não existência de “[...] uma biblioteca própria, um museu escolar de coleções de história natural e aparelhos necessários para o ensino concreto.

Destacava o intelectual que não só a falta de condições materiais, mas a resistência inviabilizava a prática do ensino moderno, a carência de livros e material escolar apropriados não favoreciam o trabalho com os novos métodos, sendo os maiores obstáculos o poder da rotina, a carência de livros modernos, os conteúdos que não davam significação para a vida prática.

A resistência, no entanto, não se restringia somente as normalistas, o próprio intelectual Higinio Cunha não se mostrava favorável a todas as orientações do sistema novo de ensino. Considerando que se desejava “[...] inaugurar um sistema novo, recém-ensalado nos centros

²⁴ Para uma melhor análise dos componentes curriculares do curso normal de diferentes estados consultar Mendes Sobrinho (2002).

mais progressivos, inteiramente estranho aos hábitos escolares de mestres e discípulos [...]”, (CUNHA, 1921, p.1). Contudo, mesmo com estas limitações em relação à formação das normalistas, a chegada de uma das mesmas nos municípios distante da Capital era considerada um elemento de revolução para os padrões de escola da época, provocando mudanças na realidade escolar local, pois

[...] a chegada das professoras “diplomadas” na cidade de Picos não alterou apenas os rumos da educação tradicional, até então ministrada naquela comunidade, ao introduzirem inovações no âmbito dos ensinamentos escolares, baseadas nos princípios de uma **nova pedagogia**. (SILVA NETO apud VIEIRA, 2002, p. 93, grifo nosso).

Apesar das críticas feitas às normalistas, sua ação era tida como elemento necessário à concretização do projeto educacional do Estado, servindo para a divulgação dos ideais da Escola Nova nos contextos escolares e na sociedade, servia para reforçar a idéia de que era preciso investir no preparo das mesmas, fato contemplado nas reformas de ensino.

Este preparo, conforme foi ressaltado pelo governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) em Mensagem Governamental de 1928, se justificava, pois “Edificada a escola e montada com todos os recursos técnicos, estava aberto o viveiros de professores, e a possibilidade de difusão do ensino elementar, dentro da observância dos preceitos pedagógicos” (PIAUI, 1928).

Ao lado de um ideal de educação popular, de normalista foi se diversificando os sujeitos envolvidos com as causas da educação popular no Piauí. Se a princípio a elite intelectual composta por bacharéis foi o principal grupo a envolver-se com as questões educacionais, expandindo-se este grupo ao incorporar as normalistas. Neste período, a figura do especialista em educação também se fez presente de forma mais visível no Piauí, que fatores contribuíram para o destaque de sua atuação, qual o seu papel na concretização dos ideais da escola Nova na educação piauiense e quais as funções assumidas por ele são pontos a discutir.

3.2 Os especialistas em educação no Piauí

Conforme o exposto anteriormente a composição social da elite intelectual que a princípio era formada por jovens bacharéis, médicos, engenheiros, odontólogos e professores

do ensino secundário foi se diversificando ao longo dos anos. O envolvimento destes sujeitos se caracterizou de formas distintas, conforme as ações desempenhadas em relação à educação.

O tipo de envolvimento serviu para caracterizar as funções desempenhadas pelos mesmos, havendo uma clara distinção entre aqueles que se caracterizavam como intelectuais, técnicos ou como executores de ações. Este último grupo era composto pela grande maioria dos professores piauienses.

Durante a década de 1920 algumas das professoras normalistas que ministravam disciplinas na Escola Normal Oficial passaram também a fazer parte do grupo da elite intelectual, pois passaram a construir e divulgar seus discursos sobre a educação dirigidos para além do magistério, dirigindo-os à sociedade.

A incorporação das mesmas no grupo da elite intelectual a partir dos anos de 1920 é atribuída a fatores ligados à origem social das mesmas, eram filhas das mais tradicionais famílias do Piauí e a formação recebida por elas na Escola Normal Oficial do Piauí ou em outras escolas normais do País. Esta formação possibilitou que elas se dedicassem às atividades educacionais e culturais extrapolando sua ação para além das escolas primárias, funcionando este grupo de normalistas como elemento aglutinador em torno de questões ligadas a valores sócio-culturais.

Quanto à diversificação dos grupos envolvidos com a educação piauiense, esta se expressou numa demarcação clara das funções desempenhadas dentro do grupo que compunha a elite intelectual. O surgimento dos intelectuais, dos especialistas ou técnicos da educação pode ser visto como uma construção que teve sua origem situada no final do Império, quando determinados segmentos sociais passaram a pensar, discutir um projeto educacional para o Brasil.

A diversificação está ligada às questões da profissionalização docente e da burocratização do setor público que provocaram mudanças nas relações entre a política e o campo intelectual, favorecendo o surgimento de uma categoria especializada nos problemas educacionais.

Segundo Brandão (1999, p. 96), “[...] essa geração de educadores é fundadora do campo da educação como um campo de conhecimento especializado.” Os especialistas ou técnicos em educação surgiram como aqueles capazes de indicar a solução para as questões da educação e do ensino, visando dar uma nova feição à escola, remodelando-a.

No Piauí o discurso em relação aos técnicos da educação firmou-se no final da década de 1920 quando esta figura social se fez presente de forma mais consistente nos embates educacionais local. A partir do final dos anos de 1920 já era sentida a necessidade dos

especialistas em educação, considerados como aqueles que possuíam uma visão técnica da educação.

Porém, a presença da elite intelectual não havia cedido lugar por completo a esta categoria social. Fato que se pode perceber através da mensagem governamental de 1927. Segundo o Governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928):

[...] o Decreto 771, de 6 de setembro de 1921, que alterou disposições do Regulamento Geral, já não accode a certas exigencias evolutivas da Instrução Publica, onde, segundo as proprias palavras do seu actual Diretor, o illustre Dr. Christino Castello Branco, **“está a exigir reparos a legislação escolar, que deve ser aperfeiçoada e unificada num Código do Ensino,”** sugestão utilissima, porém **materia de exhaustivo labor e madura reflexão, que se não levará a effeito num instante, sem o conjunto de vistas dos entendidos e dos técnicos.** (PIAUI, 1927, p. 26, grifo nosso).

Percebe-se no texto que os ajustes na educação deveriam ser feitos por duas categorias: os entendidos e os técnicos²⁵. Se até o final dos anos de 1920 as reformas eram elaboradas pelos “entendidos” estes, deixavam de serem os únicos responsáveis por elas, passaram a dividir esta função com os técnicos. Mas quem eram estes técnicos no Piauí?

Levando-se em consideração a trajetória de envolvimento do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) com as questões da educação piauiense que remontavam a 1908, sem dúvida ele considerava a elite intelectual como os entendidos, aqueles que tinham como profissão o direito e a prática de escritor.

Os técnicos seriam os professores principalmente os que trabalhavam na Escola Normal Oficial e no Liceu Piauiense e possivelmente algumas das normalistas que eram diretoras das escolas primárias da Capital.

A presença dos técnicos na educação piauiense se fez sentir de forma marcante a partir dos anos de 1930 quando da adequação da educação às novas exigências sociais através do novo Regulamento de Ensino de 1931 e 1933. A partir de então a burocratização do aparelho estatal e a acomodação de certos membros da elite intelectual no quadro governamental favoreceram a consolidação da figura do técnico da educação no Piauí, guardando similaridade com o que ocorreu a nível nacional.

²⁵ Para maior aprofundamento consultar Lopes (2001).

A partir deste período foi percebido nos discursos de alguns dos membros da elite intelectual piauiense um enfoque maior nos aspectos técnicos, principalmente daqueles que seguiam a tendência direcionada pelo Ministério da Educação e Saúde.

Intelectuais como Anísio de Brito Melo e Benedito Martins Napoleão passaram a assumir uma postura que expressava uma maior preocupação com os princípios da Escola Nova em sua vertente de Escola Ativa, direcionando suas explanações para um maior aprofundamento das questões técnicas do ensino.

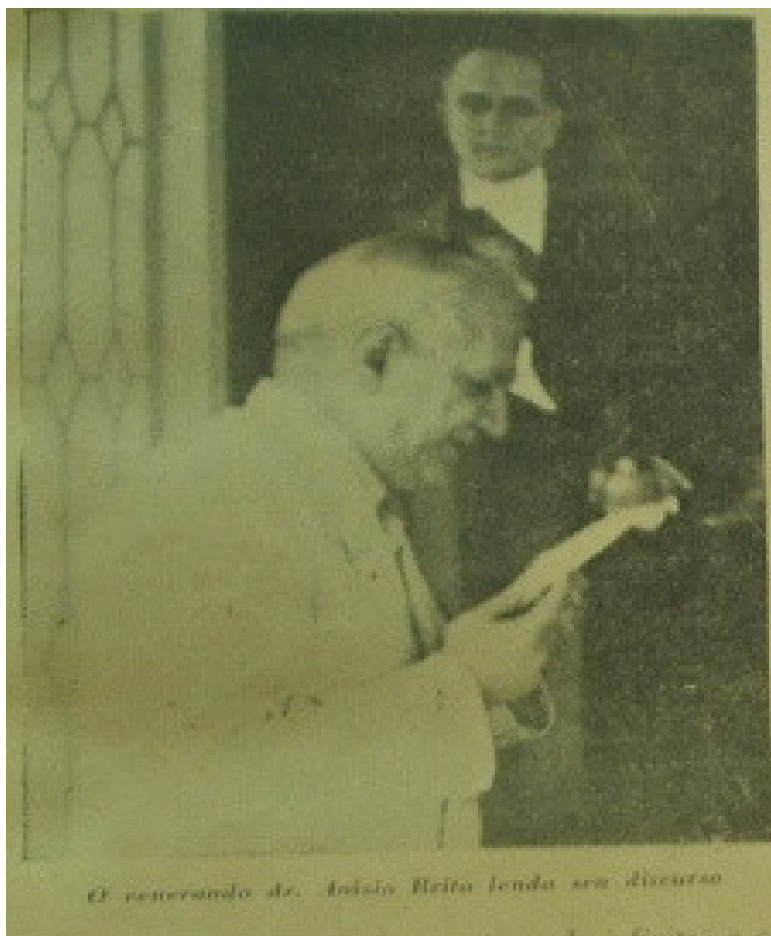
Porém isto não caracterizou o abandono das discussões sobre os fins da educação popular, a preocupação com a definição dos fins e dos métodos foi expressa no próprio regimento de ensino elaborado em 1931 e reformado em 1933, que se fundamentava nos princípios da Escola Nova e no Manifesto de 1932.

No Piauí talvez um dos membros da elite intelectual que reuniu as características de intelectual e técnico foi Anísio de Brito Melo, figura merecedora de maior aprofundamento sobre sua ação. De forma brilhante cumpriu com o papel de elemento aglutinador em torno de questões ligadas à educação piauiense, suas ações eram reconhecidas por todos.

Enquanto técnico era reconhecido como detentor de certos conhecimentos que favoreciam a estruturação administrativa e técnica da educação piauiense, visão reforçada pelos contatos próximos ao Ministério da Educação e Saúde durante sua gestão à frente da Diretoria de Instrução no período de 1936 a 1942.

Seu trabalho teve amplo reconhecimento social, sendo citado por inúmeros historiadores da educação piauiense que recorrem ao seu texto *Ligeira notícia sobre o ensino público do Piauí* de 1936.

FIGURA 2: Anísio de Brito Melo



Fonte: RETRATO.....(1941, p.3).

O professor Anísio de Brito Melo foi um grande expoente do técnico em educação no Piauí, mesmo mantendo ligações político-partidárias não era dado destaque as mesmas, enfatizava-se mais suas competências relacionadas à matéria de educação:

[...] o Dr. Anísio Britto, professor de reconhecido valor nos centros educacionais do estado e do paiz, o qual vem imprimindo uma orientação nova à vida educacional do Piauhy, creando e installando escolas e apoiando o professor para que da harmonia entre o magistério surja a obra da escola como fator decisivo do nosso progresso [...]. (FRANCO, 1936, p. 2-3).

O intelectual e técnico Anísio de Brito Melo em seus discursos deixava claro que compreendia a educação como um campo de conhecimentos que devia ser tratado por

especialistas. Conforme Melo (1927) um dos principais problemas em relação à educação era que pessoas sem autoridade no assunto falavam da escola, criticavam os professores, não levando em consideração às condições sociais e históricas do Piauí, culpando aos professores pelas mazelas da educação piauiense. Para ele, as causas se deviam à própria forma como o Piauí fora colonizado.

Mostrava o intelectual em seus discursos certo corporativismo em relação à classe profissional da qual ele fazia parte como professor. Suas ações se voltaram para um trabalho de homogeneização em torno das questões educacionais do Piauí, conseguido através das atividades que ele promoveu durante os anos de 1920 a 1942, quando dirigiu a Diretoria de Instrução Pública do Piauí, através da Escola Normal Oficial onde exerceu a função de professor e diretor, através de discursos, palestras, artigos em jornal, livros publicados por ele.

O Dr. Anísio de Brito Melo foi um dos principais responsáveis pela divulgação, incorporação e concretização dos ideais da Escola Nova na educação piauiense. Contudo, resta saber como estes ideais se concretizaram nas práticas das professoras normalistas desenvolvidas nas escolas primárias, ponto que merece maior aprofundamento.

3.3 As práticas desenvolvidas nas escolas primárias e na sociedade piauiense: expressões da Pedagogia Moderna

Procurando identificar as diferentes práticas influenciadas pela Escola Nova que expressavam a renovação da educação piauiense buscou-se analisar quais práticas foram desenvolvidas. Considerou-se que as mudanças de ordem organizacional e metodológica ocorridas nas escolas deveriam ser interpretadas a partir das ações do cotidiano das escolas, expressas por práticas específicas que permaneceram ao longo dos anos em estudo, pois

[...] a vida cotidiana de uma sociedade é decomposta num conjunto de estruturas que, todas elas, se mantêm na longa duração, se bem que evoluam, cada uma delas, em um ritmo próprio. É a presença delas que impõe à vida cotidiana seu caráter regular, repetitivo, previsível. No entanto, é ela também que a encerra em limites de que, normalmente, é impossível libertar-se.

Porém, às vezes acontece que uma inovação, correspondente aos interesses de um grupo detentor do poder, logra propagar-se, subvertendo uma estrutura existente e colocando uma nova em seu lugar. Tal revolução, pois

se trata de uma, repercute em todas as outras estruturas e nelas induz transformações mais ou menos profundas. (POMIAN, 1998, p.103).

Este caráter de continuidade serviu como elemento na seleção das práticas que eram comuns ao logo do período em estudo. Considerando-se que a Escola Nova deve também ser entendida como uma formação discursiva que colocava em questionamento a escola de então, decorrendo a partir da mesma, novas práticas escolares que foram sendo mudadas e que conviviam com práticas consideradas tradicionais questionadas a partir do referencial teórico da Pedagogia Moderna.

Teresina e Parnaíba funcionaram como centros difusores de novos padrões de educação no Estado através de determinadas práticas desenvolvidas pelas escolas, que revelaram as formas de incorporação dos ideais da Escola Nova no Piauí.

Na Capital a princípio eram promovidas exposições escolares na sede da Escola Normal Oficial, prática comum nos anos de 1910 e 1920, se restringindo nas décadas seguintes aos espaços internos das escolas, cedendo esta prática em termos de visibilidade lugar para os desfiles escolares que predominaram até os anos finais do estudo da presente pesquisa.

As principais práticas utilizadas para a concretização dos ideais da Escola Nova na educação piauiense foram:

1. Veiculação de artigos de opinião em jornais e revistas;
2. Publicação de livros;
3. Promoção conferências, festivais, exposições escolares e desfiles;
4. Criação de ligas infantis e associações nas escolas primárias e na Escola Normal Oficial;
5. Implantação de reformas educacionais.

Em relação à segunda estratégia teve-se o exemplo do livro *O ensino normal no Piauí* publicado em 1923 tendo como autores Higino Cunha e Elisa Gonçalves. O objetivo declarado do livro era concorrer para as realizações práticas em matéria de ensino moderno, defendendo a necessidade de se instalar uma nova escola, apresentada em oposição à escola existente que se apresentava como um espaço “[...] tristonho e esquisito da escola onde para a criança representava um lugar de suplícios [...]” sendo necessário se instalar “uma escola como um viveiro de alegria onde as professoras deveriam se dedicar devotamente ao ensino.” (CUNHA; GONÇALVES, 1923, p. 9).

Conforme relatou Dona Maria do Carmo e confirmado pelas alunas entrevistadas as principais mudanças nas práticas das escolas primárias se deram em relação ao uso dos castigos físicos e no processo de ensino.

Os castigos foram substituídos pelos sermões das professoras normalistas e pelo ato de comunicar aos pais as ações das crianças, se incumbiam estes da aplicação de castigos físicos, numa clara transferência de responsabilidades:

[...] botava num castigozinho, mas não era um castigo severo não, um castigozinho pra gente ficar mais, ... mais.... pra gente ficar assim mais é... com medo, assim mais atento nos livros, nas obrigações de colégio. Os castigos eram mais de deixar sem recreio, né, às vezes de chamar os pais, do que propriamente do castigo físico e aí eram mais estruturada a escola, né. (ARAÚJO, 2008).

No relato da entrevistada foi possível perceber a negação de certas práticas, no momento que a professora Maria do Carmo falou em “conversas”, sua aluna, mesmo tentando “suavizar” a prática relatou que de todo a mesma não havia sido superada pelo menos nas escolas primárias do interior do Piauí.

Em relação à condução do processo de ensino as entrevistadas foram unânimes em destacar que havia por parte das professoras normalistas uma mudança de postura em relação ao tratamento dispensado aos alunos e na própria forma de exposição dos assuntos trabalhados em sala.

As ações das normalistas não se restringiam às escolas primárias. Como a partir da década de 1920 sua presença em palestras e conferências se ampliou, elas evoluíram de simples expectadoras para proferidoras de discursos sobre a profissão e a educação. Passando, segundo Piauí (1946b):

- A ministrarem na Escola Normal Oficial disciplinas ligadas ao núcleo de formação das professoras normalistas;
- A ocuparem cargos de direção das escolas primárias e secundária;
- A participar de bancas examinadoras;
- A criarem ligas escolares nas escolas por elas dirigidas, funcionando como elementos divulgadores dos ideais da Escola Nova através das práticas escolares.

Entre as práticas eram promovidas palestras nas escolas primárias de acordo com datas comemorativas, uma imposição do regimento de 1933. As palestras na capital ficavam a cargo

dos professores da Escola Normal Oficial e tinha caráter cívico ou se atinham às questões relacionadas à educação. Mas esta prática não se restringiu a Escola Normal Oficial, era desenvolvida pelas normalistas nas cidades do interior conforme relatou Medeiros (2008):

Havia os desfiles nas datas especiais [...] nos desfiles ela só escolhia aquelas crianças que tinham condições, que tinha o fardamento completo, na camisa dos meninos e meninas tinha as faixas conforme a série que ele freqüentava, neste dia tinha banda. [...] A banda tocava no 7 de setembro e no 15 de novembro e a gente saía nas ruas que ficavam cheias, o povo as autoridades[...] nesses dias elas discursavam sobre a data ou convidavam alguma autoridade para discursar.

A prática de promover discursos ou palestras existia nas escolas piauienses. Estes discursos muitas vezes eram divulgados nos jornais da época e em revistas. Teresina e Parnaíba possuíam revistas locais, uma das revistas em circulação era “O Zódico” que servia a muitos professores como meio de divulgação de seus textos. Esta revista foi criada em 1943 pelo Centro Cultural “Lima Rebelo” órgão do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino, seu diretor era Felismino de Freitas Weser²⁶.

Alguns temas eram comuns nos textos, que geralmente tratavam da pedagogia moderna e faziam um balanço das conquistas e retrocessos da educação piauiense, conquistas que se referiam à ampliação da rede escolar e à modernização da mesma. Não havia, contudo, consenso em relação ao progresso da educação local. Este progresso em termos de avanços metodológicos ou de infra-estrutura das escolas era por alguns um tributo devido ao governo Vargas, imagem constante nos jornais.

Como havia certa independência nas produções publicadas na referida revista foi possível perceber que alguns intelectuais não desconsideravam que os avanços na educação piauiense eram reflexos das ações dos governos anteriores, principalmente de João Luiz Ferreira e de Matias Olímpio de Melo, ressaltando o caráter de continuidade das ações que favoreceram o desenvolvimento da educação no Piauí. As ações que foram implantadas inicialmente em 1910 de uma forma ou de outra foram consolidadas nos governos seguintes, principalmente na gestão daqueles dois últimos e nas seguintes.

A princípio se pode afirmar que um dos primeiros estabelecimentos de ensino no Piauí a incorporar e concretizar os ideais da Escola Nova através das práticas escolares foi a Escola

²⁶Professor normalista, que atuou como inspetor de ensino e diretor da Diretoria de Instrução Pública interinamente em 1935.

Normal Oficial, através de seus professores, aqueles ideais eram trabalhados por meio do currículo proposto.

Estas incorporações foram ocorrendo ao longo dos anos desde sua fundação, estando consolidadas no programa de certas disciplinas e conforme fora instituído pelo Decreto nº 1.338 de 02 de março de 1932.

A disciplina didática trabalhada na Escola Normal Oficial trazia em sua programação os pressupostos da Escola Nova:

[...]

O ensino será assim distribuído:

1. O programa das escolas primárias do Estado, observado na própria escola.
2. A Escola Antiga e a Escola nova.
3. Apreciação sobre os métodos novos: Decrolyano, Montessoriano etc.
4. Trabalhos escritos individuais ou coletivos, dos alunos, sobre ensino, observado nas escolas do Estado.
5. Comparação entre os meios escolares: estudante citadino e o estudante rústico.
6. Criação de um meio escolar conveniente á criança.
7. Os centros de interesse. Os testes escolares.
8. Jogos educativos. (PIAUI, 1932, p. 112).

Havia nos programas de ensino a ênfase nas tendências psicológicas da educação, enfatizando as idéias de Pestalozzi, Herbart e Froebel, suas características gerais e as influências destes educadores elementos constantes na disciplina de história da educação, de acordo com PROGRAMA...(1943), e na disciplina de didática de 1945 que destacava a:

Também a programação de Didática de 1945 destacava:

1. Educação integral
2. Escola Nova – questões diversas; liberdade, iniciativa, autonomia, cooperação, responsabilidade
3. O sistema Decroly
4. O sistema Maria Montessori
5. Escolas Novas inglesas, francesas, americana
6. Medidas do trabalho escolar: testes em geral, classificação, importância e vantagem das mesmas nas escolas.
7. Práticas profissionais
8. Instituições escolares, modalidades, funções das instituições escolares, educação e assistência, estudo dos tipos mais comuns, classificação utilização de cada um como instrumento de educação e de ensino. O valor pedagógico dos jogos educativos;
9. A prática profissional e a aptidão pedagógica do professorado, dificuldades a vencer e qualidade a adquirir. O professor: preparo geral e

técnico, qualidades e requisitos, o magistério como profissão, o aluno do curso normal, futuro professor, responsabilidade, atitude correspondente, estudo, aulas, provas requisitos e defeitos. (PROGRAMA de didática, 1945).

Comparando-se estes três programas de disciplinas se percebeu que desde 1932 os ideais da Escola Nova vinham sendo consolidados nas práticas da Escola Normal Oficial, constituindo-se a mesma no centro de excelência de divulgação dos ideais da Escola Nova no Piauí, através do currículo proposto e das práticas de seus professores (as).

Outra prática que se deu na Escola Normal Oficial e que possibilitou a concretização dos princípios da Escola Nova na educação piauiense, conforme prescrevia o Regimento de 1933, foi a promoção de cursos de aperfeiçoamento como o de confecção de jogos educativos no 4º ano organizado pelas professoras de trabalho Maria de Lourdes Rego e Odette Baptista e divulgado no Diário Oficial de 25.02.36. Índícios apontam que provavelmente esta prática ocorreu ao longo dos anos de 1930 servindo para capacitar as professoras primárias.

Quanto à concretização dos ideais da Escola Nova no ensino primário pode se afirmar que as professoras lotadas na capital utilizavam diferentes práticas, mostrando uma apropriação destes ideais e servindo para confirmar a consolidação dos ideais da Escola Nova não só na Escola Normal Oficial. Mas, nas escolas primárias conforme ressaltaram as professoras da Escola de Adaptação Nemesia Pires Carvalho e Zaira Freire:

A arte de Pestalozzi, convenientemente desenvolvida em nosso meio, toma uma configuração digna de encômios. Chega o momento de ser mostrada à juvenildade, o percurso dos dias futuros, no pórtico da vida; e, o Piauí, esse escopo tem sido pontilhado de brilhantismo. (FESTA das crianças, 1937, p. 4).

Inicialmente as inovações educacionais, as ações programadas não alcançavam todo o Estado: “Nada, em algumas localidades, e algum progresso em outras. Carência quase absoluta de material escolar estritamente necessário o que funcionava como entrave ao desenvolvimento regular e metódico do ensino” (REGO, 1921, p.1). Esta situação nas décadas seguintes foi em parte superada, principalmente nas escolas primárias regidas por normalistas, que apresentavam melhoras nas condições físicas e metodológicas. As inovações pedagógicas chegavam aos municípios através das poucas normalistas que neles foram lotadas.

Outras das práticas muito utilizadas, que se fez presente ao longo das décadas estudadas, foram os festivais e as exposições escolares promovidos no final do período letivo. Naqueles primeiros eram feitas as comemorações da Semana da Pátria, da educação, da festa da árvore.

Já as exposições a própria Diretoria da Instrução Pública, órgão gestor das escolas no Piauí, se encarregava juntamente às escolas primárias e Escola Normal Oficial de organizá-las, práticas que servia para mostrar e divulgar a toda a população de Teresina e do Piauí o que era desenvolvido nas escolas da Capital.

A diretoria de certa forma não se restringia somente a planejar as ações que eram executadas nas escolas, ela se ocupava também de comunicar à população suas ações em relação a promoção das exposições escolares, destacando os objetivos e as formas de execução das mesmas, conforme se percebeu no seguinte comunicado:

[...] conforme anunciamos realizou-se nos dias 16,17 e 18 do corrente mez a exposição dos trabalhos dos alumnos que freqüentam as diversas escolas desta capital.

Acompanhado o illustre dr. João Zeloso Pinheiro, e intelligente director da instrucção publica, visitou referidas escolas o dr. Joao Luiz Ferreira, predaro governador do Estado, que se acha emprenhado em reformar este ramo da adminstração de modo a que elle corresponda as necessidades do meio e aos progressos da pedagogia moderna.

Os trabalhos apresentados foram realizados nos trez últimos mezes de frequencia escolar e demonstra, applicação dos alumnos e a competencia e dedicacão das professoras.

É de esperar que na próxima exposição, preliminar de um grande certame que se realizará pelo centenario da Independencia, sejam exhibidos nossos trabalhos comprabatorios do aproveitamento da mocidade escolar para o que muito se esforçam o dr. João Pinheiro e as professoras, merecendo por isto os mais francos applausos. (EXPOSIÇÃO escolar, 1921, p. 3).

Além de mostrar para a comunidade os trabalhos produzidos pelos alunos, eram entregues diplomas e havia conferências sobre a educação nacional, um tema tão em destaque na época, numa clara intenção de propagar o caráter moderno presente nas escolas piauienses. Esta mesma prática foi também amplamente desenvolvida por Parnaíba a partir da reforma de 1927 e incorporada por diversos municípios do Piauí.

Muitas das práticas desenvolvidas nos anos de 1920 se perpetuaram durante o período do Estado Novo. A política educacional adotada contrariava os princípios liberais defendidos pelos renovadores da década anterior, muitos dos temas trabalhados na escola e que orientavam as práticas das mesmas voltaram-se para a instrução cívica do povo, o incentivo à educação física, a celebração de fatos nacionais.

Algumas práticas foram reforçadas pelo Ministério da Educação e Saúde, segundo Hilsdorf (2003), e incorporadas inclusive à legislação educacional do Piauí, aos currículos propostos ao ensino primário e nas ações das escolas de Teresina e Parnaíba, caracterizando o ensino nacionalista. O tema do nacionalismo era uma constante, orientava as práticas escolares se estendendo a outros espaços sociais, conforme mostra o texto:

[...]

Neste plano grandioso entrou a comemoração das grandes datas nacionais, não somente nas casernas e nas repartições públicas, mas também nas escolas civis e na praça pública como elemento necessário da educação cívica, desde o ensino primário até ao ensino superior e profissional. [...]. (CUNHA, 1937, p. 1).

O nacionalismo nas escolas piauienses era reforçado através da educação cívica e do culto a vários símbolos de nossa nacionalidade. Constantemente se comemorava as datas consideradas importante, através dos desfiles escolares. Prática esta valorizada e determinada pelo Departamento de Educação do Piauí que expedia através dos jornais da época orientações recebidas do Ministério da Educação e Saúde determinando que se cumprissem certas práticas, conforme destacava o texto:

O dia Pan-Americano

No próximo domingo, dia 14 do corrente, será condignamente comemorado, por determinação do Ministro da educação, em todos os estabelecimentos de ensino secundário e primário do estado, o cinquentenário da instituição do “Dia do Pan-Americano”, que simboliza a fraternidade dos povos do Novo Continente.

Ainda por determinação do titular da pasta da Educação, será apanhada farta documentação fotográfica de todas as solenidades que se realizarem naquele dia. (DIA Pan-americano, 1940, p. 8).

Além da determinação da prática dos desfiles escolares era preciso que se comprovasse a execução da mesma. Percebeu-se que havia a centralização na determinação das ações e a intenção da padronização das práticas escolares. Esta padronização talvez fosse um elemento que tenha facilitado a circulação e concretização dos ideais da Escola Nova no Piauí.

Havia a preocupação de, através do currículo e das festividades, despertar o sentimento e a consciência patriótica, numa clara evidência de centralização e homogeneização da educação. Porém nem todos concordavam com este posicionamento:

[...]

Durante o Estado Novo a infância e a mocidade de nossas escolas perdiam grande parte do tempo em desfiles e paradas, na recepção ou no bota fora de figurões políticos. Nessas formaturas engrossativas, devido ao sol, a poeira e a longas caminhadas, não poucas crianças eram acometidas de desmaios ou adoeciam [...]. (AGUIAR, 1947, p.1).

Aparentemente a resistência as ações do governo estadual, instalado a partir do governo de Landri Sales Gonçalves (1931-1935), se restringiram a uma parcela da elite intelectual que se encontrava afastada do poder, da qual fazia parte o ex-governador Eurípedes de Aguiar, foram incorporados ao quadro governamental e assumiram um discurso que os classificavam como técnicos da educação, prestando pleno apoio ao governo estadual.

Talvez um dos fatores que tenha contribuído para a quase falta de oposição as ações do governo tenha sido em virtude do fato de que em Teresina e no Piauí de forma geral havia por parte dos trabalhadores uma incipiente organização em classe, salvo exceções como no caso de Parnaíba onde os mesmos já apresentavam certa organização²⁷.

O projeto de conformação social valorizava a cultura nacional e fora expresso na cultura escolar do Piauí de forma massiva durante as décadas de 1930 e 1940 e através das inúmeras práticas que eram planejadas pela Diretoria de Ensino ou pelos professores da Escola Normal Oficial e envolviam todos os estabelecimentos de ensino da Capital, sendo inclusive recomendadas aos demais municípios piauienses.

Os desfiles eram organizados pelos professores da Escola Normal em conjunto com as escolas secundárias e primárias, ocorriam não só na Capital e em Parnaíba, mas em muitos municípios do Piauí e tinham cunho cívico, como se percebe:

Crianças!

O dia de hoje festivamente nesta casa e no Brasil inteiro é um dos mais expressivos do nosso calendário. É o dia em que comemoramos a instituição de nossa Bandeira – desta bandeira que, sendo o coração da patria, tão bem sabe falar aos nossos corações [...]

Sois vós, crianças as muralhas nossas o amanhã da patria!

[...]

Prestas diante dela, tal como diante da grandeza da patria, este juramento; Patria abençoada! Patria honrosa e altiva.

(GONÇALVES, 1937, p. 9).

²⁷A respeito dos movimentos sociais e participação políticas dos trabalhadores piauienses consultar Medeiros (1996).

Nestes desfiles havia demonstrações de cultura física, ginástica ritmada e jogos escolares orientados na capital pela professora Yolanda Oliveira, uma das primeiras professoras a fazer o curso de Educação Física no Piauí. Os desfiles percorriam as principais ruas da cidade, incluindo cerimônia de continência a bandeira e entoando hinos.

FIGURA 3: Desfiles em Teresina



Fonte: PAN-AMERICANO (1940, p.2).

Quanto às práticas envolvendo as organizações para-escolares foi identificada através das fontes analisadas a existência de clubes agrícolas, pelotões de saúde, grêmios literários na

cidade de Teresina. Também foram identificadas instituições inspiradas nos centros de interesse de Decroly como os herbários, insetuários, aquário, museu escolar e bibliotecas. Porém estas instituições não eram uma realidade de todas as escolas, principalmente em se tratando das escolas do interior do Piauí.

As entrevistas foram unânimes em destacar a não existência das mesmas nas escolas em que freqüentavam, como professora, Rebelo (2008), ou como alunas, Medeiros (2008), Silva (2008), Torres (2008). Apenas esta última destacou que sua professora: “[...] trazia de Teresina os quadros com os répteis, sapos, lacraio, mas não tinha estas coisas não, não havia nem livros, ela copiava no quadro com giz o resumo do ponto e a gente aprendia vendo e ouvindo. Ela usava uns cartazes, tinha um mural [...]”. (MEDEIROS, 2008).

Todas estas ações serviram para mostrar que a modernização do ensino recorreu a diferentes estratégias de adequação a pedagogia moderna, as práticas de sala de aula sofreram esta influência e através do método de ensino, do apelo visual com o uso de mapas e objetos deveria ocorrer um ensino adequado às exigências da pedagogia moderna.

O aparelhamento escolar era deficitário, considerando-se os dados apresentados e as entrevistas, o primeiro dá conta da existência de 08 bibliotecas, 07 museus, 07 gabinetes, 04 oficinas, segundo Piauí (1938), numa clara deficiência de aparelhamento escolar, fator que impossibilitava um ensino mais prático que mnemônico baseado nos ideais da Escola Nova. Não havia museu nos municípios, nem bibliotecas destinadas aos alunos das escolas piauienses. Talvez estas instituições tenham se restringido a Capital e a Parnaíba, não tendo sido confirmada existência em outras cidades, fato que merece maior investigação.

Ao longo dos anos em estudo entre as práticas desenvolvidas foram criadas nas escolas primárias diversas instituições inspiradas nos ideais da Escola Nova a exemplo das Ligas Infantis, fundadas no Piauí em 1927 após viagem da professora Déa Pinheiro²⁸ ao Estado do Ceará. Com a chegada da professora Déa Pinheiro foram criadas ligas nas escolas da capital piauiense, que funcionavam como instituições voltadas para o desenvolvimento de valores moralmente aceitos. Estas agremiações se inspiravam nos ideais da Escola Nova, envolviam os alunos das escolas primárias da Capital e tinham por objetivo:

[...] Desenvolver no espírito da criança o amor da bondade para tudo que vive, ensinar-lhe o horror da violência e da mentira, a beleza da misericórdia e, ao mesmo tempo, todas as virtudes que formam o caráter, tendo por lema:

²⁸A respeito desta professora sabe-se que fora diretora das Escolas Reunidas Teodoro Pacheco, ingressou como professora primária no estado em 1907, porém não foi possível confirmar se ela era normalista.

bondade, justiça e piedade para com toda criatura viva, inofensiva, humana ou animal. (ESTATUTO da Liga da bondade, 1927, p. 4).

Nestas agremiações se procurava desenvolver o espírito de solidariedade e princípio de vida em comunidade, elementos presentes nos pressupostos da Escola Nova. Entre as instituições criadas nas escolas primárias piauienses se identificou que na Escola Reunidas José Lopes dirigida pela professora Joanna de Abranches Saraiva²⁹ foi instalada a sociedade infantil denominada “**Liga da Bondade**”.

Os membros da diretoria eram a própria Joanna de Abranches Saraiva – diretora geral; Firmina Sobreira Cardoso presidente; Francisca Neves de Sousa – secretária; Philonila Barbosa Campello– tesoureira. Também, em 1927, sob a influência da professora Déa Pinheiro foi fundada em 13.05.27 nas Escolas Reunidas Theodoro Pacheco a “**Liga Cívica Infantil**” destinada a incutir na criança o amor pelas coisas da pátria. A liga era composta pela professora Déa Pinheiro e os alunos Lino Castello e Oswaldo de Azevedo Monteiro.

Estas ligas eram responsáveis pelas festas cívicas e se destinavam a beneficiar as crianças, a desenvolver as virtudes morais e os sentimentos cívicos. Além dos objetivos exposto as ligas se concretizavam nas salas de aula através do relato de atos de bondade praticados por seus membros. Os relatos eram depositados numa caixa e comentados na hora da lição de moral, prática que visava incutir valores junto aos alunos e buscava angariar donativos para as crianças carentes.

Em virtude da falta de recursos para a promoção da educação muito antes da implantação da caixa escolar nas escolas primárias piauiense era comum, na capital, as professoras utilizarem sessões de cinema para arrecadar fundos em prol dos alunos necessitados. Geralmente eram feitas no início do ano letivo e visavam assegurar a frequência da população pobre que por falta de recursos não enviavam seus filhos à escola. Expressando-se muitas das práticas das normalistas como

UM DEVER – É do meu dever dar sciencia, ao publico, da applicação que está sendo e será feita do resultado pecuniario conseguido pela fucção cinematographica levada ao “Palace”, em beneficio das alumnas necessitadas, das Escolas Reunidas do sexo feminino, sob a minha derecção. Da importancia, liquida, que attingiu a 220\$000, já despendi 96\$000 com a compra, feita ao negociante João de Castro Lima, de grammaticas, livros de leituras, cadernos, mata-borrão, lousas (ardósia), lapis para as mesmas e dictos para papel.

²⁹Professora normalista desde 1908 que atuou na cidade de Teresina.

As respectivas notas, firmadas por aquelle commerciante, ficam no meu poder, á disposição de quem, as quizer ver.
[...]. (SARAIVA, 1921, p.1).

A falta dos recursos materiais não era um fator que ocorria só nos municípios mais distantes e pobres, mas na própria capital. Então se recorria à caixa escolar como uma forma de complementar os recursos e de desenvolver nas escolas primárias as atividades de um ensino moderno.

Para alcançar esta finalidade muitas normalistas assumiam o ônus de certas atividades, como relatou Torres (2008): “Todo mundo ia fardado, de sandália e tamancos, muitas vezes quem dava o fardamento era a professora, ela tinha condições e aqueles mais pobrezinhos ela dava [...]”. O mesmo foi destacado por Medeiros (2008) “[...] todo mundo tinha farda, uns mais simples outros mais ajeitados, mas todo mundo tinha farda, quem dava eu não sei, talvez fosse ela, ela era rica era dona de comércio e talvez fosse ela quem dava as fardas [...]”.

Além de todas estas práticas citadas também, conforme prescrevia o Regimento de 1933 foram criadas certas instituições, na Escola Normal Oficial em 1934, tais como o clube de leitura, A Liga da Escola Nova, O círculo de pais e professores e a biblioteca. Nas escolas primárias da capital foram fundadas a biblioteca infantil do Grupo Escolar Gabriel Ferreira sob a responsabilidade das professoras Anna Cordeiro e Natividade Salles; O grêmio no Liceu Artes e Letras; o jornalzinho infantil “A voz da criança “ que circulou nas festas do Grupo Escolar Gabriel Ferreira em 1931 por ocasião das festas de encerramento.

As diferentes práticas expostas foram desenvolvidas nas escolas piauienses principalmente na Capital e em Parnaíba, mas não decorriam, apenas, das imposições da legislação em vigor. Eram fruto da intensa troca de experiências que muitas das normalistas vivenciavam nas escolas primárias e em outros estados através de missões de estudo e da participação em eventos. Elementos que se constituíram em referências às práticas pedagógicas e que incorporavam os princípios da Escola Nova, merecendo ser analisados.

3. 4 As missões de estudo: consolidando uma prática renovada

Partindo do princípio de que as representações sociais são apropriadas pelos sujeitos de diversas maneiras, acreditou-se que os ideais da Escola Nova se tornaram práticas sociais

influenciadas pelo contato com variadas experiências, que ocorrem no Piauí e em outros locais em momentos históricos específicos. Assim, neste item objetivou-se identificar e analisar as vivências externas em missões, cursos e conferências, de diferentes sujeitos envolvidos com a reformulação da educação piauiense, de forma a se perceber como as mesmas contribuíram para a concretização dos ideais da Escola Nova na educação piauiense.

Durante as décadas de 1910 a 1947 foram visitadas em missão de estudo as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e o município de Parnaíba (Piauí). Dentre as visitas realizadas foi possível identificar doze missões e quatro participações em conferências nacionais promovidas pela ABE.

Entre as missões de estudo teve-se a viagem em 1908 do diretor de instrução pública Miguel Rosa que visitou os Estados do sul do País objetivando conhecer as principais inovações implantadas na educação daqueles estados.

Em 1921 foi a vez do então governador João Luiz Ferreira (1920-1924) que com o mesmo objetivo visitou o Rio de Janeiro. Ainda em 1921 teve-se a participação do deputado federal Félix Pacheco residente no Rio, escolhido como delegado do Piauí, na Conferência Interestadual de Ensino Primário ocorrida no Rio de Janeiro em 14.11.21. Esta Conferência propôs a uniformização dos cursos de formação dos professores, sendo que:

Nesta Conferência surge a proposta de federalização do ensino normal e a promoção de um acordo entre os Estados e o Distrito Federal, para a uniformização de curso e programas em todas as escolas normais do Brasil, conforme consta nos Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário. (TUNARI, 1979 apud MENDES SOBRINHO, 2002, p. 36).

Ao que pareceu a proposta de uniformização foi incorporada pelo Estado, pois na análise dos currículos implantados nas Escolas Normais neste período. Notou-se uma tendência na padronização dos currículos, como destacou Mendes Sobrinho (2002), fato que também possibilitou a divulgação dos ideais da Escola Nova através dos mesmos.

O debate das idéias de federalização e uniformização dos cursos e programas estimulou, segundo Brito (1996), o movimento reformista desencadeado nos anos de 1920, ficando o Piauí alheio às mudanças que se operavam no País. Afirmação que pode ser questionada, pois comparando o currículo instituído em São Paulo em 1920, o sugerido pela Conferência e o formulado no Piauí em 1921 percebeu-se que os três são praticamente iguais e se assentavam em disciplinas como a pedagogia e a psicologia voltadas para a formação do professor.

A visita da professora Déa Pinheiro ao Ceará em 1926 foi identificada como a primeira missão que envolveu uma professora das escolas primárias do Piauí. Através do relatório da professora a educação naquele estado era classificada de forma positiva como portadora de uma “[...] brilhante evolução do ensino naquele próspero Estado” (PINHEIRO, 1927, p.2). Em seu texto há uma profusão de adjetivos que caracterizavam favoravelmente a educação desenvolvida no Ceará, embora a mesma relate que havia visitado somente as escolas da Capital, generalizando as ações para todo o Estado, conforme expôs em seu relatório:

RELATORIO

Theresina, 14 de março de 1927 – Exm. Sr. Dr. Mathias Olympio de Mello, M.D. Governador do estado.

Apresento á illustrada e criteriosa consideração de V. Exc., de accordo com o dispositivo do art. 91 do regulamento em vigor, se bem que de modo incompleto, o transumpto dos principais detalhes da commissão que me foi confiada.

Desempenhando-me da commissão que V. Exc. me confiou, no visinho Estado do Ceará, cumpre-me salientar factos que sobremodo me prenderam a attenção, sobretudo por se relacionarem com o objectivo da mesma commissão.

Refiro-me á brilhante evolução do ensino naquelle prospero e futuroso Estado da federação [...]. (PINHEIRO, 1927, p.2).

O contexto em que o relatório da professora foi publicado mereceu uma análise apurada, pois fora publicado dois meses antes da chegada do reformador paulista ao Piauí Luiz Galhanone, responsável pela reforma de Parnaíba em 1927. Segundo fora declarado, a visita da professora Déa tinha como objetivo melhor compreender o método prático intuitivo, porém ficou evidente que o real objetivo era conhecer a estrutura administrativa e pedagógica que foi montada naquele estado sob influência da Escola Nova. A mesma havia sido reformada com a ajuda de um dos principais teóricos e defensores daqueles ideais no Brasil.

De acordo com o relato da professora, ela freqüentou todos os grupos e escolas da capital cearense, dando conta da organização administrativa das escolas que eram mistas e funcionavam em turnos contrários. O curso primário tinha quatro anos de duração, havendo diretor e sub-diretor nas escolas e cada professor só lecionava um turno.

Quanto às instituições que serviam de apoio a escola cita a criação da “Caixa escolar” que tinha por objetivo assegurar a freqüência dos alunos sem recursos. Em relação às práticas pedagógicas destacou que era comum a exposição dos trabalhos escolares feitos durante o ano letivo, escolhendo o mês de outubro para as exposições, após os exames finais. Estas práticas já existiam no Piauí, não eram novidades.

Colocando o conteúdo do texto da professora em questionamento surge a indagação de qual o real objetivo da visita àquele estado, pois havia de se conhecer melhor o método intuitivo? Se o mesmo já era divulgado e trabalhado pela Escola Normal Oficial desde 1910. Transcorridos quase 17 anos não havia ainda uma apropriação deste método nas escolas primárias do estado? Os indícios levaram a crer que o método intuitivo era trabalhado principalmente nas escolas da capital e algumas do interior do estado que eram regidas por normalistas, provando que se tinha conhecimento do referido método. Então qual o objetivo da viagem?

Chamou atenção o fato do relatório ter sido divulgado há poucos dias da chegada de Galhanone ao Piauí. A vinda do reformador não era um anseio do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) talvez em virtude das oposições que ele tinha em relação às reformas da educação implantadas em São Paulo, fato destacado por Lopes (2001). Assim, a ida da professora Déa Pinheiro ao Ceará pode ter sido uma estratégia de sondagem da concretização da reforma da educação cearense implantada por outro paulista: Lourenço Filho³⁰.

A contratação do reformador Luiz Galhanone em 1927 por Parnaíba fez supor que a visita da professora Déa Pinheiro foi uma estratégia do então governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) para não se opor posteriormente inovações introduzidas pelo reformador, resolveu confrontá-las com as mudanças introduzidas na educação do Ceará por Lourenço Filho, em 1922, com as efetivadas em Teresina desde 1910.

O próprio tempo de permanência da professora na capital cearense revelou que a intenção era conhecer a estrutura escolar implantada naquele estado, que não diferia significativamente da estrutura implantada no Piauí. Traçando um paralelo entre os aspectos destacados no relatório da professora e a educação aqui desenvolvida, o que poderia ser classificado como novidade era o fato da escola possuir uma sub-diretora e a existência das Ligas Infantis.

Esta última foi a principal novidade que fora incorporada de imediato às escolas primárias de Teresina. Marcando, assim, a incorporação de uma prática que era desenvolvida em outro estado. Foram trazidos documentos que ajudaram a conhecer as instituições complementares da escola implantadas no Ceará e que serviram de exemplo para a implantação destas instituições nas escolas piauienses.

No ano de publicação do relatório da professora Déa Pinheiro uma comissão de professoras composta por Josefa Ferraz, da Escola Antonino Freire, e Maria Antonieta

³⁰ Cavalcante (2000) analisou a reforma ocorrida no Ceará em 1922.

Burlamarque foi à Parnaíba para participar de um curso de aperfeiçoamento com o professor Luiz Galhanone, com o intuito de melhor se aperfeiçoar nos modernos métodos de ensino.

Em março de 1929 Maria José Torres Pires, professora de trabalhos manuais da Escola Normal de Parnaíba, foi para o Rio de Janeiro fazer um curso de especialização, caracterizando-se como a primeira viagem de normalistas para freqüentar cursos fora do Estado.

Em 1934 as professoras Aldagisa Nunes Barros, Erla Freire, Luiza Maia e Silva, Dulcila de Barbosa Matos, Elda Furtado Araújo e Filomena Fonseca Lima, as duas últimas eram de Parnaíba, freqüentaram a Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais objetivando conhecer as inovações ali implantadas. Também neste ano esteve por mais de um ano em São Paulo, de 1934 a janeiro de 1935, Maria de Jesus Sampaio de Santos, filha de uma das mais tradicionais famílias de União, onde freqüentou um curso de aperfeiçoamento na Universidade de São Paulo em “alta cultura pedagógica”.

Este curso conforme declarou a professora Maria de Jesus Sampaio, então professora do pré-escolar, em palestra de 1936, tratava-se de um curso de especialização para professores de escolas maternas e jardins de infância, modalidade de ensino implantada no Piauí com a reforma de 1933.

FIGURA 4: Foto da professora Maria de Jesus Sampaio



FONTE: PROFESSORA... (1935, p.8).

A partir dos anos de 1930 as visitas feitas pelas professoras normalistas a outros estados tornaram-se uma constante. Estas visitas tinham em comum o objetivo de se apropriarem das inovações educacionais, implantadas nos estados visitados. Inovações estas relacionadas aos princípios da Pedagogia Moderna.

Em 1936 Yolanda Oliveira, professora de educação física da Escola Normal junto com a professora Heloisa Franco freqüentaram o curso de extensão normal rural oferecido pela Universidade Rural Brasileira no Rio de Janeiro. Além de freqüentar o referido curso oferecido pela instituição, elas tinham por missão divulgar a semana ruralista de Teresina, ocorrida no ano anterior, viajando inclusive para Belo Horizonte para divulgar a mesma.

Ainda em 1936 Amaides Leal de Carvalho participou do curso de Jardim de Infância no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano Elisa Gonçalves foi comissionada para estudar estatística na mesma cidade, junto à secção do Ministério da Educação. Também Leopoldo Cunha, professor da Escola Normal Oficial, foi àquela cidade estudar a organização do ensino normal e Maria do Carmo Soares foi à Belém (PA) estudar a organização do museu. Em 1937 Aldenora Machado e Elvira Burlamarqui Nogueira comissionadas pelo governo cursaram no Rio de Janeiro o Instituto de Educação.

A partir dos anos de 1940 as visitas das normalistas a outros estados cederam lugar á participação em cursos oferecidos pela ABE ou pelo Ministério da Educação. O presidente da ABE (Celso Kelly) declarou em 1940 no convite feito ao governo piauiense que os fins do curso eram atualizar e aperfeiçoar a cultura e formação técnica dos professores das diferentes unidades do país; desenvolver, entre os professores o mais intenso intercâmbio, em conseqüência o sentimento nacional. Além de possibilitar a melhoria do preparo do nosso magistério pelos cursos de aperfeiçoamento e a formação de uma cultura solidamente nacional e conseqüentemente um melhor conhecimento do Brasil.

Neste ano entre os participantes dos cursos identificou-se que Heloisa Freire, Mercedes Ferraz e Heloisa Veiga freqüentaram no Rio de Janeiro cursos oferecidos pela ABE, estas duas últimas estudaram organização bibliotecária.

Em janeiro de 1941 no período de 02.01 a 28.02.41 a ABE através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ofereceu um curso de férias aos professores. Foram disponibilizadas 10 vagas para as professoras primárias piauienses, mas segundo noticiado no Diário Oficial da época. O Estado só disponibilizou 5 passagens. Maria de Lourdes Martins do Rego Monteiro, diretora da Escola Normal Oficial, comissionada pelo Estado do Piauí, participou no Rio de Janeiro de um estágio especializado em educação

moderna. Sua filha Maria Emilia Martins do Rego Monteiro fez um curso de prática de ensino com tirocínio de quatro meses no Instituto de Educação naquele estado e freqüentou o curso de férias da ABE. Também Audir Fortes Rebelo e Benjamin Soares Carvalho, no mesmo ano, freqüentaram a convite da ABE um estágio de aperfeiçoamento em educação física no Rio de Janeiro.

A partir de então se intensificou as influências da ABE sobre o sistema de ensino local. Em 1943 o então governador declarou em relatório governamental: “comissionei crescido número de professoras para, no Rio de Janeiro, freqüentar o Instituto Pedagógico e fazer curso de especialização” (PIAUI, 1943). Reafirmando em seu relatório que a partir de seu governo aumentou o intercâmbio com outros estados, havendo maior contato dos professores piauienses com as experiências de outros estados.

No período analisado foram identificadas apenas três missões técnicas contratadas que foram contratadas. Parnaíba em 1927, Teresina em 1937 trouxe o professor de música Pedro Aloise para a Escola Normal Oficial. Em 1938 um professor do Espírito Santo para implantar um curso de educação física infantil naquela mesma escola.

Outra prática desenvolvida no Piauí que favoreceu o contato com experiências de outros estados e que se refletiram nas práticas educativa das escolas piauienses foi a participação nas conferências nacionais promovidas pela ABE. Segundo as análise de Carvalho (1998) os reformadores que atuavam na ABE, assumiram o comando da mesma passando as ações daquela instituição a se caracterizarem por um movimento de repolitização da educação, pois os reformadores tinham uma visão de educação predominantemente política e atuavam de acordo com um projeto de conformação social.

Segundo Carvalho (1998) o movimento da Escola Nova adquiriu feição estruturada em torno da ABE. Sendo trabalhados temas como saúde, moral, trabalho, a superação da escola alfabetizadora, a instrução cívica do povo, incentivo à educação física, ao escotismo, celebração dos fatos nacionais, obrigatoriedade do ensino da língua, da história e da geografia pátrias nas escolas estrangeiras, além da reivindicação da fundação de escolas primárias e profissionais. Servindo as conferências de educação para a divulgação destas representações em relação à educação.

O Piauí participou da primeira conferência ocorrida em Curitiba de 19 a 23.12.27. O então presidente da ABE, Fernando Magalhães através de ofício solicitou do governador Matias Olímpio de Melo (1924-1928) que o Piauí se fizesse representar. Nesta conferência foram discutidas quatro grandes questões:

1. A unidade nacional através da cultura literária, civil, moral;

2. A unificação do ensino primário nas suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas;

3. A criação das escolas normais superiores em diferentes pontos do país;

4. A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico, literária e diversas questões relativas à educação.

Pelos temas tratados no âmbito da ABE percebeu-se que no Piauí só não se encaminhava ainda as questões relacionadas à criação das escolas normais superiores, mas os outros temas já eram discutidos amplamente, conforme mostraram as fontes analisadas. Fato que serviu para destacar que havia uma sintonia existente em relação às discussões que se faziam a nível nacional, contrariando o discurso do isolamento do Piauí em relação aos outros estados brasileiros.

Quem participou do primeiro congresso da ABE foi o piauiense, João de Oliveira Franco, considerado notável filólogo e educador residente no Paraná, porém a tese apresentada foi escrita por Benedito Martins Napoleão, infelizmente a tese citada não foi localizada. Quanto à segunda conferência, ocorrida em Belo Horizonte de 04 a 11.11.28, não se encontrou indícios da participação de piauienses na mesma, o mesmo se aplicando à terceira que ocorreu em São Paulo de 07 a 15.09.29.

A IV Conferência aconteceu no Rio de Janeiro de 13 a 20.12. 31, Benedito Martins Napoleão representou o Piauí. Ao se posicionar em relação à mesma enfatizou a possibilidade de intercâmbio proporcionado pela conferência, destacando que este intercâmbio e as ações tomadas durante o encontro traziam soluções aos problemas educacionais do Piauí e do Brasil, conforme se pode ler:

[...] Além disso, contudo, o próprio Chefe do Governo Provisório, em palavras de significação absolutamente claras e precisas, solicitou aos membros da IV Conferência que, das suas teses, debates e conclusões, retirassem a “fôrmla feliz” com que o governo deveria realizar a nossa política educacional. Tais declarações, feitas pelos mais altos responsáveis da magistratura nacional, deram à IV Conferência um prestígio inapreciável, na gravidade (sic). E na grandeza do momento histórico, em condições de excepcional significação incumbindo-lhe aos representantes a imensa responsabilidade de sugerir, ao menos nas suas linhas mestras, o esquema de política educacional brasileira, como fôrmla normativa da futura substituição, no que dispõe respeito á Orgânica do Ensino, orientação técnica e atribuições administrativas.

[...]

É bem verdade que, em si mesmo, o último congresso trouxe contribuição notável á solução dos nossos problemas educativos, sobretudo no que diz respeito ao intercambio estabelecido, - base para um mútuo conhecimento da

situação real do Brasil, no concernente a educação popular. (NAPOLEÃO, 1932, p.1).

Na V Conferência Nacional de Educação ocorrida em Niterói de 26.12.32 a 02.01.1933 Mario Augusto Teixeira de Freitas foi quem representou o Piauí, porém Martins Napoleão foi quem enviou um relato da situação da educação no Piauí junto com a tese a ser apresentada. No relatório foram destacados os esforços da administração piauiense em propagar a instrução pública. A VI Conferência ocorreu em Fortaleza em 1934, início do declínio da ABE. Segundo MELO (1976, p. 237) quem participou deste encontro foram as professoras normalistas Esther Couto, Aldenora Machado e Maria Rubim, responsáveis pela elaboração da tese a ser apresentada. Pela primeira vez as normalistas representavam o Piauí em uma conferência da ABE.

Na VII Conferência de Educação ocorrida de 22.06 a 07.07.35, o médico e deputado piauiense Freire de Andrade, representou o Piauí. O objetivo do encontro, conforme Andrade (1936, p.1), era demonstrar o grau de adiantamento em que se achava a educação física do Distrito Federal, aproximando o intercâmbio entre os diferentes representantes dos estados e mostrando cada estado o grau de desenvolvimento que a instrução tinha apresentado após a assinatura do convênio de 1931 voltado para a padronização das estatísticas do ensino.

Ressaltou o participante através de relatório elaborado sobre a conferência que esperava-se que

[...] os nossos educadores com os dados que enviamos poderão dirigir as suas vistas com maior interesse para a educação Física controlada por exames médicos, conforme preceituam os mestres no assunto, e, assim, na organização do Plano do Departamento Estadual de Educação figurem em relevo as novas diretivas que a educação moderna exige e ensina. (ANDRADE, 1936, p.1).

A participação nos encontros da ABE serviram também para consolidar práticas escolares, consideradas necessárias ao desenvolvimento da educação. Práticas estas que foram determinadas no período como elementos de uniformização expressos nas práticas educacionais do Governo de Vargas.

De 19 a 27.06.42 houve a VIII Conferência em Goiânia, tinha por finalidade a discussão da problemática educacional de forma abrangente. O diretor de estatística, na época, João Bastos representou o Piauí, não tendo sido encontrados dados a respeito dos direcionamentos deste congresso na educação piauiense.

O mapeamento da participação nas conferências da ABE mostrou que inicialmente se deu pela representação de uma pessoa aparentemente desligada das discussões que aqui se fazia sobre educação, para posteriormente abrir-se a participação de técnicos e das professoras normalistas, lotadas na Escola Normal Oficial.

Através da participação nas missões, cursos e conferências foram apropriadas idéias sobre a educação e que se refletiram em práticas que se consolidaram nas escolas piauienses, pois muitos dos direcionamentos discutidos nestes encontros foram incorporados às práticas escolares conforme exposto ao longo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a presença dos ideais da Escola Nova na educação piauiense a partir das especificidades do contexto social. Propus trazer para o debate historiográfico uma leitura do movimento renovador a partir de um contexto regional que não foi levado em consideração em relação aos modos de apropriação, divulgação destes ideais, o Piauí dos anos de 1920 até 1947.

A pesquisa apontou que a consolidação do sistema educacional do Piauí teve sua historicidade marcada por interesses de grupos específicos, revelada nas ações e tomadas de posições da elite intelectual que na década de 1920 elaborou um projeto educacional que via na educação o elemento de disseminação cultural e de mudança de mentalidade. Este projeto também visava modificar a estrutura administrativa e pedagógica das escolas existentes, de modo a ampliar o acesso à educação e colocar o Piauí rumo ao progresso.

No imaginário daquela elite as modificações planejadas e implantadas por pessoas capacitadas trariam o progresso desejado, numa evidente visão de que as transformações ocorriam pelo alto e operariam mudanças no social. Foi construído um discurso crítico, no sentido que apontava as insuficiências institucionais do regime em vigor e ao mesmo tempo era um discurso conservador, pois propunha a realização da revolução dentro da ordem social.

Este período ficou caracterizado como um momento da “modernização conservadora”, pois além de permitir

[...] a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder, e leva à substituição de uma elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p.19).

Contudo, de maneira geral as ações planejadas e concretizadas serviram para repensar a escola primária existente, definir novos fins da educação e um novo modelo pedagógico a ser trabalhado. Serviu para divulgar expectativas em relação à escola primária e a educação, para arregimentar a população em torno de um projeto de modernidade para o Piauí e para o Brasil.

Se durante os anos 20 muitos intelectuais piauienses, representados em sua maioria pelos bacharéis, se envolveram nas questões de educação, nas décadas seguintes esta função é

desenvolvida principalmente pelos professores que divulgavam seus discursos em impressos. Porém, a pesquisa apontou que estes intelectuais estavam à maioria subordinados às forças político-partidárias, seja por apadrinhamento de cargos ou por subordinação às forças do governo ditatorial.

A partir dos anos de 1930 se delineou a centralização das ações do governo federal e se concretizaram, principalmente, através das Leis Orgânicas do Ensino, elas ajudaram na conformação da educação desde os aspectos organizacionais até o cotidiano dos professores e alunos, regulamentados através de uma série de elementos que envolviam da padronização curricular à arquitetura escolar, aspectos que carecer de maior aprofundamento.

Neste sentido, o governo piauiense passou a direcionar as discussões sobre educação popular ampliando os temas para as questões da educação nacional, infantil, rural, profissional, seguindo as orientações nacionais e perdendo o Piauí grande parte de seu potencial de pensar os problemas da educação local, a partir de suas especificidades.

Quanto ao movimento renovador no Piauí, de 1920 a 1947 ele se manifestou sob várias formas: através das reformas implantadas, das práticas pedagógicas, da criação de agremiações, da reformulação do currículo da escola primária e normal, da socialização das atividades desenvolvidas. Formas que foram explicitadas ao longo do trabalho e que serviram para mostrar que os desejos de se revisar os fins da educação e a escola se fizeram presentes durante os anos em estudo, tendo os ideais da Escola Nova sido apropriados, divulgados e incorporados à legislação de ensino e às práticas de ensino em ritmos e tempos que nem sempre coincidiam com o mesmo ocorrido a nível nacional.

Estas práticas serviram para a divulgação e consolidação destes ideais, num movimento de incorporação que se deu por mediações, negociações entre grupos sociais, servindo principalmente para repensar, construir a educação piauiense a partir de imposições internas e externas, numa negociação de interesses diversos que possibilitou uma melhor compreensão do processo histórico de elaboração do ideário pedagógico brasileiro e suas especificidades regionais.

As pesquisas sobre as singularidades educacionais de determinadas regiões podem possibilitar desvelar fatos ainda não estudados ou reconstruir objetos já trabalhados, sendo as pesquisas regionais de fundamental importância, pois possibilitam rever os discursos construídos em torno de fatos específicos, fugindo das interpretações consolidadas; possibilitam (re) construir versões da história da educação brasileira, resgatando a memória de determinadas populações.

A busca pela compreensão dos sentidos assumidos pelo movimento da Escola Nova mostrou que na historiografia da educação muitos de seus sentidos continuam a carecer de esclarecimentos e podem ser revelados por meio de um exercício que coloque em evidência as críticas do movimento no sentido de problematizar, colocar em destaque o que já se disse a respeito da Escola Nova.

Assim, o presente estudo proporcionou explicitar não só o projeto educacional elaborado para a educação piauiense nos anos de 1920 a 1947, mas revelou como se deram as apropriações, as divulgações e concretização dos ideais da Escola Nova na educação piauiense durante o período de 1920 a 1947. Ressaltando-se que muitos pontos ainda merecem ser investigados.

REFERÊNCIAS

ADDUCI, Cássia C. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas sociais: revista do núcleo de estudos de ideologias e lutas sociais – PUC\SP, São Paulo*, n.11\12, p.67-78, 1º semestre 2004.

ARCE, Alessandra; SIMÃO, Rosimeire. *A psicologia da criança e a pedagogia funcional de Edouard Claparède e a pedagogia dos jardins de infância de Friedrich Froebel: continuidades e rupturas no pensamento de dois autores defensores de uma escola progressista. Revista Histedbr on-line*, Campinas, n.28, p.38-56, dez 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/28/art03_28.pdf. Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 13–35.

BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional - um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter. *O que é História cultura?* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação -1924-1931*. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 1998.

_____. Reformas da instrução pública. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAVALCANTE, Maria Juracy Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: EUFC, 2000.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educação & Sociedade*. Campinas, SP, v.23, n.81, p.247-270, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 out. 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA FILHO, Alcebédias. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revistas pelos educadores brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*: Anped, São Paulo, n.15, p. 41-61, nov./dez. 2000.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1994.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado - 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *História e Memória*. Campinas (SP): Unicamp, 2005.

LOPES, Antonio de Pádua de Carvalho. Luz, progresso e expansão intelectual: a elite comercial exportadora de Parnaíba e o lugar da educação no desenvolvimento do Piauí. In: BRANCO, Edwar de Alencar Castelo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Org.). *História: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005. p. 61-78.

_____. *Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)*. 287f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2001.

_____. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. 242f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 1996.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramento, 1978.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 2002.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MELO, Salânia Maria Barbosa. *Reminiscências do processo de escolarização: a formação da professora normalista piauienses e o ensino primário (1930-1945)*. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: educação e sociedade*. Teresina: UFPI, 2001.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. *O ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos*. Teresina: EDUFPI, 2002.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira - a Escola Nova*. São Paulo: Cortez, 1989.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1976.

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. *Trabalhadores e trabalhadoras no fio da história das práticas e projetos educativos no Piauí (1856 – 1937)*. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

OLIVEIRA FILHO, Valdinar da Silva. *O ensino comercial e a formação de guarda-livros: de porta-vozes da riqueza do Piauí a guardadores da memória de Parnaíba - (1900-1960)*. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

PENNO, Sandra Mara Kindlein. *A trajetória da instituição educativa evangélica mais antiga no estado do Piauí*: Instituto Batista Correntino. 224f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PERES, Eliane Teresinha. *O diabo inventou a escola? A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões\25\elianeteresinhaperesO2.rtf>>. Acesso em: 10 out. 2007.

PINTO, Fátima Ferreira Cunha. *Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: EDUFF/Proed, 1986.

PINHEIRO, Áurea Paz. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2001.

PIRES, Francisca Cardoso da Silva. *Escola normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 a 1910)*. 163f. Piracicaba, SP: UNIMEP, Piracicaba, SP, 1985.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 97-124.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí; João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1998.

_____. *Educação no Piauí: 1880-1930*. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

_____. *A importância da borracha de maniçoba na economia piauiense*. Teresina: EDUFPI, 1994.

SACRISTAN, J. Gimeno. A cultura para os sujeitos ou os sujeitos para a cultura? O mapa mutante dos conteúdos na escolaridade. In: _____ *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 148-206.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma pedagogia do conflito In: SILVA, Eron et al. (Orgs.). *Novos Mapas Culturais: novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996a. p.15 – 33.

_____. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996b.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. *Escola e democracia*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicitudes e perspectivas. In: PASSOS, Ilma Alencastro Veiga; AMARAL, Ana Lúcia (Org.). *Formação de professores: políticas e debates*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002. p. 47-63.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra – EDUSP, 1984.

SOARES, Norma Patricya L. *Escola normal em Teresina (1864-2003): reconstituindo uma memória da formação de professores*. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOARES, Rosemary Dore. *O conceito de passagem do “entusiasmo pela educação” ao “otimismo pedagógico” na pesquisa educacional brasileira*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/rosemarydoresoares.rtf>>. Acesso em: 10 out.2007.

SOUSA, Jane Bezerra. *Picos e a consolidação de sua rede escolar: do grupo escolar ao ginásio estadual*. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WARDE, Mirian Jorge. O itinerário da formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista brasileira de história da educação*, n.5, jan./jun. 2003. p.126 - 167.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. *Educação e sociedade picoense: 1850 a 1930*. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2002.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONTES PRIMÁRIAS:

1. LIVROS, ARTIGOS E PALESTRAS:

SARAIVA, Joana Abranches. Um dever. *Jornal O Piauí*. Teresina, p.1, 12 abr. 1921.

A INSTRUÇÃO no Piauí. *Diário Oficial*. Teresina, p.1, 10 set. 1940.

ANDRADE, Francisco Freire de. Relatório de 10.07.35. *Diário Oficial*, Teresina, p.4, 19 maio 1936.

AGUIAR, Eurípedes. A instrução. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 06 fev. 1947.

BAPTISTA, Mario José. Conferência pronunciada no festival escolar promovido pela Diretoria de Instrução Pública. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 10 nov. 1921a.

_____. Relatório. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 29 set, 1921b.

CONGRESSO dos municípios. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1, 25 set. 1921a.

CONGRESSO dos municípios. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1, 29 set. 1921b.

CONGRESSO das municipalidades. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1, 27 out. 1921.

CUNHA, Higino. Methodos de ensino das línguas. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1/2, 05 maio 1921.

_____. O dia da bandeira. *Diário Oficial*, Teresina, p.1, 23 de nov. 1937.

CUNHA, Higino; GONÇALVES, Eliza. *O ensino normal no Piauhy*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1923.

DIA Pan-Americano. *Jornal Diário Oficial*, Teresina, p. 2-8, 12 de abr. 1940.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Programa do ensino primário. Teresina: Typografia d'O Piauhy, 1927.

EM PROL da instrução. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1, 21 jul. 1921.

ESTATUTO da liga da bondade. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.4, 02 maio 1927.

EXPOSIÇÃO Escolar. *O Piauhy*, Teresina, p.3, 23 de jun. 1921.

FESTA das crianças. *Diário Oficial*, Teresina, p.4, 14 de out. 1937.

FRANCO, Heloisa. Palestra da professora Heloisa Franco, da delegação piauiense junto ao curso de extensão normal rural da Sociedade Alberto Torres, realizada na feira de amostra em Belo Horizonte, durante os trabalhos da semana do milho. *Jornal Diário Oficial*, Teresina, p. 2-3, 21 de jul. 1936.

GALHANONE, Luiz. Entrevista. *Jornal O Piauhy*, Teresina, p.1, 10 jun.1927.

GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro. *Aspectos do problema econômico piauiense*. Teresina: Imprensa Oficial, 1929.

GONÇALVES, Nenem. Discurso. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.2 abr 1921.

_____. O dia da bandeira. *Diário Oficial*, Teresina, p.9, 23 nov. 1937.

IBGE. Conselho Nacional de Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Teresina - Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1940.

IBGE. *Sinopse Estatística do Estado do Piauí nº4* - separata, com acréscimo, do Anuário Estatístico do Brasil, ano V - 1939\1940. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1942. Organizado com a colaboração do Departamento Estadual de Estatística.

INEP. MEC. *Organização do ensino primário e normal*: Boletim n.5. Rio de Janeiro: MEC, 1940.

MATTA, Alda Rodrigues da. Discurso proferido em 09.04 de 1927 na colação de grau das normalistas de 1926. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 12 abr.1927.

MELO, Anísio de Brito. Discurso proferido em 09.04 de 1927 na colação de grau das normalistas de 1926. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 12 abr. 1927.

_____. Ligeira notícia sobre o ensino público. *Jornal Diário Oficial*, Teresina, p.1- 6, 12 dez. 1936.

MELLO, Leônidas de Castro de. *Trechos do meu caminho*: memórias à feição de autobiografia. Teresina: Companhia Editorial do Piauí, 1976.

MENDES, Simplício de Sousa. O ensino popular no Brasil I, *O Piauí*, Teresina, p.1, 04 set. 1921a.

_____. O ensino popular no Brasil II, *O Piauí*, Teresina, p.1, 07 set.1921b.

_____. O ensino popular no Brasil IV, *O Piauí*, Teresina, p.1, 18 set.1921c.

_____. O problema da educação nacional. *O Piauí*, Teresina, p.1, 24 nov. 1921d.

NAPOLEÃO, Benedito Martins. Discurso. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 19 maio 1927.

_____.Do ensino público e sua atual situação. In: Exposição apresentada ao Exmo Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório por intermédio do delegado federal do norte, Sr. Major Juarez do Nascimento Fernandes Távora pelo interventor federal no Piauí, tenente Landri Sales Gonçalves. *Diário Oficial*. Teresina, p.1, 07 març. 1932.

_____. Educação para o nordeste. In: O Piauí e o nordeste aspectos e problemas de sua vida social. *Diário Oficial*, Teresina, p.35-38, 03 maio 1942.

NEVES, Berilo. *Oito anos de governo: a administração Leônidas Melo no Piauí- maio de 1938 – maio de 1943*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1943.

O QUE houve na Escola Normal. *Diário Oficial*. Teresina, p.1, 15 abr. 1940.

PELA instrução. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.2, 21 abr. 1921.

PIAUI. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado n. 2 separata com acréscimo do anuário estatístico do Brasil*. Ano III, 1937. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

_____. Escola Normal Oficial. *Livros de matrícula da Escola Normal do Piauí: 1909-1946*. Teresina, 1946a.

_____. Escola Normal Oficial. *Livros de actas da Escola Normal do Piauí: 1909-1946*. Teresina, 1946b.

PINHEIRO, Déa. Relatório. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.2, 24 mar. 1927.

PROFESSORA Piauiense que regressa á sua terra natal. *O Momento*, Teresina, p.8, 17 jan. 1935.

PROGRAMA de didática. Arquivo da Secretaria do Instituto de Educação Antonino Freire. Teresina, 1945. (datilografado).

PROGRAMA de história da educação. Arquivo da Secretaria do Instituto de Educação Antonino Freire. Teresina, 1943. (datilografado).

REGO, César. Discurso. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 28 out.1921.

RETRATO de Anísio de Brito Melo. *Diário Oficial*, Teresina, p.3, 03 maio 1941.

SEMPRE pela instrução. *Jornal O Piauí*, Teresina, p.1, 04 agos. 1921.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

SOARES, Dina. Discurso. *Jornal O Piauí*. Teresina, p.1, 15 out. 1927.

2. LEIS, DECRETOS:

DECRETO-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Leis orgânicas do ensino primário. In: *Diário Oficial*, Teresina, 16 jan. 1946.

PIAUI. Decreto-Lei nº 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre adaptação do sistema de ensino normal do estado às leis Orgânicas do Ensino Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

_____. Decreto-Lei nº 1.306 de 02 de setembro de 1946. Estabelece as novas diretrizes e nova estrutura para o ensino primário. Teresina: Imprensa Oficial, 1946.

DECRETO nº 434, de 19 de abril de 1910. Estabelece o Regulamento Geral da Instrução Pública. In: BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

_____. Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933. Dá nova organização à Diretoria Geral da Instrução e regulamenta o ensino público. Instituinto o regulamento geral do ensino Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

DECRETO nº 1.338, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientação metodológicas da Escola Normal Oficial. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

DECRETO-Lei nº 8.585, de 08 de janeiro de 1946, determina que os estados adaptassem seus serviços de ensino às Leis Orgânicas do Ensino Primário e Normal. In: BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

DECRETO n° 771 de 06.09.21 aprovado pela Lei 1.027 de 03.07.22, estabeleceu alterações ao regimento geral da Instrução Pública. In: SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

3. MENSAGENS E RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS:

PIAUÍ. *Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa em 01 de junho de 1920 pelo Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar*. Teresina: Imprensa Oficial, 1920.

PIAUÍ. *Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa em 01 de junho de 1921 pelo Dr. João Luiz Ferreira*. Teresina: Imprensa Oficial, 1921.

PIAUÍ. *Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa em 01 de junho de 1923 pelo Dr. João Luiz Ferreira*. Teresina: Imprensa Oficial, 1923.

PIAUÍ. *Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa em 01 de junho de 1927 pelo Dr. Mathias Olimpio de Mello*. Teresina: Imprensa Oficial, 1927.

PIAUÍ. *Mensagem Governamental apresentada à Câmara Legislativa em 01 de junho de 1928 pelo Dr. Mathias Olimpio de Mello*. Teresina: Imprensa Oficial, 1928.

PIAUÍ. Relatório Governamental apresentada quando da comemoração do 6º aniversário do governo de Leônidas de Castro Melo. *Diário Oficial*, Teresina, p.3, 03 maio de 1941.

PIAUÍ. Relatório Governamental apresentada quando da comemoração do 8º aniversário do governo de Leônidas de Castro Melo. *Diário Oficial*, Teresina, p.3, 18 abr de 1943.

4. REVISTAS:

A INSTRUCÇÃO publica em Parnahyba. *Almanach de Parnahyba*, Parnaíba(PI): B.S. Lima e Cia, 1929.

MENDES, Simplício de Sousa. O poder das utopias. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano VI, p.97-98, 24 jan. 1923. Edição Commemorativa do primeiro centenario da Independencia do Piauihy.

5. FONTES ORAIS

ARAUJO, Iracema Torres. *Entrevista cedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins*. Barras (PI), 2008.

MEDEIROS, Maria de Jesus Rocha Bona. *Entrevista cedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins*. Barras (PI), 2008.

REBELO, Maria do Carmo. *Entrevista cedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins*. Miguel Alves (PI), 2008.

SILVA, Eulina de Carvalho Veloso e. *Entrevista cedida a Ana Maria Gomes de Sousa Martins*. Barras (PI), 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semi-estruturada

Em virtude de está desenvolvendo uma pesquisa no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí que tem por objetivo construir uma história sobre o movimento renovador no Piauí dos anos de 1920 a 1947, através dos indícios, da presença dos ideais da Escola Nova presentes nos discursos da elite intelectual piauiense, nas reformas de ensino e nas práticas vivenciadas por professores e aluno solicito sua colaboração em responder e permitir a gravação desta entrevista.

01. Seu nome completo e sua data de nascimento?
02. Sua escolaridade e profissão?
03. Quando e onde a senhora fez o ensino primário?
04. Quem foram suas professoras?
05. Elas eram normalistas?
06. Como as suas professoras primárias costumavam dar aula?
07. As professoras primárias demonstravam alguma preocupação em relação ao método de ensino?
08. As professoras primárias usavam materiais para ministrar as aulas?
09. Como era a relação das professoras com os alunos?
10. As professoras costumavam utilizar algum tipo de castigo com os alunos?
11. Como era a estrutura da escola primária que a senhora freqüentou?
12. A senhora lembra se nas escolas que a senhora freqüentou existiam grêmios, bibliotecas ou outras instituições?
13. As escolas costumavam fazer desfiles cívicos?
14. Havia palestras na escola?